

## AO TRABALHO NAS AUTARQUIAS!

Empossados os elementos responsáveis pelos órgãos de poder local uma nova vida começa — ou deverá começar — nas autarquias locais.

A hora é de trabalho. De trabalho colectivo. De trabalho que deverá mobilizar todos os homens, mulheres e jovens, quaisquer que sejam as suas ideologias ou religiões, na concretização duma aspiração comum a todo o ser humano — a melhoria das condições de vida. Aqui, como em todos os sectores da vida nacional, deverão os comunistas desempenhar um papel de relevo, pondo à prova todo o seu espírito de abnegação, toda a sua capacidade de trabalho, toda a sua consciência política, forjando no dia-a-dia a condição indispensável da vitória — a unidade dos que lutam pela democracia.

- Perspectivas novas para as autarquias locais
- Novas eleições em Alvarenga e Lodares — Página 2



Os camaradas Álvaro Cunhal e Joaquim Gomes durante o comício realizado em Peniche

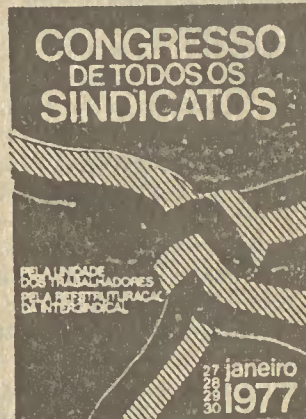
## COMÍCIO COMEMORATIVO DA FUGA DE PENICHE

Pág. 3

## Congresso de Todos os Sindicatos

## DEFENDER E CONSOLIDAR A UNIDADE SINDICAL

Dentro de três semanas, far-se-ão ouvir em Lisboa os representantes de cerca de dois milhões de trabalhadores de todos os ramos de actividade, organizados no Movimento Sindical. Fortalecidos na sua unidade por um período de larga e intensa discussão dos projectos a apresentar no Congresso de Todos os Sindicatos, os trabalhadores sindicalizados, através dos seus legítimos representantes, terão oportunidade de fazer valer, pela decisão democrática e independente, o Programa de Acção, a Lei Sindical e os Estatutos da Central reestruturada e unitária que escolherão para defesa dos seus direitos e dos seus interesses de classe.



Pág. 5

# PERSPECTIVAS PARA 1977

Quais as perspectivas e as tarefas que se colocam aos comunistas para 1977? Que fazer quanto à Reforma Agrária, às nacionalizações, ao alargamento da organização do Partido, no campo do Ensino, acerca dos fundos do Partido? Sobre estes e outros temas, «Avante!» ouviu os camaradas Octávio Pato, Joaquim Gomes, Blanqui Teixeira, José Vitoriano, Carlos Brito, Jaime Serra, Aboim Inglês, Margarida Tengarrinha, Alda Nogueira, Horácio Rufino, Carlos Carvalhas e Zita Seabra — **Págs. 6, 7 e 8**

## 1977 COM O PCP: ENTUSIASMO, ALEGRIA E SOLIDARIEDADE



Pág. 3

### Editorial

## PARA EVITAR O COLAPSO

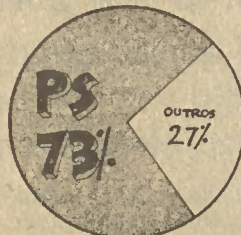
Os problemas económicos do País podem vir a assumir no ano corrente uma importância determinante na vida política portuguesa.

A política económica e financeira do VI Governo Provisório e depois do Governo minoritário PS lançou a economia nacional numa situação que progressivamente se tem vindo a agravar. Maiores dificuldades são inevitáveis, o desastre financeiro e o colapso económico não o são. A opção que se coloca é a de saber se as dificuldades que todos teremos de enfrentar serão mais um passo numa política que conduzirá o País à ruína, à restauração do poder do grande capital e a uma nova ditadura, ou se se criarão condições para que o Povo português e especialmente as classes trabalhadoras intervenham na solução dos problemas com um esforço e um sacrifício de que resulte a recuperação económica no quadro da democracia, das transformações progressistas realizadas, da independência nacional.

Como repetidamente o PCP tem afirmado, o problema nodal da situação económica nacional é hoje o da balança de pagamentos cujo desequilíbrio cresce de forma que leva a prever

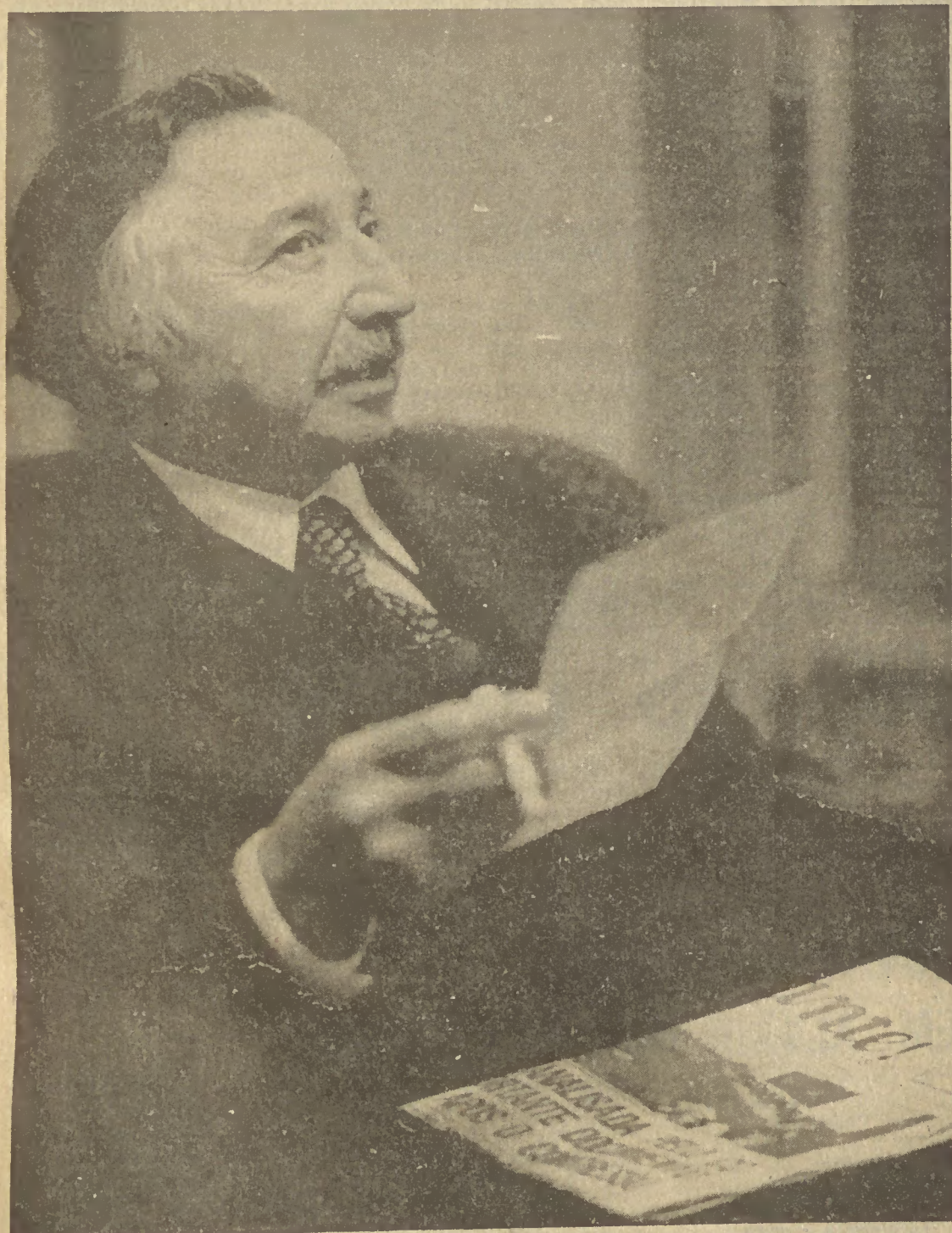
(Continua na pag. 2)

## O PS MONOPOLIZA A TV!



A Secção de Informação e Propaganda do PCP divulgou os resultados da análise efectuada ao noticiário político da TV em 1976 e que revelam a escandalosa manipulação do PS na emissora paga com o dinheiro de todos nós.

Pág. 12



## «AVANTE!» ENTREVISTOU LUÍS CORVALÁN

No próximo número, publicaremos uma entrevista concedida exclusivamente ao «Avante!» pelo camarada Luis Corvalán.



Pág. 9



Editorial

# PARA EVITAR O COLAPSO

(Continuação da pág. 1)

o esgotamento total das reservas num prazo relativamente curto.

As políticas seguidas pelo VI Governo e pelo Partido Socialista transformaram um elemento condicionante do desenvolvimento económico num sorvedouro monstruoso por onde se corre o risco de ver afundar a capacidade de recuperação do País.

Chegou-se à situação absurda de uma quantia como 9 milhões de contos, que possibilitaria vastos investimentos reprodutivos, se transformar numa inócua gota de água num oceano de compromissos financeiros com o imperialismo em que a economia portuguesa progressivamente se atola.

O recurso frenético ao crédito externo resulta da incapacidade do Governo elaborar e pôr em prática um plano nacional de recuperação económica assente nas transformações verificadas nas estruturas económico-sociais. E essa incapacidade resulta, por sua vez, da errada opção do Governo PS: julgar que a recuperação económica do País passa pela recuperação capitalista assente em decisões administrativas, em métodos repressivos, no agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores e na ofensiva contra a Reforma Agrária e as outras conquistas da Revolução.

Os economistas do PS parecem ignorar essa verdade essencial de que a produção e a riqueza são criadas pelo trabalho e não pelo capital e que num país que conheceu profundas modificações estruturais, como é o caso de Portugal, o determinante num esforço de recuperação económica é a acção dos trabalhadores e não o papel dos capitalistas.

A herança do capitalismo monopolista de Estado fascista, com todas as suas distorções e a posterior sabotagem do grande capital, condicionaram decisivamente as possibilidades de arranque económico. Mas quer as alterações políticas sobrevindas com o 25 de Abril (assegurando a participação activa das classes trabalhadoras) quer as medidas económicas tomadas (nacionalizações, reforma agrária, controlo operário) criaram condições básicas para que os problemas nacionais pudessem ser resolvidos com os recursos nacionais.

Que isto é verdade demonstram-nos os resultados obtidos pela acção das classes trabalhadoras e dos técnicos que intervieram criativamente na recuperação de empresas sabotadas pelo capital e no aproveitamento mais intensivo dos campos abrangidos pela Reforma Agrária. Lá onde se verificou uma coordenação de esforços entre a intervenção e o apoio estatal — fosse em medidas legais, fosse em apoios creditícios — demonstrou-se claramente que era na base dessa coordenação e participação que se encontra o caminho.

Para que esta dinâmica tivesse evoluído harmoniosamente tornava-se indispensável que o Estado prosseguisse uma política coerente de estímulo à actividade e acção das classes trabalhadoras, apoiando a sua acção em todos os sectores onde comprovadamente o seu papel tem sido decisivo na própria resolução dos problemas económicos.

Ao invés de enveredar por tal caminho, o VI Governo Provisório e o Governo minoritário PS desbarataram em doze meses os recursos financeiros do País e hipotecaram as possibilidades de crédito para acorrer a necessidades de consumo não produtivas. Milhões e milhões de contos de créditos externos foram literalmente consumidos na compra de bens de consumo, frequentemente dispensáveis, sem que tenham sido utilizados na instalação de unidades produtivas, em bens de equipamento, em desenvolvimento tecnológico.

Simultaneamente, o Governo PS enveredou por um ataque frontal às classes trabalhadoras e às suas conquistas, avultando o ataque político

e legal à Reforma Agrária e às empresas intervencionadas, acompanhado pelo esforço de estrangulamento económico e financeiro de unidades produtivas geridas por trabalhadores (cortes de crédito, medidas administrativas contra comissões de trabalhadores, restrições no fornecimento de sementes, adubos às UCPs, atrasos na compra da produção da última campanha, etc.).

Paralelamente ainda, o Governo PS multiplica-se em esforços junto do capital, fazendo-lhe crescentes concessões e cedências que, logicamente, levam esse capital a prosseguir uma política agressiva e sabotadora que conduza a novos pedidos e a novas cedências.

No campo internacional, a dependência de créditos pedidos ao imperialismo agravará dia a dia as condições políticas que este exigirá pondo em causa a própria independência nacional.

A solução dos problemas económicos nacionais terá de ser uma solução nacional. É fundamentalmente em Portugal que têm de ser encontrados os recursos para solucionar a crise e é com aqueles que produzem a riqueza — os trabalhadores — que se tem de contar para tal solução.

Como o PCP tem repetidamente afirmado, a solução para a economia portuguesa só pode ser encontrada com os trabalhadores portugueses e nunca contra eles.

O Governo PS pode continuar a empenhar o País para obter divisas nos bancos americanos ou suíços; pode implorar aos monopolistas portugueses fugidos para o Brasil que regressem para Portugal com os milhões fruto do trabalho dos portugueses com os quais lá fugiram: nada disso assegurará para agora e para o futuro o desafio, o progresso e o bem-estar dos portugueses. Muito pelo contrário, estará a cavar um precipício por onde se precipitará ele e para onde arrastará toda a Nação.

A solução da crise económica que aí está requer um grande esforço do País, de todo o País, e especialmente das classes trabalhadoras.

Isto não poderá em caso algum significar um cheque em branco de neutralidade colaborante para com uma política unilateralmente definida, provavelmente desastrosa que visa a recuperação capitalista à custa do agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores.

É na unidade dos trabalhadores, na unidade das forças democráticas, na unidade efectiva, participada e actuante que têm de ser definidos os objectivos, traçados os programas, pedidos os sacrifícios, organizado o trabalho.

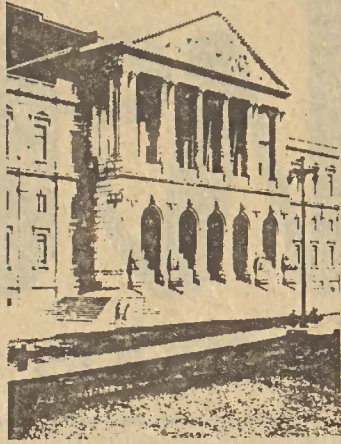
O PS continua a não o aceitar. Continua a recusar o diálogo político honesto, actuante e produtivo com as forças democráticas e o diálogo efectivo com as organizações de trabalhadores no sector económico.

Não é esse o caminho para que se criem condições ao esforço nacional indispensável.

O Partido Comunista Português, partido nacional, partido profundamente empenhado na definição e concretização de soluções nacionais para os problemas portugueses, partido da classe operária e dos trabalhadores, insiste na necessidade do estabelecimento de plataformas políticas que assegurem a definição de um caminho nacional para superar a crise económica do País.

Através da sua acção, o PCP tem demonstrado estar disposto a trabalhar no sentido de que essas plataformas sejam encontradas e postas em prática.

A todos os níveis, o fortalecimento da unidade, a procura de soluções que mobilizem o apoio dos trabalhadores e do povo, a defesa das conquistas da Revolução — peças essenciais da defesa e desenvolvimento de Portugal como país livre, independente e próspero — estão na primeira linha da acção do PCP.



# Os comunistas na Assembleia da República

## A «gralha» da coincidência ou a coincidência da gralha...

Uma "gralha" oportunamente descoberta pelo ministro Jorge Campinos no decorrer do debate na especialidade das Leis do Plano e do Orçamento fez com que o Governo de Mário Soares viesse dar o dito pelo não dito no que respeita às alterações que ele mesmo tinha introduzido no Plano e, numa surpreendente coincidência, o CDS visse desse modo satisfeita uma emenda que apresentara.

Os derradeiros momentos de debate das leis do Plano e do Orçamento na Assembleia da República, dedicados à discussão e votação dos textos na especialidade, prolongaram-se por mais de um dia, ao contrário do que prevíamos na anterior edição do «Avante!».

E foi já noite dentro que a "gralha" apareceu, de braço dado com a coincidência da emenda do CDS. Depois do debate e votação na generalidade, derrotada a manobra do PPD, remetido o CDS a uma prudente abstenção — não isenta de ameaças veladas — poder-se-ia esperar que a atitude dos deputados comunistas pudesse ser a mesma para a especialidade que foi para a generalidade.

Aliás, a própria declaração de voto com que os deputados comunistas encerraram a sua participação na derradeira sessão de trabalho o salienta: Do mesmo modo que não nos reservámos o direito de alterar na especialidade o voto que havíamos assumido na generalidade, era legítimo esperar que o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido do Governo não actuassem de modo a introduzir alterações no texto votado na generalidade.

E a declaração de voto do PCP prosseguia: Não podemos, portanto, deixar de lamentar que o Governo tenha vindo depois propor uma alteração à sua própria proposta, pretextando haver uma gralha no texto, cuja "correção" coincidia surpreendentemente com uma proposta de emenda do CDS sobre o regime de empresas intervencionadas. E não podemos deixar de lamentar que após a votação na generalidade o Governo e o Partido do Governo se tenham disposto a aceitar uma proposta de aditamento de emenda daquele mesmo Partido relacionada com a Reforma Agrária e a sua institucionalização.

Para os comunistas a privatização das empresas deve ser feita com o acordo dos trabalhadores — o que para o PS e seu Governo é uma gralha — e não só com a mera audição dos trabalhadores a emenda do CDS, que já não foi gralha para o Governo e o Partido do Governo...

A proposta que os socialistas, por outro lado, acabaram por aceitar sobre a Reforma Agrária, vinda do CDS, poderá vir a representar uma cobertura às manobras da direita contra aquela conquista da revolução.

Por isso, o PCP votou contra estas alterações, mantendo contudo na generalidade das disposições o voto de abstenção e não excluindo o apoio à algumas disposições da Lei do Orçamento. E isto porque, apesar de tudo, os dois textos mantiveram as modificações de sentido positivo que o Governo lhe introduziu no decorrer do debate na generalidade. Na declaração de voto, os deputados comunistas salientavam as seguintes:

No que respeita à Lei do Plano: consolidação e desenvolvimento do sector nacionalizado; prosseguimento e defesa da Reforma Agrária com respeito pelo princípio constitucional de intervenção dos trabalhadores; concretização das expropriações na área da Reforma Agrária; defesa das UCPs, cooperativas e pequenos e médios agricultores; fixação e controlo de preços e garantia de abastecimento de bens essenciais, nomeadamente no que diz respeito ao cabaz de compras; actualização do salário mínimo.

No que respeita à Lei do Orçamento: medidas tendentes a melhorar a justiça fiscal, nomeadamente impedindo a fuga ao fisco dos altos rendimentos, e dos rendimentos do capital em geral; garantia de independência financeira dos municípios, bem como de uma melhor distribuição das receitas públicas entre o Estado e as autarquias.

Pela sua importância transcrevemos a parte final da declaração de voto do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português no final do debate na especialidade das Leis do Plano e do Orçamento:

O Plano e o Orçamento não se esgotam nas Leis agora votadas pela Assembleia nem nos decretos que em execução delas agora cumpre ao Governo elaborar. Eles dependem também do sentido da sua realização e concretização política.

A acção do Governo do Partido Socialista tem-nos merecido severas críticas e profundas preocupações, que manifestámos e mantivemos em relação a estas Leis. Críticas e preocupações relativamente às cedências à direita, que comprometem a realização de um regime democrático e impedem um desenvolvimento capaz de retirar o País das dificuldades actuais e de o encaminhar na via de um futuro correspondente às exigências das realidades actuais da sociedade portuguesa.

Há uma Constituição a cumprir; uma Revolução a defender; um regime democrático a desenvolver na

perspectiva do Socialismo. O cumprimento da Constituição, a defesa das conquistas da Revolução, o desenvolvimento do regime democrático na perspectiva do socialismo exigem o respeito das liberdades democráticas, a garantia dos direitos dos trabalhadores, a defesa e consolidação da conquistas da Revolução.

A prossecução desses objectivos não pode ser feita com uma política de recuperação capitalista e de cedências à direita reaccionária. Exigem pelo contrário, uma política que mereça o apoio dos trabalhadores e que na base da unidade das forças democráticas e progressistas conduza o País para um futuro livre, próspero o independente no caminho do Socialismo.

## Aprovado por unanimidade um novo regime para a punição dos «pides»

Três temas dominaram a derradeira sessão de 1976 da Assembleia da República: as ratificações dos Decretos-Leis 821/76 e 758/76, pedidas pelo CDS e a alteração do Decreto 349/76 do Conselho da Revolução, apresentada pelo Partido Socialista.

Atrás destes números convencionais escondiam-se porém três assuntos de importância na vida nacional, um dos quais de grande actualidade. Com efeito, o último daqueles temas refere-se às penas a aplicar aos serventários da PIDE/DGS, enquanto os outros dois, respectivamente à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores das empresas em autogestão face à reclamação das mesmas, sem justificação, por parte dos antigos patrões, e à amnistia.

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um novo regime de punição para os «pides», revogando assim, em parte, o decreto do Conselho da Revolução. O projecto de alteração apresentado pelo Partido Socialista foi analisado e alterado na Comissão de Liberdades, Direitos e Garantias a qual, a determinado passo do seu relatório e justificando o trabalho efectuado salienta:

«Para além da análise jurídica a que procedeu, a Comissão teve presente as reacções desfavoráveis que à opinião pública mereceram as soluções práticas a que o Decreto-Lei 349/76 conduziu em diversos julgamentos de agentes e responsáveis da PIDE/DGS já efectuados».

## COMUNISTAS E SOCIALISTAS REJEITAM PROPOSTAS DO CDS

As emendas que o CDS pretendia ver introduzidas no decreto que salvaguarda os interesses dos trabalhadores das empresas em autogestão foram recusadas por força dos votos contrários dos deputados comunistas e socialistas.

O camarada Freitas Monteiro, na declaração de voto que em nome do Grupo Parlamentar do PCP teve ocasião de proferir, justificou essa posição dos deputados comunistas: «O voto de rejeição às propostas do CDS significa a nossa discordância com a entrega das empresas sob gestão dos trabalhadores aos antigos patrões que as sabotaram e abandonaram, o que representaria uma injusta recuperação dessas empresas pelo patronato, mantidas em laboração à custa dos maiores sacrifícios desses mesmos trabalhadores».

Como aliás aquele nosso deputado acentuou mais adiante, o voto de rejeição dos comunistas é coerente com a já anunciada iniciativa legislativa do PCP, no sentido de pôr termo à indefinição jurídica dessas empresas, o que vem ao encontro das justas expectativas dos trabalhadores em causa.

## DEPUTADOS COMUNISTAS DENUNCIAM INCOERÊNCIA

O plenário transformaria seguidamente o decreto-lei do Governo sobre a amnistia em lei da própria Assembleia da República, adoptando o articulado do decreto do Governo, perante a abstenção na generalidade e, mesmo, o voto contra em algumas disposições da especialidade, dos deputados comunistas.

Muito resumidamente, o deputado comunista Vital Moreira, em declaração de voto, justificaria as razões dessa posição do Grupo Parlamentar do PCP referindo que ficaria aberta a possibilidade de serem amnistiados actos contra-revolucionários, criticando o conceito de crime político e denunciando a incoerência de ao mesmo tempo que se amnistiavam crimes contra a segurança do Estado se agravam, com outra lei anteriormente aprovada, os crimes cometidos contra os órgãos de soberania.

# PERSPECTIVAS NOVAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

Novos presidentes das câmaras foram empossados. Amplas perspectivas de um trabalho unitário e ao serviço das populações abrem-se a todos os verdadeiros democratas

Para que se possa falar, verdadeiramente, em poder local, importa devolver às comunidades locais os meios de prosseguirem os seus interesses próprios. E esses meios são políticos, técnicos e financeiros — afirmou o ministro da Administração Interna, tenente-coronel Costa Brás, durante o acto da tomada de posse das câmaras municipais do distrito de Lisboa.

Cerimónias semelhantes se realizaram esta semana em quase todas as capitais de distrito do nosso país. Na nova fase que agora começa para as autarquias locais, grandes e importantes tarefas se colocam aos milhares de homens e mulheres eleitos pelas populações que neles depositaram a sua confiança. De ora em diante, cada dia, cada problema a resolver, cada decisão a tomar terá o seu devido peso no outro prato da balança onde se avolumaram

promessas.

Serão as próprias populações a julgar aqueles que elegeram, as causas que defendem, a acção do Governo que não hesita em afirmar a necessidade de meios para levar à prática os interesses das comunidades locais.

O resultado da gestão das autarquias, estamos certos, não será o mesmo em todas elas. Não pode ser, evidentemente, o mesmo lá onde os detentores de poder local são representantes do caciquismo, do compadrio, do saudosismo dum passado ainda tão recente, e lá onde se encontram lutadores provados contra o fascismo, gente honesta e dedicada ao interesse colectivo, empenhada na batalha pela democracia.

Numas e noutras, contudo, o mais importante trabalho a desenvolver é a mobilização das populações na defesa dos

seus interesses, na resolução dos seus problemas, na melhoria das condições de vida. Não permitir, em suma, que as forças reaccionárias aprofundem ainda mais as já tão grandes diferenças existentes nas diversas zonas do País; impedir, por exemplo, que enquanto no Sul se consolidam as liberdades elas sejam cercadas no Norte; impedir que o Código Administrativo fascista continue em vigor, servindo os interesses dos homens de direita que ainda foram eleitos, enquanto as forças democráticas são manietadas por esse mesmo Código.

Para tal, será de importância decisiva que, em todo o lado, socialistas, comunistas, democratas, independentes se unam, encontrem uma plataforma de acção comum na defesa dos interesses populares, na defesa da democracia. Se isso acontecer, se os socialistas

a isso estiverem dispostos (essa é a sua responsabilidade histórica), a caminhada para o socialismo será extremamente mais fácil.

A aliança das forças de esquerda, a aliança com os socialistas, é uma necessidade e um desejo que os candidatos eleitos pela Frente Eleitoral Povo Unido (onde se encontram comunistas) continuam a manifestar, como o fez, por exemplo, Abílio Dias Fernandes, presidente da Câmara Municipal de Évora, que concluiu a sua intervenção durante o acto de posse afirmando:

Toda a nossa actividade, como responsáveis pelos municípios, será pautada por um trabalho intenso virado para satisfazer as necessidades reais, concretas das populações. Estamos, por isso, convencidos que a democracia tornará possível um

empreendimento conjugado de todos os esforços políticos que compõem as câmaras e, muito especialmente, do PS, que é o responsável pelo Governo do qual dependem muito as autarquias locais. A maioria da população do distrito, podemos dizê-lo com propriedade, espera que o sr. governador civil se integre neste espírito e ajude a criar as condições para a descentralização administrativa e financeira das autarquias locais para nos podermos responsabilizar, como determina a Constituição, totalmente perante as populações pelos mandatos, que em nós foram delegados, de orientação e busca das melhores soluções para os problemas que nos são postos.

Que no novo ano que começa para as autarquias locais o lema seja a unidade. Que as forças de esquerda saibam transformar essa profunda aspiração popular em realidade.

Do governo exige-se, antes do mais, que a legislação sobre

competências e autonomia — que lhe cumpre apresentar — seja conforme com os interesses das populações. Institucionalizou-se o poder local mas, como o próprio

ministro da Administração Interna afirmou, sem meios (técnicos, financeiros e outros) não haverá poder local.

Conquistar esses meios e utilizá-los a bem da

população e do País é a batalha que agora se inicia. A certeza da vitória é a força que anima quantos entram neste novo ano com os olhos postos no futuro.

## NOVAS ELEIÇÕES EM ALVARENGA E LODARES

Na sequência de recursos apresentados pela Frente Eleitoral Povo Unido e pela lista dos candidatos independentes de Lodares o Tribunal da Relação do Porto anulou as eleições para a Assembleia Municipal nas freguesias de Alvarenga e Lodares, do concelho de Lousada.

Os recursos foram apresentados devido a ilegalidades cometidas de que se salientam, entre outras, a existência de propaganda eleitoral do PPD e do CDS dentro das próprias assembleias de voto. Recorde-se que já durante a campanha eleitoral se tinham

verificado boicotes a sessões da FEPU em edifícios escolares.

Nos recursos exigia-se também que na nova assembleia de apuramento não tivesse assento (como se verificara anteriormente) o professor Ildefonso Santos, último presidente da Câmara Municipal de Lousada durante o regime fascista e que não foi reabilitado nos termos da lei em vigor.

Contudo, malgrado a anulação das eleições já referidas, o professor Ildefonso dos Santos (que havia sido nomeado para a primeira assembleia de apuramento

geral pela Direcção Escolar), volta a participar na nova assembleia de apuramento geral das próximas eleições parciais. Apesar deste facto inexplicável a realização de novas eleições constitui uma vitória das forças democráticas e é um contributo valioso para a dignificação do acto eleitoral. Entretanto, continua em aberto o caso de Tarouca, onde a Frente Eleitoral Povo Unido, conforme já anunciamos, também apresentou recurso. Esperemos que igualmente aqui a lei seja cumprida com isenção e os juizes sejam dignos do cargo que ocupam, fazendo justiça.



## No Campo-Valongo

# TRABALHO VOLUNTÁRIO E CRIADOR ERGUE UMA NOVA SEDE DO PCP

Os militantes, simpatizantes e amigos do Partido Comunista Português da freguesia do Campo, no concelho de Valongo, trabalham afinçada e entusiasticamente na reconstrução de uma casa em ruínas a fim de ali instalarem, em breve, um novo Centro de Trabalho. Há cerca de 45 dias, quem se deslocasse ao lugar da Quinta de Cima encontraria um prédio destelhado e cheio de entulho. O único indicio de

Trabalho "é, de certo modo, uma mostra em que o Partido está exposto". Na verdade, a futura sede da freguesia do Campo não só traduzirá o espírito de partido dos nossos camaradas, como também será a imagem fiel da vontade dos comunistas em transformar, através do seu trabalho criador, o velho no novo. Contactámos, recentemente, com mais de uma dezena de militantes

fins-de-semana, muitos eram aqueles que ali passavam e passam o dia inteiro numa clara e inequívoca demonstração de dedicação à organização de vanguarda da classe operária e dos trabalhadores portugueses.

A primeira grande dificuldade surgiu no momento em que devia ser construído o travejamento do telhado. Nenhum dos camaradas sabia como se faziam as tesouras. Após um carpinteiro, não filiado no PCP, ter feito a primeira, os militantes e simpatizantes do Partido limitaram-se, com êxito, a repelir o que haviam visto fazer...

"Desde o princípio, fizemos ponto de honra não gastar um centavo com a mão-de-obra", referiu-nos um dos elementos da Comissão de Freguesia. "Numa terra onde o nosso Partido está bastante implantado — frisou — não fazia sentido que tal se verificasse. As únicas despesas feitas têm sido com material que tem sido pago com o produto de um sortelo, realizado há tempos, que rendeu cerca de 15 contos." Segundo nos revelou defrontam-se, actualmente, com uma outra dificuldade. Pretendem um sofá-cama e ainda não encontraram um estofador. Todavia, estão convictos que tal acabará por se verificar...

### MELHORAR O TRABALHO ALARGAR A INFLUÊNCIA DO PCP

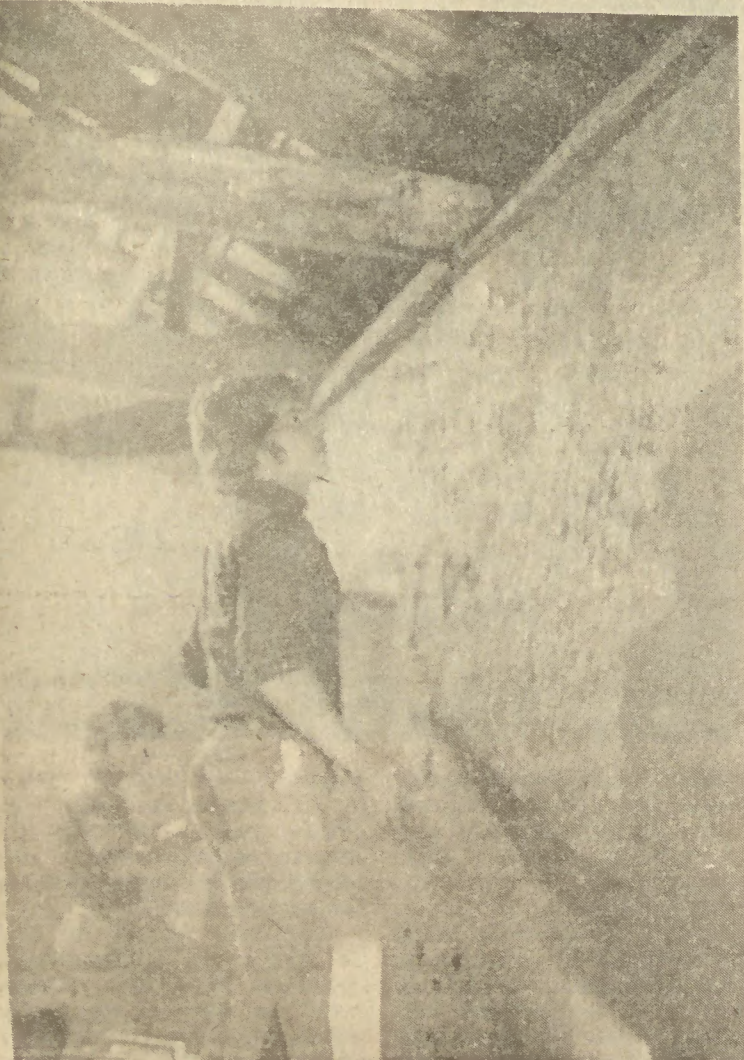
No Campo, os partidos da direita reacçãoária (PPD e CDS) são francamente minoritários. A lista proposta pelo PPD e apoiada pelo CDS para a respectiva Assembleia de Freguesia obteve 489 votos. Por seu turno, a FEPU e o PS conseguiram, respectivamente, 801 e 1375 votos. Foram eleitos cinco candidatos do PS, três da FEPU e um do PPD. Registe-se a subida de mais de 200 votos do POVO UNIDO, relativamente às legislativas e a descida de mais de 600 votos do PS, relativamente às mesmas eleições.

Os nossos camaradas estão confiantes no reforço da influência do Partido Comunista Português junto da população, após a abertura da sede, que irá permitir um mais amplo contacto dos comunistas com os trabalhadores e democratas do Campo. Por outro lado, possibilitará um funcionamento mais regular da organização. A propósito, um camarada da Comissão Concelhia de Valongo referiu-nos as dificuldades que tinha em se deslocar semanalmente à sede do concelho ou a Ermesinde para reunir. Recordou-nos, ainda, que para reunir com os camaradas da freguesia tinham grandes dificuldades chegando a utilizar para esse efeito as casas de camaradas, a mesa de um café ou até a sombra de uma ramada.

De acordo com o projecto elaborado, a casa, com uma área de 64 metros quadrados, será dividida em duas salas.

A organização da Freguesia do Campo do Partido Comunista Português pretende promover uma festa popular quando for inaugurado o novo Centro de Trabalho. Durante o nosso contacto com os camaradas que ali trabalhavam, foi-nos feito um apelo no sentido de, através do "Avante!", divulgarmos a sua vontade de que nessa jornada de convívio participassem vários artistas comunistas, nomeadamente o Fernando Tordo e o Fernando Farinha. Aqui fica o apelo cuja concretização será feita através de contactos directos, quando for conhecida a data.

Uma, mais pequena, destinada às reuniões da Comissão de Freguesia e da Comissão Concelhia. Na outra parte, poder-se-á efectuar-se Assembleias de militantes, sessões de esclarecimento e jornadas culturais. Além disso, está nos planos dos camaradas restaurar uma outra casa anexa que dispõe de mais duas salas, junto da qual será construída uma pequena dependência para as instalações sanitárias. O entusiasmo posto na labuta pelos militantes, simpatizantes e amigos do Partido, tornará em breve estes projectos realidade.



Trabalhar no duro

que ali tinha havido uma casa eram quatro paredes. Conseguindo o contrato de arrendamento, os camaradas e amigos do PCP lançaram mãos à obra que deve estar concluída em fins de Janeiro ou princípios de Fevereiro.

### CENTENAS DE HORAS DE TRABALHO VOLUNTÁRIO

Costuma dizer-se com propriedade que um Centro de

e simpatizantes do PCP que na altura estavam a lançar argamassa nas paredes da casa. Era patente nos rostos de todos eles a alegria. Mostravam com um certo orgulho o resultado de muitas centenas de horas de trabalho realizado.

Os trabalhos foram iniciados, em meados de Novembro, com a remoção do entulho. A jornada decorria diariamente, entre as 20 e as 23 horas. Por outro lado, nos



## UM ANO QUE ACABA UM ANO QUE COMEÇA

Como já vem sendo habitual, milhares de comunistas festejaram na FIL a passagem do ano. Mas nem só comunistas ali estiveram, pois embora tivesse sido organizada pelo Comité Local de Lisboa do Partido Comunista Português não foi intenção, como não o fora no ano anterior, fazer uma festa com um cunho estritamente partidário. Quem quis pôde ir à FIL. E estiveram lá muitas e muitas pessoas que não eram comunistas.

A alegria não faltou. Pode mesmo dizer-se que se prolongou até alta madrugada. O programa de variedades contou com a presença de artistas como Ary dos Santos, Fernando Tordo, Carlos Mendes, Fernando Farinha e Júlia Babo. Mas no dia seguinte a festa continuou. Desta vez para os mais jovens. E novamente o pavilhão central da FIL se encheu, desta feita com a alegria bem característica das crianças.

"Não pode deixar de dizer-se que 1976 trouxe aos trabalhadores e à democracia

portuguesa muitas dificuldades e muitas inquietações" — declarou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que esteve na festa da passagem de ano na FIL e que falou aos presentes num breve improviso. Acrescentando ainda que 1976 trouxe muitos elementos negativos, com o agravamento das condições de vida dos trabalhadores, as manobras reacçãoárias e a continuação do terrorismo com a impunidade dos seus autores, acrescentou:

"Apesar, porém, destes elementos negativos pode considerar-se que, tendo em conta a perigosa situação existente no início do ano que passou, o balanço geral da luta dos trabalhadores, da acção do nosso Partido e da acção de outros democratas, em 1976, no fundamental é positivo."

Saliendo de que, contra os projectos da reacção que pensava instaurar uma nova ditadura, a Constituição foi aprovada, a democracia consolidada, fez notar que os

comunistas se manterão sempre firmes e unidos na defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia.

Sintetizando o ideal vivo em todos os presentes, comunistas ou não, declarou ainda:

"A reacção não conseguiu liquidar as conquistas da Revolução e apesar das ofensivas, apesar da acção do Governo, apesar da intensificação da exploração dos trabalhadores, apesar das manobras ilegais contra a Reforma Agrária, os trabalhadores e as forças progressistas têm, no fundamental, defendido tenaz e corajosamente as conquistas da Revolução e mostram a sua determinação em continuar a defendê-las. Podemos, camaradas, sem dúvida, prever grandes dificuldades e grandes perigos, mas se em 1976 o Povo português foi capaz de defender a democracia e as suas principais conquistas, em 1977 sé-lo-á também."

## ALGARVE: REFORÇO DA INFLUÊNCIA DO PARTIDO

Os resultados das eleições para as autarquias locais, no Algarve, traduzem um reforço da influência do Partido e dos seus aliados mais próximos, assim como a derrota das forças da direita reacçãoária, a perda de influência do PS e o isolamento eleitoral dos esquerdistas.

A abstenção, que no distrito subiu de 19,5 para 39,1 por cento — passando de 46 314 eleitores para 92 208 — é demasiado elevada e significativa para se poder explicar apenas por um certo "cansaço". Para uma melhor compreensão do grande número de abstenções verificado, haverá que ter em conta a descrença e a desilusão que os partidos reacçãoários e a política do Governo têm criado em certos sectores e camadas da população.

Por outro lado, qualquer interpretação dos resultados eleitorais não terá em conta todas as modificações operadas se apenas se basear na comparação simples das percentagens obtidas pelos diferentes partidos. Por exemplo, no distrito de Faro, a soma PPD/CDS aumenta, em percentagem, de 26 para 27,8 por cento, mas em números absolutos, diminui mais de 9500 votos. O PS, que quase mantém a percentagem obtida para a Assembleia da República, perde entretanto em valores absolutos quase 22 mil votos!

A diminuição de votos que o PS tem vindo a registar sucessivamente nas várias eleições, perdendo desde as primeiras cerca de um terço do seu eleitorado, não se compreenderá totalmente se não se tiver em conta a política antipopular do

Governo PS. No plano eleitoral, a grande abstenção verificada e as baixas de votação no PS mostram bem que a política de cedências constantes à direita põe também em causa, de uma forma muito nítida, a própria influência e o futuro eleitoral do Partido Socialista.

Por seu turno, os resultados obtidos pelos GDUPS no distrito de Faro são também bastante significativos, obtendo pouco mais de metade dos votos que o MES e a UDP tinham obtido nas eleições para a Assembleia da República. E isto nos resultados das câmaras municipais (3512), porque nas assembleias municipais apenas conseguiram obter 866 votos...

O facto de os GDUPS terem apresentado candidatos apenas em cinco câmaras municipais e em uma assembleia municipal, depois de muitas tentativas para a formação de listas noutros concelhos, mostra bem a sua debilidade orgânica e a sua fraquíssima influência de massas.

A candidatura dos GDUPS, não conseguindo eleger nenhum elemento seu, — serviu apenas como factor divisionista, tentando diminuir a influência popular da FEPU.

A votação na Frente Eleitoral Povo Unido — 28 189 votos para as câmaras e 30 056 para as assembleias municipais, a que corresponde respectivamente 19,6 e 20,9 por cento — regista aumentos significativos relativamente aos resultados obtidos pelo PCP na Assembleia da República — 27 667 votos, isto é, 14,5 por cento.

Tais aumentos — dos maiores registados em todo-

o país — significam efectivamente um importante reforço da posição eleitoral e da crescente influência de massas do nosso Partido. Para que tal tenha acontecido em muito contribuiu o grande trabalho unitário desenvolvido pelos comunistas junto de outros democratas.

Nas eleições para as autarquias — no trabalho preparatório das listas, durante a campanha eleitoral, nos resultados obtidos e no grande interesse que continua a manifestar-se — ficou bem clara a necessidade e a importância de uma ampla frente democrática com as características que a FEPU teve no plano eleitoral.

A actividade do Partido no quadro da FEPU revelou a boa compreensão dos militantes do PCP quanto à necessidade do trabalho unitário, a grande maturidade política da organização do Partido no entendimento e na acção unitária com outros democratas.

O Partido sai reforçado destas eleições, na sua confiança, na capacidade de organização e nas possibilidades de recrutamento, de influência e de alianças.

Na prática, travou-se e ganhou-se também, para além da batalha eleitoral, parte importante da batalha contra o sectarismo. Criaram-se relações de entendimento, de cooperação e amizade entre os democratas que aderiram e apoiaram a FEPU.

Com a actividade da FEPU e a unidade dos trabalhadores, das massas populares, dos democratas portugueses.

### OS COMUNISTAS NÃO REGATEARÃO NEM REGATEARÃO ESFORÇOS

Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Jaime



No comício evocativo da célebre fuga de há dezassete anos houve também Canto Livre. Na foto, José Jorge Letria e José Manuel Osório

# OS MUROS DA PRISÃO NÃO BASTARAM PARA CONTER A PODEROSA ENERGIA E COMBATIVIDADE DOS COMUNISTAS

Peniche, 3 de Janeiro de 1960 — marco histórico na luta contra o fascismo. Ao fim da tarde desse dia, os muros da prisão fascista abatiam-se pela força e determinação do Partido Comunista Português, para dar passagem para a liberdade e para a luta a nove destacados dirigentes e militantes comunistas, entre os quais o nosso camarada Álvaro Cunhal.

Nessa gloriosa jornada de luta, os comunistas, em íntima ligação com o povo português — que comemorou a fuga com grandes manifestações de alegria — provavam que as masmorras fascistas não eram inexpugnáveis, que o fascismo não era invencível.

Dezassete anos depois, alguns milhares de pessoas reuniram-se na Associação Recreativa Penicense, participando entusiasticamente num comício comemorativo da fuga, que contou com a presença do secretário-geral do PCP. Embora representem situações diferentes, estes

dois actos comunistas separados por dezassete anos estão indissociavelmente ligados por objectivos comuns: ontem, tal como hoje, na fuga ou no comício, os comunistas portugueses empregam-se a fundo na causa da libertação do Povo português.

"Ao alcançarmos a liberdade e ao retomarmos o posto de combate, saudamos antes de mais o nosso Partido e o Povo português, afirmando a nossa determinação de os servir como até hoje na luta pela instauração em Portugal de um regime de liberdade e de legalidade" — afirmavam numa saudação os nove camaradas que se evadiram de Peniche.

Serra, Francisco Miguel, Rogério de Carvalho, José Carlos Almeida, Pedro Soares e Guilherme da Costa Carvalho foram os nove abnegados comunistas que, com o auxílio do Partido e do povo de Peniche e contando ainda com a colaboração de um patriota soldado da GNR, lograram vencer a fortaleza fascista de Peniche e retomar o seu lugar na luta do nosso Partido e do nosso Povo contra a ditadura fascista.

Dois desses camaradas deixaram já a nossa companhia, mas continuam de pé, ao nosso lado — Pedro Soares e Guilherme da Costa Carvalho. Os restantes são todos, actualmente, membros do Comité Central do PCP, sendo um o nosso secretário-geral, três membros do Secretariado e quatro membros da Comissão Política. Estes factos mostram bem que tal como há dezassete anos, a dureza da luta não é suficiente para afastar os militantes comunistas da vanguarda do combate.

Por isso, a jornada que se viveu no passado domingo em Peniche foi uma jornada de entusiasmo e de confiança. Entusiasmo porque quatorze anos depois, a derrota que os carcereiros fascistas sofreram em Peniche alastrou por todo o País e a nossa Pátria, o Povo português, se libertaram da ditadura fascista. Confiança porque as massas populares, os democratas e antifascistas saber-se-ão unir para evitar o regresso dos carcereiros do nosso Povo ao seu posto de fiéis cães de guarda da ditadura terrorista dos monopólios e latifúndios.

E tal como ontem, os comunistas não regatearão esforços para que a classe

operária, as massas trabalhadoras, todas as camadas laboriosas da população portuguesa possam, na firmeza da sua unidade, no vigor da sua combatividade e na determinação da sua acção consolidar a democracia e marchar rumo ao socialismo.

### UMA FORÇA DECISIVA CONTRA O FASCISMO PELO SOCIALISMO

Dezassete anos são passados sobre a fuga de Peniche. Dezassete anos durante os quais se operaram no nosso país profundas transformações políticas, económicas e sociais. E tudo isto porque o Povo português nunca vergou — como os comunistas presos ou na clandestinidade nunca vergaram — à repressão fascista.

A fuga de peniche pôde concretizar-se porque Portugal resistiu. No centro dessa fuga estiveram nove comunistas, tal como no centro da resistência ao fascismo estiveram muitos milhares de comunistas, organizando e mobilizando o Povo para a conquista da aurora da liberdade.

Hoje, no novo Portugal democrático e amanhã, na futura pátria socialista que o Povo português vai construir, os comunistas são e continuarão a ser uma força decisiva na luta pela paz, pela liberdade, pela justiça e pelo progresso social. Não há masmorras que possam conter a poderosa energia revolucionária do destacamento comunista porque é a classe operária e as massas trabalhadoras que vai buscá-la e não há nada nem ninguém que a possa conter!

## ROMAGEM À CAMPA DOS 2 COMUNISTAS MORTOS EM CUSTÓIAS

A memória dos dois metalúrgicos comunistas mortos no dia 1 de Janeiro do ano transacto, junto à prisão de Custóias, foi recordada na passagem do primeiro aniversário do trágico acontecimento, através de romagens realizadas às suas sepulturas nos cemitérios de Valadares e Leça do Balio. Essas manifestações de pesar contaram com a presença de várias centenas de trabalhadores, na sua maioria representando delegações de numerosas células comunistas de empresas metalúrgicas do Norte.

O nosso camarada Celestino Teixeira esteve sempre onde fosse preciso defender as liberdades alcançadas com o 25 de Abril — salientou o camarada Armando Nogueira, membro do Comité Central e da DORN do PCP, ao recordar a vida, a luta e o exemplo daquele metalúrgico comunista da UTIC.

Acentuando que naquela romagem estava a ser prestada homenagem a um operário que sempre defendeu a sua classe, o camarada Armando Nogueira, na sua breve alocução, reclamou o apuramento das condições em que se verificaram as três mortes junto à cadeia de

Custóias, exigindo que fosse tornado público o relatório.

Durante a cerimónia, usou também da palavra um membro da célula do PCP na UTIC. Após ter sido guardado um minuto de silêncio, todos os trabalhadores manifestaram a sua solidariedade para com a mãe e o irmão do camarada Celestino, que se encontravam presentes.

Também em Leça do Balio, cerca de 100 pessoas concentraram-se junto da campa do camarada Arménio Pereira da Silva, que foi militante da célula do PCP na SEPSA. Foram proferidas palavras de saudação à sua memória por um camarada da célula do PCP naquela empresa, por um trabalhador da EFACEC e pelo camarada José Ribeiro, membro do Comité de Classe dos Metalúrgicos do Porto o qual, após ter recordado os trágicos acontecimentos de há um ano, fez um apelo à unidade dos trabalhadores nas fábricas e em todos os locais de trabalho para mais facilmente alcançarmos a sociedade pela qual lutou e morreu o camarada Arménio Pereira da Silva.

No final da cerimónia, todos os presentes cantaram a "Internacional".



# A SITUAÇÃO POLÍTICA ANALISADA POR ÁLVARO CUNHAL

Presente no passado domingo em Peniche, num comício evocativo da célebre fuga da sinistra fortaleza, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou um discurso, em que analisou a actual situação política e as perspectivas que o PCP aponta para a superação das dificuldades do momento.

## A POLÍTICA DO GOVERNO PS PODE CONDUZIR AO DESASTRE

Nós falamos na construção da democracia rumo ao socialismo, mas devemos ter a ideia das dificuldades e perigos reais da hora que passa.

Apesar da derrota do CDS e do PPD/PSD nas eleições para as autarquias, apesar de estes partidos não terem conseguido a maioria que anunciavam para depois exigirem a sua entrada no Governo, a reacção continua muito activa e não abandona os seus planos de, por uma forma ou por outra, conquistar o poder e liquidar a democracia portuguesa.

Seria fácil pôr definitivamente termo aos planos da contra-revolução, se os dirigentes do PS se decidissem a adoptar uma política de defesa dos trabalhadores e não dos capitalistas e agrários, a adoptar uma política democrática, a rejeitar as alianças com as forças reacçãoárias, a responder positivamente às propostas que o PCP tem insistentemente feito para examinar em comum todos os problemas nacionais e procurar em comum soluções para os graves problemas económicos, financeiros, sociais e políticos que presentemente Portugal defronta.

Infelizmente, os dirigentes do PS insistem numa política que, neste princípio do Ano Novo, faz pesar negras nuvens sobre a situação dos trabalhadores e sobre a democracia portuguesa.

O Governo PS não é o governo que convém aos trabalhadores e à democracia. Pela política que está seguindo, o Governo PS não resolve nenhum dos grandes problemas que defrontamos, antes pelo contrário está a agravá-los. A política actual do Governo PS pode conduzir ao desastre a democracia portuguesa.

Em cinco aspectos fundamentais, o Governo PS contraria os interesses vitais do povo português e da democracia portuguesa.

O primeiro aspecto é a política que visa o agravamento das condições de vida da classe operária e dos trabalhadores em geral.

É verdade que o país consome mais do que produz e que esta realidade impõe uma política de austeridade. Mas a austeridade deve começar pelas camadas de milionários que continuam dissipando numa vida faustosa grande parte dos recursos nacionais. Deve começar pelo Governo que dá maus exemplos da austeridade exigindo sacrifícios dos que menos ganham e enchendo os bolsos dos que mais têm, mantendo aparências de grandeza e desperdício de que é exemplo, entre outros, a faustosa recepção dada a 2 mil convidados durante a visita ao Brasil do sr. Primeiro-Ministro. Seria bom dizer ao povo português quanto se gasta em tais loucas fantasias.

Não se pode aceitar uma política que promovendo despesas inúteis de fausto e luxo, indemonizando capitalistas e agrários, pretende fazer pagar aos trabalhadores o preço das dificuldades económicas e financeiras de que a política do Governo é em grande parte responsável.

Não se pode aceitar uma política que visa ganhar o apoio e a confiança do grande capital, intensificando a exploração dos trabalhadores.

O PCP tem-se pronunciado contra reivindicações, irrealistas lançadas pela própria reacção e pelos esquerdistas que a servem. Mas continuamos firmemente sem quaisquer vacilações a apoiar as justas reclamações dos trabalhadores contra o agravamento das suas condições de vida.

O segundo aspecto da política do Governo que contraria os interesses vitais do povo português e da democracia portuguesa é a política de recuperação capitalista que visa entregar de novo ao

grande capital sectores da economia nacional que foram justamente nacionalizados, ou nos quais o Estado teve que intervir, ou onde se estabeleceu o controlo operário, em muitos casos, a gestão (e gestão proveitosa e eficiente) pelos trabalhadores.

Não só é profundamente imoral restituir tais empresas a verdadeiros sabotadores, como uma tal orientação irá agravar tensões e conflitos sociais e prejudicar de facto a reanimação económica indispensável ao país.

A recuperação capitalista não é o caminho da reanimação económica, mas o caminho do agravamento da situação económica e financeira nacional.

O PCP tem muitas vezes sublinhado a necessidade de ter em conta e garantir o funcionamento regular do sector capitalista da economia portuguesa. Mas o assalto que o grande capital, pela mão do Governo PS, pretende dar ao sector nacionalizado e intervencionado (como a CIP já se atreve abertamente a reclamar) deve ser firmemente combatido, não só porque, seria o caminho para a restauração do poder dos monopólios, como também porque seria o caminho do agravamento da situação económica e financeira do país.

O terceiro aspecto da política do Governo que contraria os interesses vitais do povo português e da democracia portuguesa é a violenta ofensiva contra a Reforma Agrária.

O que o Governo PS está fazendo é um verdadeiro crime contra os trabalhadores, contra a justiça social, contra a economia do país.

A pretexto de corrigir ilegalidades, o Governo altera dia-a-dia inconstitucionalmente a Lei da Reforma Agrária está cometendo irregularidades monstruosas. Cedem-se reservas a sabotadores. Cedem-se reservas de mais de 50 000 pontos. Desanexam-se herdades afectando a viabilidade económica de Cooperativas e Unidades Colectivas de Produção. Obrigam-se Cooperativas e UCP a entregar as melhores terras a rendeiros que a nenhum título têm direito a elas. Em vez da liquidação dos latifúndios, querem-se criar agora grandes explorações capitalistas à custa dos trabalhadores.

Em toda esta política, não se ouvem sequer os interessados, não se ouvem os trabalhadores e o Ministério despacha arbitrariamente sobre a petição de qualquer explorador ou oportunista. Para completar, corta-se o Crédito Agrícola de emergência para estrangular financeiramente as UCP, mas abrem-se créditos a amigos e amigalhões. Não se pagam os cereais nem se entregam sementes e adubos e desenvolve-se esta ofensiva precisamente na altura das sementeiras, causando prejuízos irreparáveis ao ano agrícola em curso.

Para cobrir esta política, fazem-se saneamentos nos CRR e colocam-se neles reacçãoários, inimigos da Reforma Agrária, pessoas ligadas aos interesses dos agrários.

Na discussão das leis do Plano e Orçamento o Governo aceitou introduzir alterações positivas com garantias para a defesa da Reforma Agrária. Mas logo depois, o facto de ter negociado com o CDS e aceitado novas alterações propostas por este partido representante da CAP e dos grandes agrários, permite admitir que vai prosseguir a política de protecção dos interesses dos grandes exploradores dos trabalhadores dos campos.

O Governo do PS mostra o propósito, não de corrigir ilegalidades, mas de liquidar a própria Reforma Agrária. A política do Governo PS não leva à organização da agricultura e ao aumento da produção. A prosseguir, provocará uma profunda

desorganização da exploração agrícola e uma grave diminuição da produção de cereais.

O carácter antipopular da política do Governo PS mostra-se claramente pelo uso de imponentes forças militarizadas, em acções intimidatórias indignas de um governo democrático, para impor aos trabalhadores as medidas que decreta. Enquanto para impor tais decisões são necessários imponentes dispositivos militares, pode afirmar-se que o apelo popular à Reforma Agrária se confirmará no dia em que se rectificarem estas medidas arbitrarias agora executadas.

No dia em que, como esperamos, for feita justiça e for decidido entregar novamente às Cooperativas e UCP as terras ilegítimamente dadas aos agrários pelo Governo PS, podemos garantir que serão verdadeiras festas populares e que não será necessário um só soldado para impor tais decisões. O povo se encarregará de aplicá-las.

O PCP reclama que seja imediatamente suspensa esta política de liquidação da Reforma Agrária. Reclama que nenhum caso de direito de reserva ou de desanexação seja resolvido sem ouvir os próprios interessados, sem ouvir os trabalhadores e os pequenos e médios agricultores.

O quarto aspecto da política do Governo que contraria os interesses vitais do povo português e da democracia portuguesa, é a política do MEIC dirigida no sentido da destruição e liquidação de quase tudo quanto de progressista foi alcançado nas escolas.

Ressuscitando processos administrativos e repressivos que são a negação da própria democracia, procede a uma vaga de saneamentos políticos determinados pelo mais estreito, vesgo e sectário partidarismo, ao mesmo tempo que decreta a readmissão de conhecidos fascistas e reacçãoários.

Não é a eficiência e a competência que o Governo pretende. O que o Ministério pretende é liquidar a gestão democrática nas escolas e reintroduzir critérios e conceitos típicos do obscurantismo reacçãoário.

Não é assim que se põem as escolas a funcionar para servir a democracia, para fornecerem os quadros exigidos pelas necessidades de um desenvolvimento económico nacional independente, tendo como base as transformações progressistas realizadas pela revolução nas estruturas

## POR UMA ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

Se tão vigorosamente criticamos a política do Governo PS não é porque adoptemos uma atitude de oposição sistemática, mas porque está em causa o destino da própria democracia, o destino do nosso povo.

Ao mesmo tempo que desvenda o carácter e as previsíveis consequências da política do Governo PS, o PCP procura incansavelmente, mesmo nas condições mais desfavoráveis, dar uma contribuição positiva, construtiva, para a solução dos problemas e dificuldades.

Foi o que aconteceu quando da discussão na Assembleia da República dos projectos de leis do Orçamento e do Plano.

O Governo PS correu então um sério risco de não poder continuar a governar. E os partidos reacçãoários gostariam de aproveitar o momento para impor a sua entrada no Governo.

Perante essa situação, a posição do nosso Partido foi a seguinte: por um lado, impedir que fosse bem sucedida a tentativa de assalto ao poder pelos partidos reacçãoários; por outro lado, alcançar através de negociações com o Governo PS, o maior número possível de emendas aos projectos iniciais, de forma a que ficassem inscritas no Orçamento e no Plano

económico-sociais.

Finalmente o quinto aspecto da política do Governo que contraria os interesses vitais do povo português e da democracia portuguesa é a política de endividamento ao estrangeiro, que põe Portugal na dependência do imperialismo e que compromete seriamente a independência nacional.

Os dirigentes do PS (que desde o VI Governo Provisório em que tinha a hegemonia com o PPD têm gravíssimas responsabilidades no esgotamento de divisas e ouro) parece não conhecerem outra solução para as dificuldades financeiras que não sejam os empréstimos externos.

Como temos sublinhado, trata-se de um perigoso caminho, que envidua dia-a-dia mais o país, que cria encargos anuais incomportáveis para a economia portuguesa, que torna Portugal dependente do imperialismo estrangeiro, designadamente do imperialismo norte-americano.

Cada novo empréstimo que o Governo PS apresenta como um êxito é mais uma derrota de Portugal, mais um testemunho da incapacidade de resolver os problemas nacionais, mais uma ameaçadora hipoteca sobre o já comprometido património nacional, mais um passo no caminho da submissão do imperialismo, mais uma ameaça à independência nacional.

A política do Governo PS não resolve nem poderá resolver os problemas essenciais da hora presente. A prosseguir, afundará mais e mais o nosso país em dificuldades económicas, financeiras, sociais e políticas. Provocará não a reanimação da economia, mas um possível colapso económico e financeiro neste novo ano de 1977. Provocará não a estabilidade democrática, a ordem e a tranquilidade públicas, mas uma perigosa desestabilização de que só a contra-revolução beneficiará. A política do Governo PS, a prosseguir, conduzirá não à consolidação da democracia, mas à ameaça de uma nova ditadura.

A contra-revolução espreeita e aplaude a política de recuperação capitalista, agrária e imperialista do Governo PS e espera o momento em que o colosso e previsível fracasso do Governo PS crie condições favoráveis para a formação de um governo abertamente reacçãoário.

É necessário evitá-lo. E para isso é necessário preparar seriamente as condições para uma alternativa democrática ao actual Governo PS.

PS, esgotaremos todas as possibilidades de examinar com o Governo aspectos concretos de aplicação da sua política, de forma a ser dada satisfação a reclamações dos trabalhadores, a ser modificada e rectificada a ofensiva contra a Reforma Agrária e as conquistas da Revolução, a serem encontradas soluções para os graves problemas que Portugal defronta.

Apesar da persistência das posições anticomunistas dos dirigentes do PS, nós insistimos e insistiremos na aproximação de socialistas e comunistas nos locais de trabalho, em toda a parte, com vistas ao estabelecimento de acordos para a defesa comum dos interesses comuns e no exame conjunto pelas direcções dos dois partidos de todos os problemas de interesse nacional.

Na Assembleia da República, o grupo parlamentar comunista, com os seus 40 deputados, continuará tenazmente procurando bases de acordo com o grupo parlamentar do PS e insistindo firmemente na sua intervenção construtiva, de forma a que os diplomas aprovados correspondam o mais possível aos interesses dos trabalhadores e da democracia.

Junto da Presidência da República e do Conselho da Revolução, o PCP manterá a atitude que adoptou: relações normais com esses órgãos de soberania com uma atitude cooperante sempre que possível.

Tal é a atitude do PCP em relação aos órgãos do poder.

É porém evidente que os graves problemas existentes agravarão progressivamente as dificuldades do Governo PS. Se no final do ano, o Governo PS não calu, não foi porque lhe chegassem os apelos que tem, mas porque não estava madura uma alternativa.

Se os dirigentes do PS não tomarem consciência de que a sua base de apoio se reduz dia a dia tanto no país como no seu próprio partido, se não tomam a sério o aviso que constitui a perda de quase meio milhão de votos nas eleições para as autarquias, depois da perda de outros 300 mil votos nas eleições para a Assembleia da República, se julgam reforçar-se suspendendo, afastando e expulsando os seus próprios militantes, não tardará muito que o Governo PS (o próprio PS) não venha a defrontar uma crise real donde dificilmente sairá.

Se os dirigentes do PS compreenderem a tempo o abismo para que caminham

## PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES PELA UNIDADE DOS DEMOCRATAS

Um dos objectivos principais da acção dos trabalhadores e de todas as forças e sectores democráticos e progressistas deve ser a formação de um governo que, pela sua composição e o seu programa, esteja em condições de assegurar a defesa dos interesses dos trabalhadores, da democracia e da independência nacional.

Mas até que esse objectivo seja alcançado, os trabalhadores e os democratas não podem ficar e não ficarão de braços cruzados, deixando que se desenvolvam e realizem os planos da reacção e que prossiga uma política de recuperação capitalista desastrosa para o povo e para o país.

Pela nossa parte, nós, os comunistas, continuaremos dando o máximo dos nossos esforços para a solução dos problemas concretos que Portugal defronta.

E lutaremos, como sempre lutámos, em defesa dos interesses dos trabalhadores, em defesa das liberdades, em defesa das conquistas da Revolução, para que prossiga a construção da democracia rumo ao socialismo.

Temos consciência da força do nosso Partido. Mas não temos hoje, como nunca tivemos, a ideia de que essa força seja bastante para assegurar a vitória final da Revolução portuguesa.

Apesar da grande força organizada do nosso Partido e da capacidade, combatividade e determinação dos nossos militantes, do apoio que dão à nossa política a classe operária e largos sectores democráticos, temos plena consciência de que sozinhos não temos condições para defender as liberdades e a democracia e para assegurar que esta siga o rumo do socialismo.

Para que estes objectivos possam ser alcançados, é necessário que se unam

(e para que encaminham a democracia portuguesa) com a política actual, será ainda possível encontrarem apoios que lhes permitam ter uma acção prestígio na governação do país e na defesa e construção da democracia portuguesa.

Certos círculos do imperialismo, particularmente nos Estados Unidos e na RFA insistem no que chamam o «reforço» do Governo com a entrada do PPD ou mesmo do CDS.

Uma tal solução serviria certamente os interesses do imperialismo estrangeiro e dos grandes capitalistas mas não os interesses da democracia portuguesa e da independência nacional.

Os graves problemas nacionais não poderão ser resolvidos com um governo em que entrem os partidos reacçãoários, com a acentuação da política antioperária e antipopular, mas com uma solução democrática. E uma solução democrática, nas condições existentes no nosso país, não pode ter lugar sem o Partido Comunista Português e muito menos contra o Partido Comunista Português.

Para nós, portugueses, a solução dos grandes problemas que defrontamos, tem de basear-se fundamentalmente nas nossas próprias forças. Para sair das dificuldades económicas e financeiras, impõe-se um decidido esforço nacional, um esforço em que se mobilizem todos os recursos naturais e humanos e todas as potencialidades da economia portuguesa. Impõe-se que se libertem as energias criadoras do povo português, ganho para a grande batalha da sobrevivência e salvação da democracia, do bem-estar e da independência nacional.

Um tal esforço só será possível desde que se sejam asseguradas e não ameaçadas e comprometidas as liberdades, desde que sejam consolidadas e não postas em causa as conquistas da Revolução, desde que o Governo e os órgãos do poder político-militares conduzam uma política que suscite o apoio, a confiança e o entusiasmo do povo trabalhador.

É com os trabalhadores, é com os comunistas, é e nunca, contra os comunistas que se pode salvar o país de uma catástrofe económica e financeira e que se pode assegurar o regime democrático e a independência nacional.

todos os trabalhadores, todos os verdadeiros antifascistas, todos os verdadeiros democratas, na luta comum pela causa comum.

A reacção e todos os inimigos da Revolução portuguesa desenvolvem uma acção intensíssima para dividir os trabalhadores, para dividir os democratas, para impedir a unidade das forças sociais e políticas capazes de assegurar a consolidação e o prosseguimento do processo democrático.

Desde há muito é conduzida uma grande operação para dividir o movimento sindical. Também na ofensiva contra a Reforma Agrária, uma das armas utilizadas é a divisão dos trabalhadores, com promessas, com enganos, com favores, com intrigas.

O anticomunismo é uma das principais armas de divisão utilizadas pelos reacçãoários e pelos inimigos das conquistas da Revolução. Para que a unidade seja defendida tem de ser combatido com sucesso o anticomunismo.

A unidade dos trabalhadores, a unidade dos democratas significa antes de tudo a unidade dos trabalhadores e democratas de todas as tendências com o Partido Comunista Português que é o único grande partido consequente na defesa dos interesses da classe operária, da liberdade, e das outras conquistas da Revolução, da democracia e do socialismo.

O PCP prosseguirá firme e inafatigavelmente a sua política de unidade e adverte os trabalhadores e os democratas dos perigos mortais que pode trazer a divisão.

Trabalhadores que se deixem enganar por manobras divisionistas, venham elas da reacção ou de esquerdistas, colocam-se



contra a sua própria classe, colocam-se contra si próprios.

É necessário tudo fazer para impedir a divisão e para assegurar a unidade dos trabalhadores.

Assim, por exemplo, se há diferenças de opinião entre os pescadores de Peniche, os próprios pescadores não devem deixar que no seu seio se desenvolva o veneno do desentendimento e da divisão. Se há diferenças de opinião entre pescadores, os próprios pescadores devem discutir entre si, discutir fraternalmente, para chegarem a um acordo, para poderem defender eficazmente os seus interesses.

Os trabalhadores são todos irmãos, sejam quais forem as suas opiniões políticas. Irmão não faz guerra a irmão. É necessário que todos os trabalhadores se unam como um só homem para que não voltem os Tenreiros, para que não volte o fascismo, para que consigamos prosseguir a vida democrática e construir uma vida nova e melhor para os nossos filhos.

Este mês terá lugar uma grande batalha pela unidade da classe operária, pela unidade dos trabalhadores. Refiro-me ao Congresso dos Sindicatos.

Os exploradores e aqueles que os servem têm procurado provocar a divisão dos sindicatos. Servem-se de todos os processos, mesmo os mais indignos. Mas até hoje não conseguiram quebrar a elevada consciência de classe dos trabalhadores. A manobra divisionista da chamada «Carta Aberta» sofreu um estrondoso fracasso. Em alguns sindicatos, cujas direcções tomaram uma posição divisionista, os trabalhadores opõem-se à atitude das direcções e exigem a participação no Congresso Sindical.

Vendo-se progressivamente isolados, os divisionistas, com a protecção e o estímulo do Governo, deitam mão a todos os recursos. Falsificam nuns casos as votações de assembleias-gerais. Negam-se noutros casos a convocá-las. Procuram substituir as assembleias-gerais, órgão democrático e máximo dos sindicatos, por «referendos» que permitem todos os cozinhados à antiga maneira dos sindicatos corporativos do tempo do fascismo. Mesmo assim, quando temem o resultado dos «referendos» logo declaram não serem obrigados a respeitá-los.

Os dirigentes do PS e o Governo PS que vêem que os seus planos divisionistas encontram pela frente a consciência unitária dos trabalhadores, procuram agora violando a Constituição fazer decretos regulamentadores da vida sindical para que a vontade dos trabalhadores seja afogada nas suas próprias organizações de classe.

Os divisionistas mostram claramente os seus conceitos autoritários, sectoriais e antidemocráticos. Mostram o seu desprezo pela vontade dos trabalhadores. Mostram que procuram por todas as formas e meios enfraquecer a organização e a capacidade da acção dos trabalhadores, para mais facilmente levarem por diante a sua política de recuperação capitalista,

agrária e imperialista.

A classe operária, os trabalhadores tal como até agora, continuarão a dar a resposta devida àqueles que os querem dividir.

Estamos certos de que o próximo Congresso Sindical será uma grande vitória do movimento sindical unitário em torno da Intersindical, será uma grande afirmação da unidade dos trabalhadores e da sua determinação de lutar em defesa dos seus interesses, em defesa da liberdade sindical, cujas maiores expressões são a vida democrática e a independência dos sindicatos.

Estamos certos de que os pescadores de Peniche e outros trabalhadores da região, através dos seus sindicatos, darão também uma valiosa contribuição para o sucesso do Congresso Sindical, para a defesa e reforço do movimento sindical unitário dos trabalhadores portugueses. Além da unidade dos trabalhadores, impõe-se a unidade de todos os antifascistas, de todos os democratas portugueses.

As eleições para as autarquias, que no conjunto nacional, constituiram uma derrota para os partidos reacçãoários e um sério êxito para as forças progressistas, para o nosso Partido, mostraram que é possível a aproximação, o entendimento e a acção comum de democratas de variadas tendências.

O PCP reafirma a sua determinação em se unir a todos os democratas e patriotas, designadamente os socialistas, que pela sua parte se queiram unir aos comunistas na luta contra a reacção, na luta contra as ameaças contra-revolucionárias, na luta para a defesa e construção da vida democrática.

Da unidade dos democratas portugueses dependerá a sorte da democracia portuguesa. O PCP tudo fará para tornar possível essa unidade.

A unidade de classe operária e a unidade dos democratas, a serem defendidas e reforçadas, darão aos trabalhadores, darão à democracia portuguesa, uma força imensa e invencível.

Confiemos em que, no Ano Novo que agora começa carregado de ameaças e perigos, se reforçará a unidade dos trabalhadores, se reforçará a unidade dos democratas e que em 1977, como em 1976, serão defendidas as liberdades e as outras conquistas da Revolução.

Confiemos em que Portugal prosseguirá o caminho da democracia, guiando-se pela estrela polar dos trabalhadores, pela estrela que nos permite traçar o rumo certo, o rumo justo, o rumo do socialismo.

Viva a unidade da classe operária e de todos os trabalhadores!

Viva a unidade de todos os democratas!

Viva Portugal democrático, rumo ao socialismo!

Viva o Partido Comunista Português!



# Congresso de Todos os Sindicatos

## UNIDADE E LUTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Markado para os próximos dias 27 a 30, o Congresso de Todos os Sindicatos trará a Lisboa mais de um milhar de representantes dos trabalhadores sindicalizados em todo o País.

Segundo o quadro que junto inserimos, a CNOC anunciava, em 3 do corrente, um total de 253 sindicatos inscritos, representando 1 712 869 filiados. Prorrogado até 8 dias antes do início dos trabalhos, o alargamento do prazo de inscrição permitirá que outras associações sindicais participem numa jornada, cujo objectivo principal é o reforço da unidade das classes trabalhadoras e das suas organizações de classe. Como um porta-voz da CNOC reafirmou na conferência de imprensa acerca dos resultados da última RGS, a intensa participação dos trabalhadores na discussão das teses e o grande número de associações sindicais já inscritas garantem que o Congresso será um «grande êxito e um acontecimento que ultrapassa a vida sindical».

Além do alargamento do prazo de inscrição, a última Reunião Geral de Sindicatos realizada pela CNOC, em Lisboa, na terça-feira da semana passada, aprovou as regras processuais da condução

dos trabalhos e decidiu que os problemas, porventura levantados com a inscrição de sindicatos paralelos, serão resolvidos pela CNOC.

As 180 organizações sindicais, representadas

naquela RGS, aprovaram, entretanto, uma moção condenando a prática do referendo — «processo antidemocrático que mais não visa do que dar uma capa de legitimidade à divisão do Movimento

Sindical e traduz a falência da Carta Aberta». Acerca do projecto divisionista conhecido por este nome representantes da CNOC reafirmaram na conferência de imprensa que «isolado das massas, isolado sindical e politicamente, o núcleo subscritor da Carta Aberta está nas mãos da direita».

### NÃO AOS DECRETOS SIM À CONSTITUIÇÃO

A legislação antioperária e anticonstitucional do Governo PS continua a ser vivamente repudiada pelas organizações dos trabalhadores. Na última RGS, convocada pela

Intersindical, mais de 200 associações sindicais delegaram na Intersindical a incumbência de pedir a revogação ou a não ratificação pela Assembleia da República de vários diplomas da responsabilidade do Governo, como seja o que liberaliza os despedimentos, o da cobrança e remessa das cotizações sindicais, o referente às condições de suspensão das convenções colectivas de trabalho nas empresas intervencionadas ou com avals do Estado e o que regulamenta o trabalho prestado nas associações sindicais.

Quanto à lei dos despedimentos (Decreto-Lei n.º 841-C/76, de 7 de Dezembro) a RGS foi unânime em considerar que «as objecções feitas pelo movimento sindical ao projecto inicial do Governo se mantêm, dado que a única alteração — substituição da averiguação oral e sumária da justa causa por processo disciplinar sumário — é puramente demagógica e continua a comprometer gravemente o direito de defesas dos trabalhadores». Contrário à Constituição, o decreto sobre o despedimento «anula e reduz direitos fundamentais dos trabalhadores». Neste caso como noutros, o Governo «legisla sobre matéria da exclusiva competência da Assembleia da República» e não a submeteu à discussão dos interessados através das suas organizações de classe.

### MOVIMENTO SINDICAL NO CONSELHO DO PLANO

Acerca da alteração ao sistema de cobrança e remessa das quotizações sindicais, matéria do Decreto 841-B/76, de 7 de Dezembro, que tem por objectivo «a asfixia económica do movimento sindical», os participantes na RGS reafirmaram que o Governo «não tem competência para legislar sobre o direito de associação sindical, pois só a Assembleia da República o pode fazer».

Depois de condenarem as ingerências do Governo, bem patentes na legislação antioperária, que analisaram e foi alvo de moções, os representantes sindicais decidiram eleger uma comissão de âmbito

nacional, constituída pelo Secretariado da Intersindical e pelas Federações dos Metalúrgicos, Comércio, Lanifícios e Vestuário, Construção Civil,

Sindicatos do Mar, Portuários e Ferroviários, com a incumbência de tomar «as medidas necessárias para que venha a ser assegurada a participação efectiva do

movimento sindical no Conselho Nacional do Plano, no Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, na Assembleia da Radiodifusão e na Assembleia da RTP».

## O «CABAZ» DO GOVERNO PREVIDENTE AOS PREÇOS DE ÚLTIMA HORA

O Governo comprometeu-se perante a Assembleia da República a constituir, com a participação dos trabalhadores, até 31 de Janeiro de 1977, um «cabaz de compras» que abrangeria um conjunto de bens e serviços de primeira necessidade, cujos preços ficariam congelados, isto é, não seria permitido o seu aumento.

No entanto — lembra a Intersindical Nacional num comunicado — o que o Governo já fez, ou se prepara para fazer, acabará por liquidar os objectivos que se pretendiam alcançar com a constituição de tal «cabaz».

Com efeito, o Governo já começou a aumentar preços

enquanto isso — com a gravidade que a Intersindical assinala — o Governo ignora as propostas apresentadas pelas associações sindicais e publica um decreto-lei (887/76) «que aumenta o período mínimo de vigência dos contratos colectivos de trabalho para 18 meses (quando antes era de um ano)» e fixa em 15% o máximo para os aumentos de salários em 1977, nada fazendo em relação aos preços.

Depois de acentuar que estes subiram cerca de 25 por cento no ano findo, enquanto os salários se mantinham, na prática, congelados, o Secretariado da Intersindical, denunciando «mais esta manobra antipopular do Governo», faz um apelo aos trabalhadores «para que, de uma forma organizada, serena, mas firme, exijam medidas eficazes contra a alta do custo de vida e contra o congelamento dos salários».

## OS DECRETOS SEM OUVIDOS

«Quais foram as entidades previamente consultadas pelo Ministério do Trabalho? Que comissões de trabalhadores e sindicatos foram ouvidos?», pergunta a Intersindical num comunicado, depois daquele órgão do Governo ter mandado escrever em decretos que os trabalhadores tinham sido ouvidos, quando a verdade é que se continua a legislar nas suas costas.

Condenando mais uma vez os processos do Governo, que usa e abusa de um poder que lhe é negado pela Lei Fundamental do País, a Confederação Geral dos Sindicatos acrescenta que o Governo do PS se pretende antecipar à «crítica legítima» do Movimento Sindical, «fazendo crer que, com tal afirmação de princípio inserida apenas no preâmbulo desses diplomas, só por si concretiza e confirma esse tipo de consulta».

## MISSÃO PORTUGUESA NA URSS E NA BULGÁRIA

Encontra-se em Moscovo, onde permanecerá até ao próximo dia 11, uma missão oficial portuguesa que vai participar numa reunião da Comissão Mista Luso-Soviética, no decorrer da qual será analisada a evolução do intercâmbio cultural, económico e comercial entre os dois países.

Os objectivos desta visita, que assinala uma etapa importante no desenvolvimento das relações entre Portugal e a União Soviética, residem essencialmente na possibilidade de novas trocas comerciais, no planeamento de futuros acordos a longo prazo e na criação de uma comissão de trabalho permanente para a actividade comercial.

A mesma delegação oficial portuguesa — chefiada pelo Secretário de Estado do Comércio Externo, e composta por elementos da Direcção-Geral do Comércio Externo, do Fundo de Fomento de Exportação, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Secretaria de Estado das Pescas e do Ministério da Indústria e Tecnologia — estará igualmente, de 11 a 13, na República Popular da Bulgária para tomar parte numa reunião da Comissão Mista Luso-Bulgara, que vai apreciar novas formas de

Intercâmbio entre os dois países, contribuindo, assim, para o reforço das relações de amizade entre os povos de Portugal e da Bulgária.

**A VENDA**  
Distribuição CDL

**COMITROV**

PÁGINAS DE UMA VIDA HERÓICA

CADERNOS DE INICIAÇÃO  
AO MARXISMO  
LENINISMO

15

| Nome de Sindicatos                                 | N.º trabalhadores | N.º delegados ao Congresso | Nome de Sindicatos                             | N.º trabalhadores | N.º delegados ao Congresso | Nome de Sindicatos                                 | N.º trabalhadores | N.º delegados ao Congresso |
|----------------------------------------------------|-------------------|----------------------------|------------------------------------------------|-------------------|----------------------------|----------------------------------------------------|-------------------|----------------------------|
| <b>DISTRITO DE AVEIRO</b>                          |                   |                            | <b>DISTRITO DE LISBOA</b>                      |                   |                            | <b>DISTRITO DE SANTARÉM</b>                        |                   |                            |
| Sind. Tapeiros, Corretores e Redactores (a)        | 3 000             | 3                          | Sind. Livre dos Pescadores                     | 2 772             | 3                          | Sind. Trab. Agrícolas                              | 22 665            | 7                          |
| Sind. Panificação (a)                              | 1 100             | 3                          | Sind. Indústria Farmacéutica                   | 10 418            | 3                          | Sind. Indústria Alimentar (a)                      | 4 300             | 3                          |
| Sind. Gráficos Transf. Papel (a)                   | 2 000             | 3                          | Sind. Telecomunicações                         | 2 488             | 3                          | Sind. Ind. Celulosa Papel Cartões e Alas           | 1 627             | 3                          |
| Sind. Op. Corretores do Norte                      | 7 500             | 5                          | Sind. Cobreadores                              | 3 718             | 3                          | Sind. Comércio e Serviços                          | 7 860             | 3                          |
| Sind. Op. Chapistas                                | 1 080             | 3                          | Sind. Têxteis                                  | 32 000            | 9                          | Sind. Constr. Civil Marcharia e Cantaria           | 5 360             | 3                          |
| Sind. Ind. Hoteleira                               | 1 900             | 3                          | Sind. Madeiras                                 | 8 000             | 5                          | Sind. Ind. Madeiras                                | 2 315             | 3                          |
| Sind. Lavandarias Vest. Tinturarias                | 1 418             | 3                          | Sind. Ind. Hoteleira                           | 55 000            | 9                          | Sind. Metalúrgicos                                 | 7 854             | 5                          |
| Sind. Metalúrgicos                                 | 22 612            | 7                          | Sind. Cap. Op. Pilotos Comissários Rádio M. M. | 1 354             | 3                          | Sind. Panificação                                  | 1 000             | 3                          |
| Sind. Op. Ind. Calçado Malas e Alas                | 12 000            | 5                          | Sind. Rodoviários                              | 21 035            | 3                          | Sind. Rodoviários                                  | 3 926             | 3                          |
| Sind. Livr. Minérios Ind. Extr. Norte Port.        | 4 428             | 3                          | Sind. Tabacos                                  | 1 100             | 3                          | Sind. Ind. Corrimões                               | 1 300             | 3                          |
| Sind. Celulose e Papel                             | 3 557             | 3                          | Sind. Agricultura e Pecuária                   | 4 000             | 3                          | STAL - Administração Local                         | 25 943            | 7                          |
|                                                    |                   |                            | Sind. Cerâmica                                 | 7 370             | 5                          |                                                    |                   |                            |
| <b>DISTRITO DE BEJA</b>                            |                   |                            | Sind. Fogueiros Mar e Terra (a)                | 2 200             | 3                          | <b>DISTRITO DE SETÚBAL</b>                         |                   |                            |
| Sind. Trab. Ind. Mineria                           | 1 330             | 3                          | Sind. Técnicos de Desporto                     | 8 600             | 3                          | Sind. Panificação                                  | 1 200             | 3                          |
| Sind. Transp. Rodoviários                          | 1 382             | 3                          | Sind. Maq. Práticos Ajud. Art. M. Mercante     | 2 755             | 3                          | Sind. Rodoviários                                  | 4 200             | 3                          |
| Sind. Comércio e Serviços                          | 2 315             | 3                          | Sind. Telefonistas                             | 8 088             | 5                          | Sind. Ferrovias                                    | 4 500             | 3                          |
| Sind. Agrícolas de Beja                            | 29 034            | 7                          | Sind. Garagistas                               | 16 000            | 7                          | Sind. Estaleiros Bangueros                         | 216               | 3                          |
| <b>DISTRITO DE BRAGA</b>                           |                   |                            | Sind. Panificação                              | 3 000             | 3                          | Sind. Metalúrgicos                                 | 22 650            | 7                          |
| Sind. Barberos Cab. Op. Correlativos Dist. Braga   | 450               | 3                          | Sind. Ajudantes Farmácia                       | 13 318            | 7                          | Sind. Químicos do Sul                              | 8 500             | 5                          |
| Sind. Viança e Castelo                             | 3 000             | 3                          | Sind. Engenheiros Zona Sul                     | 13 000            | 7                          | Sind. Trab. Agrícolas                              | 15 000            | 5                          |
| Sind. Cais, Malas, Alas, Braga, V. Castelo         | 3 500             | 3                          | Sind. Trab. M. M. Aeronavegação e Pesca        | 4 017             | 3                          | Sind. Games                                        | 2 301             | 3                          |
| Sind. Marcenários Op. Correl. Braga                | 2 000             | 3                          | Sind. Engenheiros Técnicos                     | 4 017             | 3                          | Sind. Pescadores (a)                               | 2 408             | 3                          |
| Sind. Metalúrgicos                                 | 10 138            | 7                          | Sind. Op. Maquinistas M. M.                    | 1 165             | 3                          | Sind. Trab. Escritórios                            | 5 500             | 5                          |
| Sind. Têxteis                                      | 65 123            | 9                          | Sind. Actividades Cinematográficas (a)         | 755               | 3                          | Sind. Constr. Civil                                | 20 000            | 7                          |
| Sind. Gráficos Alas Menho e Braga                  | 1 211             | 3                          | Sind. Químicas Sul                             | 2 800             | 3                          | Sind. Comércio                                     | 5 553             | 5                          |
| Sind. Trab. Agrícolas                              | 400               | 3                          | Sind. Ajud. Prat. Despachantes Oficiais        | 2 395             | 3                          | Sind. Livre Ind. Cerâmica e Cimentos (a)           | 1 200             | 3                          |
| Sind. Rodoviários e Garagens (b)                   | 620               | 3                          | Sind. Ind. Docaria Lisboa                      | 4 761             | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Vestuário                                    | 5 783             | 3                          | Sind. Calçado                                  | 10 557            | 3                          | <b>DISTRITO DE VIANA DO CASTELO</b>                |                   |                            |
| Sind. Constr. Civil                                | 22 000            | 7                          | Sind. Trab. Transp. Colectivos Dist. LX - TUL  | 11 459            | 7                          | Sind. Ind. Cerâmica e Cimentos                     | 461               | 3                          |
| Sind. Rodoviários de Braga                         | 3 000             | 3                          | Sind. Metalúrgicos                             | 4 200             | 3                          | Sind. Constr. Civil                                | 2 014             | 3                          |
| Sind. Hoteleira de Braga                           | 1 356             | 3                          | Sind. Económicas (a)                           | 9 635             | 9                          | Sind. Escritórios e Comércio                       | 1 785             | 3                          |
| Sind. Comércio e Similares                         | 1 940             | 3                          | Sind. Constr. Civil                            | 74 305            | 9                          | Sind. Ind. Hoteleira                               | 993               | 3                          |
|                                                    |                   |                            | Sind. Electricistas                            | 35 500            | 9                          | Sind. Ind. Madeiras                                | 812               | 3                          |
| <b>DISTRITO DE BRAGANÇA</b>                        |                   |                            | Sind. Económicas (a)                           | 1 100             | 3                          | Sind. Metalúrgicos                                 | 2 243             | 3                          |
| Sind. Metalúrgicos                                 | 270               | 3                          | Sind. Trab. Judiciais Dist. Judicial LX        | 8 333             | 3                          | Sind. Panificação                                  | 1 048             | 3                          |
| Sind. Constr. Civil (a) (b)                        | 1 600             | 3                          | Sind. Celulose e Papel                         | 4 000             | 3                          | Sind. Rodoviários                                  | 1 048             | 3                          |
| <b>DISTRITO CASTELO BRANCO</b>                     |                   |                            | Sind. Portugal Vigília e Limpeza               | 27 000            | 3                          | Sind. Livre Estaleiros                             | 109               | 3                          |
| Sind. Trab. Comércio e Escritórios                 | 2 330             | 3                          | Sind. Proj. Dentária                           | 356               | 3                          | <b>DISTRITO DE VILA REAL</b>                       |                   |                            |
| Sind. Lanifícios Dist. C. Branco                   | 9 425             | 5                          | Sind. Químicos Ministério Público (a)          | 2 700             | 3                          | Sind. Trab. Agrícolas                              | 1 250             | 3                          |
| Sind. Metalúrgicos                                 | 2 162             | 3                          | Sind. Maquinistas                              | 6 873             | 5                          | Sind. Constr. Civil                                | 3 550             | 3                          |
| Sind. Constr. Civil                                | 2 038             | 3                          | Sind. Canteiros de Centro                      | 22 930            | 3                          | Sind. Rodoviários                                  | 1 075             | 3                          |
| <b>DISTRITO DE COIMBRA</b>                         |                   |                            | Sind. Agências Agrícolas                       | 690               | 3                          | Sind. Constr. Civil Metalúrgicos Serr. Carp. Marc. | 680               | 3                          |
| Sind. Bancários do Centro                          | 3 200             | 3                          | Sind. Ferrovias do Centro                      | 13 000            | 3                          | <b>DISTRITO DE VISEU</b>                           |                   |                            |
| Sind. Cerâmica Cimentos Sini. Dist. Coimbra        | 3 000             | 3                          | Sind. Têxteis                                  | 17 482            | 7                          | Sind. Escritórios e Comércio                       | 3 075             | 3                          |
| Sind. Trab. Comércio                               | 3 000             | 3                          | Sind. Comércio (b)                             | 70 000            | 3                          | Sind. Ind. Madeiras                                | 3 371             | 3                          |
| Sind. Op. Constr. Civil Op. Correl.                | 5 250             | 5                          | Sind. Barberos e Cabeleiros (a)                | 1 000             | 3                          | Sind. Constr. Civil Viseu e Guarda                 | 1 200             | 3                          |
| Sind. Gráficos do Centro                           | 1 625             | 3                          | Sind. Jornalistas                              | 1 000             | 3                          | Sind. Rodoviários (a)                              | 2 300             | 3                          |
| Sind. Metalúrgicos                                 | 4 800             | 3                          | SINTEL - Telecomunicações                      | 5 500             | 3                          | Sind. Alas e Costura                               | 746               | 3                          |
| Sind. Panificação e outros ramos alimentares       | 1 342             | 3                          | Sind. Função Pública (a)                       | 54 000            | 9                          | Sind. Metalúrgicos                                 | 2 862             | 3                          |
| Sind. Têxtil                                       | 3 407             | 3                          | Sind. Construtores Civis                       | 3 500             | 3                          | Sind. Ind. Calçado Malas, Viseu, V. Real, Guarda   | 136               | 3                          |
| Sind. Rodoviários                                  | 2 462             | 3                          | Sind. Maquinistas Mercantes                    | 2 000             | 3                          | <b>ACORES</b>                                      |                   |                            |
| Sind. Trab. Função Pública Zona Centro             | 5 191             | 5                          | Sind. Mestrados Maninagem C. M. Mercante       | 3 000             | 3                          | <b>DE ANGRA DO HEROISMO</b>                        |                   |                            |
| Sind. Hoteleira Coimbra Leiria, Guarda e C. Branco | 3 484             | 3                          | Sind. Psicólogos                               | 5 800             | 3                          | Sind. Transformadoras                              | 1 683             | 3                          |
| Sind. Agrícolas e Resmeiros de Coimbra             | 440               | 3                          | Sind. Serviço Doméstico                        | 1 550             | 5                          | Sind. Alimentação e Bebidas                        | 845               | 3                          |
| Sind. Ensinamentos do Centro                       | 6 914             | 5                          | Sind. Trab. Ind. Bebidas                       | 5 850             | 5                          | Sind. Constr. Civil                                | 2 245             | 3                          |
| Sind. Electricistas do Centro                      | 2 500             | 3                          | Sind. Trab. Imprensa                           | 3 014             | 3                          | <b>DISTRITO DA HORTA</b>                           |                   |                            |
| Sind. Professores (a) (b)                          | 3 500             | 3                          | <b>DISTRITO DE PORTALEGRE</b>                  |                   |                            | Sind. Pescadores                                   | 354               | 3                          |
| <b>DISTRITO DE EVORA</b>                           |                   |                            | Sind. Trab. Agrícolas                          | 18 700            | 7                          | Sind. Transportes e Turismo                        | 320               | 3                          |
| Sind. Trab. Agrícolas                              | 28 000            | 7                          | Sind. Corticeiros                              | 380               | 3                          | Sind. Estaleiros                                   | 360               | 3                          |
| Sind. Comércio e Serviços                          | 3 000             | 3                          | Sind. Escritórios e Comércio                   | 1 900             | 3                          | Sind. Constr. Civil                                | 300               | 3                          |
| Sind. Constr. Civil                                | 12 000            | 7                          | Sind. Metalúrgicos                             | 662               | 3                          | Sind. Alimentação e Bebidas                        | 297               | 3                          |
| Sind. Corticeiros                                  | 413               | 3                          | <b>DISTRITO DO PORTO</b>                       |                   |                            | <b>DISTRITO</b>                                    |                   |                            |
| Sind. Panificação (a)                              | 1 000             | 3                          | Sind. Rodoviários                              | 9 374             | 5                          | <b>DE PONTE DELGADA</b>                            |                   |                            |
| Sind. Metalúrgicos                                 | 3 505             | 3                          | Sind. Tapeçaria e Cordoaria (a)                | 3 150             | 3                          | Sind. Alimentação e Bebidas (a)                    | 1 000             | 3                          |
| Sind. Rodoviários                                  | 800               | 3                          | Sind. Metalúrgicos                             | 48 362            | 5                          | Sind. Ind. Transformadoras                         | 2 000             | 3                          |
| <b>DISTRITO DE FARO</b>                            |                   |                            | Sind. Gráficos                                 | 6 750             | 5                          | Sind. Trab. Rurais Livramento                      | 50                | 3                          |
| Sind. Trab. Agrícolas de Faro                      | 1 549             | 3                          | Sind. Ferrovias                                | 62 556            | 5                          | <b>MADEIRA</b>                                     |                   |                            |
| Sind. Prof. Ind. Consensos Dist. Faro              | 3 730             | 3                          | Sind. Têxteis                                  | 60 000            | 9                          | <b>DISTRITO DO FUNCHAL</b>                         |                   |                            |
| Sind. Op. Corticeiros                              | 1 446             | 3                          | Sind. Lanifícios                               | 1 806             | 3                          | Sind. Carregadores e Descarregadores               | 253               | 3                          |
| Sind. Trab. Ind. Hoteleira Similares               | 5 525             | 5                          | Sind. Paramédicos                              | 250               | 3                          | Sind. Bordados                                     | 3 796             | 3                          |
| Sind. Metalúrgicos (a)                             | 2 000             | 3                          | Sind. Têxteis                                  | 800               | 3                          | Sind. Panificação                                  | 1 558             | 3                          |
| Sind. Pescadores de Faro                           | 3 078             | 3                          | Sind. Prof. Farmácia                           | 2 100             | 3                          | Sind. Barberos e Cabeleiros                        | 186               | 3                          |
| Sind. Rodoviários                                  | 2 000             | 3                          | Sind. Vestuário Lav. Tinturaria                | 24 000            | 3                          | Sind. Metalúrgicos                                 | 1 558             | 3                          |
| Sind. Constr. Civil                                | 8 600             | 5                          | Sind. Agências (a)                             | 450               | 3                          | Sind. Constr. Civil                                | 5 600             | 5                          |
| <b>DISTRITO DA GUARDA</b>                          |                   |                            | Sind. Bancários (a) (b)                        | 12 013            | 7                          | Sind. Motoristas                                   | 1 510             | 3                          |
| Sind. Trab. Lanifícios Guarda e Viseu              | 5 500             | 5                          | Sind. Capitanias Navais                        | 350               | 3                          | Sind. Constr. Civil                                | 1 110             | 3                          |
| Sind. Metalúrgicos                                 | 1 246             | 3                          | Sind. Ind. Hoteleira                           | 10 284            | 7                          | Sind. Moagem Massas e Docas                        | 104               | 3                          |
| Sind. Escritórios e Comércio                       | 1 300             | 3                          | Sind. Ind. Cerâmica                            | 3 400             | 3                          | Sind. Conservas                                    | 290               | 3                          |
| Sind. Panificação                                  | 299               | 3                          | Sind. Barbeteiros e Cabeleiros (a)             | 1 300             | 3                          | Sind. Ceras e Vimes                                | 276               | 3                          |
| <b>DISTRITO DE LERIA</b>                           |                   |                            | Sind. Armazéns                                 | 15 000            | 3                          | Sind. Vestuário                                    | 276               | 3                          |
| Sind. Cerâmica e Cimentos                          | 4 853             | 3                          | Sind. Calçado e Malas (a)                      | 10 000            | 5                          | Sind. Emp. Escritórios Caixaeres Funchal           | 3 500             | 3                          |
| Sind. Constr. Civil (a)                            | 4 000             | 3                          | Sind. Madeiras (a)                             | 10 000            | 5                          | <b>TOTALS DE SINDICATOS - 253</b>                  | <b>1 712 869</b>  | <b>1 007</b>               |
| Sind. Comércio e Escritórios (a)                   | 6 000             | 5                          | Sind. Químicos                                 | 2 100             | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Metalúrgicos                                 | 6 422             | 3                          | Sind. Panificação                              | 10 000            | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Panificação Prod. Alimentares                | 700               | 3                          | Sind. Pedreiros                                | 1 450             | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Pescadores                                   | 4 000             | 3                          | Sind. Pescadores Matosinhos                    | 1 200             | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Rodoviários (a)                              | 4 000             | 3                          | Sind. Pescadores Póvoa Varzim                  | 1 021             | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Têxtil                                       | 1 000             | 3                          | Sind. Pescadores Vila do Conde                 | 1 300             | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Ind. Vidreira                                | 14 000            | 7                          | Sind. Carpinteiros e Serradores                | 1 300             | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Op. Serradores, Cap. Mec. Op. Correlativos   | 3 300             | 3                          | Sind. Cartões, Celulose e Papel                | 2 999             | 3                          |                                                    |                   |                            |
| Sind. Lanifícios                                   | 4 000             | 3                          | Sind. Comércio                                 | 15 000            | 7                          |                                                    |                   |                            |
|                                                    |                   |                            | Sind. Constr. Civil                            | 5 113             | 3                          |                                                    |                   |                            |
|                                                    |                   |                            | Sind. Curtumes (a)                             | 3 000             | 3                          |                                                    |                   |                            |
|                                                    |                   |                            | Sind. Electricistas                            | 15 500            | 7                          |                                                    |                   |                            |
|                                                    |                   |                            | Sind. Estaleiros                               | 6 000             | 7                          |                                                    |                   |                            |
|                                                    |                   |                            | Sind. Função Pública (a)                       | 7 500             | 5                          |                                                    |                   |                            |
|                                                    |                   |                            | Sind. Maquinistas Marítimos                    | 700               | 3                          |                                                    |                   |                            |

# LUTAS E TAREFAS DO DIA-A-DIA SINDICAL

A preparação do Congresso de Todos os Sindicatos entra na fase final. Os documentos têm sido discutidos em centenas de reuniões em todos os distritos. As propostas de emendas e sugestões são agora apreciadas pela CNOC (Comissão Nacional Organizadora do Congresso) que elabora textos-síntese para voltarem aos sindicatos. Os trabalhadores poderão reclamar a discussão das propostas que porventura não tenham sido incluídas nesses textos.

Entretanto, para esclarecer dúvidas e evitar especulações, a CNOC informa que «durante todo o tempo de funcionamento do Congresso, haverá um gabinete de informações que prestará toda a assistência aos órgãos de comunicação social e dará informações sobre o decorrer dos trabalhos. A este gabinete têm acesso todos os órgãos de comunicação social, havendo-o solicitado, para

esse efeito hajam sido credenciados pela CNOC, de acordo com o Regulamento do Congresso, aprovado pela reunião geral de sindicatos realizada nos dias 23 e 24 de Outubro de 1976».

### • NÃO OLHAM A MEIOS...

Provocadores, que levaram o presidente a encerrar os trabalhos da assembleia geral extraordinária, evitaram que os trabalhadores bancários do Porto tomassem qualquer decisão acerca da participação no Congresso de Todos os Sindicatos. Nova assembleia será marcada para debater o mesmo assunto, que já foi motivo de uma outra assembleia, na qual os bancários nortenhos tinham decidido participar no Congresso. Esta decisão é contrariada por 220 sócios que requerem a nova assembleia e pretendem que o Sindicato se alie ao Congresso.

### • CONTRA OS 15% NA FUNÇÃO PÚBLICA

A direcção do Sindicato

dos Trabalhadores da Função Pública (Zona Sul) recentemente empossada, «apela para a realização urgente, em todos os locais de trabalho da Função Pública, de Reuniões Gerais de Trabalhadores a fim de:

1. Tomar posição expressa contra o aumento de vencimentos anunciada pelo Governo.

2. Discutir e votar a proposta sindical apresentada pelas Comissões Directivas, introduzindo-lhe em adenda as alterações, sugestões e críticas que os trabalhadores maioritariamente aprovaram».

Entretanto, a direcção informa que, «com vista a assegurar os legítimos interesses e direitos da classe na questão do próximo aumento salarial dos TFP», solicitou a concessão urgente de audiências ao Presidente da República, Conselho da República, Primeiro-Ministro, ministro da Administração Interna, grupos parlamentares do Partido Socialista e do

Partido Comunista e Comissão de Administração Interna e Poder Local da Assembleia da República.



# PERSPECTIVAS PARA 1977

## Só com os trabalhadores se poderá construir a democracia

Ao começarmos o novo ano saudamos a classe operária e todos os trabalhadores manuais, intelectuais, pescadores e pequenos agricultores, a juventude, as mulheres de Portugal. A todos confirmamos a determinação do Partido Comunista Português em prosseguir, sem vacilações, a luta em defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, em empregar todos os seus esforços para que se defenda, se consolide e se construa a democracia portuguesa na perspectiva do socialismo.

Ao começarmos o novo ano saudamos os heróicos trabalhadores e trabalhadoras do Alentejo e do Ribatejo. Expressamos a nossa confiança em que defenderemos a Reforma Agrária, faremos parar a ofensiva anticonstitucional, antidemocrática e antipopular que contra a Reforma Agrária se desenvolve. Apesar das dificuldades e dos perigos os trabalhadores defenderão com êxito a Reforma Agrária de cuja vitória final depende a vitória da própria democracia portuguesa.

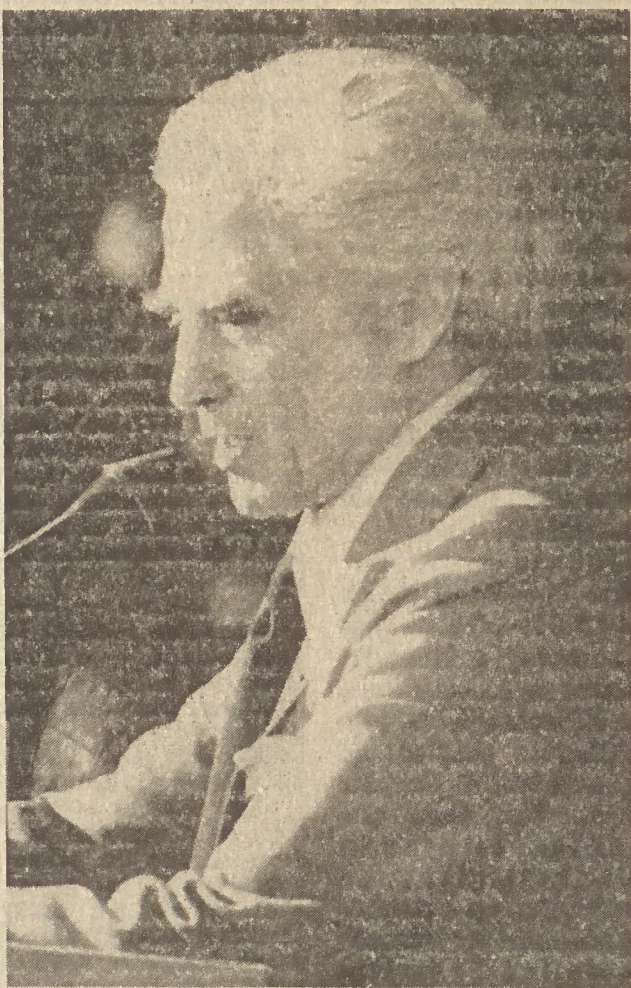
Saudamos os heróicos operários, empregados e técnicos das Empresas nacionalizadas, sob intervenção do Estado e sob o controlo operário, e expressamos a nossa confiança em que os trabalhadores unidos, organizados, decididos, defenderão as nacionalizações e se oporão com êxito ao regresso dos antigos exploradores.

Saudamos também os nossos camaradas, os trabalhadores e todos os democratas das regiões dominadas pela reacção e a todos asseguramos o activo apoio

e a solidariedade do nosso Partido até que as liberdades aí sejam efectivamente instauradas e a ordem democrática aí seja respeitada.

**Camaradas e amigos:**  
— Saudando os trabalhadores, saudando todos os democratas, civis e militares, a todos dizemos: se queremos salvar as liberdades, se queremos prosseguir a democracia, o ano de 77 terá de ser o ano da nossa unidade. O Partido Comunista fará os possíveis e podemos mesmo dizer, terá os impossíveis, para que a unidade seja alcançada. A unidade da classe operária nas Empresas, a unidade do movimento sindical que, estamos certos, sairá reforçada do próximo grande Congresso de Todos os Sindicatos. Estamos certos que o próximo Congresso Sindical comprovará que, sem a lei da unidade, como com a lei da unidade, os trabalhadores portugueses têm plena consciência da decisiva importância da sua unidade e estão firmemente decididos a continuar unidos no seu grande movimento sindical unitário. A unidade nas cooperativas, a unidade em todos os lugares de trabalho, a unidade nas escolas, a unidade de todos os que querem impedir o regresso a Portugal do tenebroso passado fascista, que querem uma vida segura para todos os portugueses, que querem garantir o futuro democrático de Portugal.

**Camaradas e amigos:**  
Para finalizar algumas ideias fundamentais que desejamos sublinhar neste começo de ano novo. As liberdades só poderão defender-se, defendendo as outras conquistas da Revolução. A democracia só se poderá defender e construir com os trabalhadores e nunca contra os trabalhadores.



Álvaro Cunhal

A democracia portuguesa só se poderá construir no caminho do socialismo.

Em nome do Partido Comunista Português, quero confirmar que o Partido Comunista empregará todos os seus esforços para que em 1977 se concretize essa perspectiva.

**Partido provado e experimentado, Partido caldeado em provas e dificuldades, Partido da Verdade, da Esperança e do Futuro, o Partido Comunista**

Português olha o novo ano de 77 com serenidade e confiança. O Partido Comunista Português empregará todos os seus esforços para que sejam asseguradas aos Portugueses as liberdades, para que sejam assegurados o bem-estar, o progresso e a independência de Portugal.

Do discurso pronunciado pelo camarada Álvaro Cunhal, na Festa de fim-de-ano na FIL.

## Assembleia da República

## Uma política que salvaguarde as conquistas da Revolução

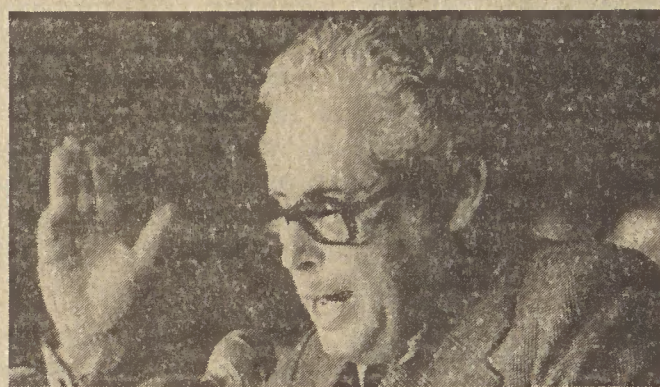
Os deputados comunistas continuarão a nortear a sua actividade na Assembleia da República pela defesa das liberdades, pela defesa das conquistas da Revolução, pela defesa dos interesses dos trabalhadores, pela defesa da independência nacional — as grandes condições para o desenvolvimento económico e a consolidação da democracia em Portugal.

A actividade dos deputados comunistas, tendo em vista estes grandes objectivos, continuará a ser guiada pela preocupação de assegurar a cooperação com outros deputados, naturalmente com os deputados socialistas, com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para a aprovação de leis justas que sirvam a causa da democracia e dos trabalhadores portugueses.

Nos escassos meses de funcionamento da Assembleia da República, durante o ano de 1976, esta cooperação foi possível em torno de algumas questões, entre as quais salientamos a eleição do Provedor de Justiça, a aprovação da lei que agrava as medidas de incriminação dos «pides», e nas decisões da Assembleia que repellem as ofensivas legislativas do CDS contra a Reforma Agrária e as empresas em autogestão.

É sabido que o mesmo não aconteceu noutras questões do maior interesse para o povo português, nomeadamente em relação aos diplomas do MEIC sobre a gestão democrática nas escolas do ensino superior, em que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista preferiu aliar-se aos partidos da direita reacçãoária para defender aqueles diplomas do ministro Sottomayor Cardia, que ameaçam realmente uma das conquistas maiores dos estudantes portugueses.

São de esperar novas operações legislativas da direita reacçãoária contra as



Carlos Brito

conquistas da revolução, nomeadamente contra a Reforma Agrária, a gestão pelos trabalhadores, as nacionalizações e o controlo operário, em ligação com os esforços que as forças reacçãoárias multiplicam ao nível das campanhas de imprensa, dos «plenários» da CAP, das iniciativas da CIP.

São de esperar operações dos partidos da direita reacçãoária na Assembleia da República tendo em vista criar a instabilidade, criar situações de debilitamento ou de vazão do poder democrático que, combinadas com manobras realizadas a outros níveis, preparem o terreno para a constituição de um governo abertamente reacçãoário.

Tal como aconteceu nos exemplos atrás citados e, ainda, quando do recente debate sobre as leis do Plano e do Orçamento, os deputados comunistas tudo farão para assegurar uma acção comum com os deputados socialistas, tendo em vista barrar o caminho à reacção e contrariar os seus objectivos.

São de esperar também iniciativas legislativas do Governo do PS reflectindo a sua política de cecidência à direita e às pressões reacçãoárias e ameaçando conquistas fundamentais da revolução e dos trabalhadores

portugueses. Se tal acontecer e na medida em que acontecer, os deputados comunistas prosseguirão a sua acção no sentido de denunciar e desmascarar o fundo de uma tal política; sem nunca perderem de vista as necessidades da unidade dos trabalhadores, dos democratas, dos antifascistas, imperiosa nas condições que o País atravessa, para a consolidação da democracia e a plena realização do regime constitucional.

A Assembleia da República terá que continuar a desenvolver um aprofundado labor tendo em vista a plena institucionalização da vida democrática, com respeito pela Constituição da República. Os deputados comunistas não regatearão esforços no trabalho das comissões e na actividade do plenário para a realização completa deste objectivo, mas estarão permanentemente vigilantes para que, na concretização da legislação necessária aos imperativos constitucionais, não prevaleça a tendência para, através da regulamentação, se esvaziar de conteúdo as liberdades e as outras conquistas maiores asseguradas na Constituição da República.

O cumprimento da Constituição e a exigência do

seu respeito é uma direcção fundamental da actividade dos deputados comunistas. Neste sentido, continuaremos a combater a tendência do Governo PS para legislar em campos que lhe estão vedados, nomeadamente no que se refere à legislação de trabalho e à lei sindical, e faremos todos os esforços para que tenham seguimento rápido e se transformem em Leis da Assembleia da República os projectos de lei apresentados, ou a apresentar, pelo Grupo Parlamentar do PCP, nomeadamente os projectos de lei sobre controlo operário, direito à greve, contratação colectiva, regularização das empresas em autogestão, regime das empresas com intervenção estatal, suspensão dos despejos e revogação do decreto 530/76.

No que toca à actividade inconstitucional e gravemente lesiva dos interesses dos trabalhadores em matéria de legislação de trabalho, executada pelo Governo PS, o Grupo Parlamentar do PCP não deixará de adoptar as medidas legislativas convenientes que melhor sirvam e melhor garantam os interesses dos trabalhadores.

Os deputados comunistas actuarão, tanto no sentido de utilizarem a tribuna da Assembleia da República — que os trabalhadores e o povo português lhes conferiram pelo seu sufrágio — para defenderem as conquistas da revolução e os interesses de toda a população laboriosa, como não regatearão esforços no sentido de prestigiar e aumentar a operatividade da Assembleia da República enquanto órgão legislativo por excelência, ao qual compete também constitucionalmente, zelar pela fiscalização da actividade do executivo e da administração em geral.

## Organização do Partido

Em relação ao ano que agora começou, penso que haverá melhores condições para se discutirem e resolverem as questões que se colocam à Organização do nosso Partido.

O facto de termos alcançado 115 000 membros em Setembro passado cria naturalmente muitas dificuldades, particularmente no que respeita a quadros capazes de dirigirem esta grande massa. Mas os 115 000 membros do Partido são uma garantia sólida de que é possível formar os quadros necessários e que é possível alargar mais, muito mais, o Partido.

Durante este ano iremos preocuparmo-nos com uma ligação mais estreita com todos os membros do Partido, pois é necessário transformá-los em verdadeiros membros do Partido, isto é, em militantes. É necessário organizar todos os membros, todos os organismos dirigentes, e todas

as organizações têm de se debruçar sobre esta questão e resolvê-la.

Isto significa que tem de haver uma maior preocupação com o acompanhamento e a formação dos quadros, daí o reforço do trabalho regular, pois é nas reuniões regulares dos organismos do PCP que acima de tudo se formam os quadros. Mas é também indispensável multiplicar as reuniões e os cursos de quadros.

Por outro lado, neste ano que agora começou vai-se desenvolver muito a realização de assembleias para discussão da actividade das organizações e para a eleição dos organismos correspondentes, aliás no cumprimento de uma resolução do VIII Congresso do PCP, o que em muitas organizações já está a ser preparada.

Todas estas questões orgânicas a que vamos dar muita importância preparam as

## Há sempre aspectos a rectificar e a melhorar

condições que possibilitam um maior alargamento do Partido. Isto significa que uma outra frente de luta é a intensificação do recrutamento, procurando orientá-lo para os sectores mais importantes.

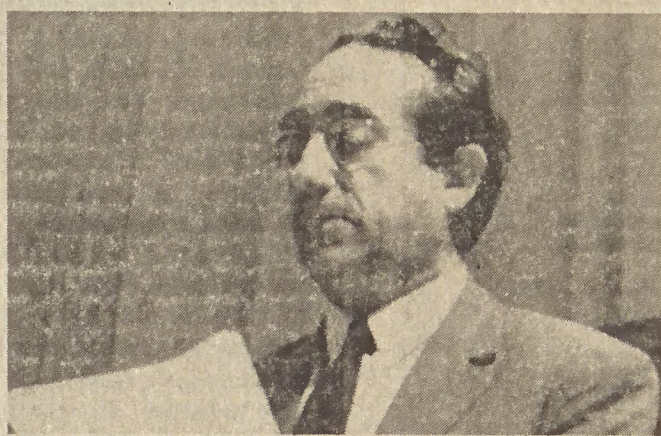
### UM GRANDE ESFORÇO UNITÁRIO

Uma das questões para que teremos de voltar a nossa atenção é o reforço do Partido nas regiões onde a reacção ainda tem uma grande força. Esta tem sido sempre uma preocupação da Organização do Partido, mas hoje estamos em melhores condições para levar por diante esta tarefa muito importante.

O trabalho realizado nas eleições para os órgãos do poder local conduziu as organizações do Partido a desenvolverem um grande esforço unitário e esta

actividade unitária é uma questão fundamental.

É extremamente fácil verificar que, onde as organizações venceram o sectarismo e se preocuparam verdadeiramente com um contacto estreito com os problemas das massas, a nossa acção ganhou força



Blanqui Teixeira

e mesmo as maiores dificuldades se conseguem vencer.

A experiência colhida com as últimas eleições é riquíssima a este respeito.

Ainda quanto ao reforço nas regiões mais difíceis será possível avançar mais do que até aqui e esse avanço não

é independente de uma maior penetração e influência do Partido entre os pequenos e médios agricultores.

Outras duas questões que se nos colocam são, em primeiro lugar, a necessidade de ampliar fortemente a influência e a Organização do Partido entre as mulheres. Como se sabe, a percentagem de mulheres no nosso Partido tem-se elevado lentamente. É indispensável que todos os membros do PCP, homens ou mulheres, não subistimem a participação das mulheres na Revolução e façam todos eles um grande esforço no sentido de recrutar mulheres, para as quais é também indispensável dar-lhes responsabilidades. Outra questão prende-se com a nossa influência entre os jovens, através das duas organizações autónomas dos jovens comunistas — a UJC e a UEC. É necessário alargar muito a influência dessas duas organizações e empenhar

o Partido no conhecimento e na ajuda da solução dos problemas da juventude.

Não estou a esquecer outros sectores. É evidente que a nossa preocupação primeira se volta sempre para a classe operária e não penso que, apesar da nossa grande influência no seu seio, tudo esteja bem. Bem longe disso. Mesmo nas empresas onde temos maiores células, há sempre questões a rectificar e a melhorar. Mas há grandes empresas onde temos ainda reduzida influência. E é mau existirem empresas, por vezes com mais de mil trabalhadores, situadas nalguns casos nas regiões onde a reacção predomina, e onde não existe uma influência importante da parte do nosso Partido.

Entre os operários agrícolas continuamos a necessitar de melhorar a organização e particularmente a estruturação, mesmo no Alentejo.

A unidade estreita entre

a classe operária e os outros trabalhadores é muito importante.

Onde ela não é forte e firme quem ganha é a reacção. Eis outra preocupação para a qual a Organização se tem de debruçar.

Pensamos que no fim de 1977 algumas das nossas maiores deficiências estarão vencidas. Pensamos que o número de militantes atingido em Setembro de 1976 será muito ultrapassado. Pensamos que no fim de 1977 o nosso Partido será um partido mais amplo, melhor organizado, mais ligado às massas, mais forte, mais capaz, de cumprir as tarefas — grandiosas tarefas — que temos pela frente. Temos também a certeza de que no fim de 1977 novos problemas haverá para resolver, mas sempre com o objectivo de reforçar o nosso Partido. Temos confiança e vontade de vencer. É essa aliação, a grande lição, que o Partido Comunista Português nos dá.

## Movimento Sindical

## A unidade defende-se com a unidade

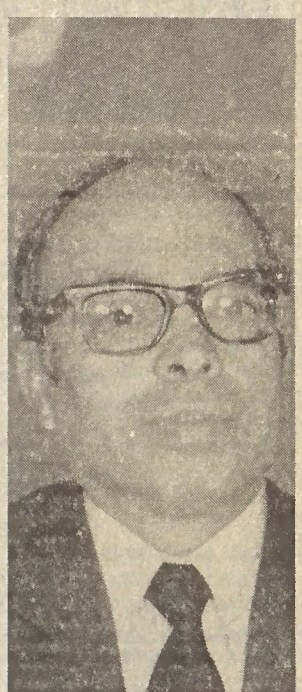
É com optimismo que encaramos o ano de 1977 no terreno sindical, pois cremos que se abrem largas e muito boas perspectivas de consolidação do movimento sindical unitário.

Com efeito, após os sucessos alcançados pelo movimento, em 1976, na luta para manter e alargar a unidade e para isolar os divisionistas, a realização do Congresso de Todos os Sindicatos, ainda neste mês de Janeiro de 1977, é sem dúvida um acontecimento muito importante na vida do movimento sindical e um grande passo mais para fortalecer a sua unidade.

O Congresso constituirá com certeza um forte contributo para a coesão do movimento sindical, que o mesmo é dizer para a unidade da classe operária e dos restantes trabalhadores, unidade aliás tão necessária ao êxito da luta dos trabalhadores pela satisfação das suas justas reivindicações, como ao êxito da luta de todas as forças progressistas do nosso País para a defesa das liberdades e para a construção do Portugal democrático que estamos edificando e que queremos rumo ao socialismo.

### O PERIGO DE CISÃO MANTÉM-SE

Esta não é, evidentemente, a perspectiva, nem estes são os objectivos, das forças da recuperação capitalista nem dos que as servem que haverão



José Vitoriano

de continuar a esforçar-se por dividir o movimento sindical como meio de melhor alcançarem o que pretendem. O ano de 1976 foi marcado por severas derrotas no terreno da acção de massas para aqueles que — conscientemente uns, inconscientemente outros — se empenharam em dividir o movimento sindical.

Mas, apesar dos sucessivos fracassos, não tenhamos dúvidas de que os divisionistas continuarão a trabalhar para dividir o movimento. Impossibilitados de assumirem

as posições hegemónicas (pelo contrário, encontram-se cada vez mais isolados) e recusando-se a aceitar as regras do jogo democrático, dentro de um movimento sindical em que são largamente minoritários, eles continuarão a trabalhar para a sua divisão. E tudo isto é e continuará a ser feito, por muito paradoxal que pareça, em nome da unidade, da democracia e da liberdade — da liberdade para dividir, naturalmente.

É, pois, de reter que, se por um lado as perspectivas de fortalecer, alargar e consolidar a unidade do movimento sindical são boas e os divisionistas estão cada vez mais isolados, por outro lado não desapareceram ainda os perigos de cisão. Tais perigos persistem. Os dirigentes e activistas sindicais e todos os trabalhadores não podem deixar de estar atentos a esses perigos, até porque, aos que trabalham para a divisão, continuará a não faltar a ajuda moral e outros estímulos dos seus amigos da CISL e da AFL-CIO.

### EM NOME DA UNIDADE INFILTRA-SE A DIVISÃO

É portanto necessário que os responsáveis pela condução do movimento sindical unitário e os trabalhadores em geral não adormecem sobre os êxitos alcançados em 1976, nem se deixem embalar por posições triunfalistas, mas se

mantenham vigilantes e actives para fazerem gorar os propósitos dos que, em nome da unidade, querem efectivamente a divisão, já que constatam a impossibilidade de terem a hegemonia na direcção do movimento. E para isso não lhes falta também a ajuda do Governo, através de vários diplomas publicados, que visam criar as maiores dificuldades ao movimento sindical.

Entretanto, apesar de toda essa ofensiva vinda de vários lados e sob várias formas, pensamos que o movimento sindical unitário tem experiência e capacidade bastantes para resistir e vencer as dificuldades. Para isso, é essencial continuar aberto ao diálogo e à discussão com outras tendências sindicais existentes, na procura de caminhos comuns, manter, desenvolver e aperfeiçoar a prática de métodos democráticos na discussão e nas decisões dentro do movimento, prosseguir uma acção sindical que corresponda ao sentir e à defesa dos interesses das largas massas trabalhadoras.

Alargar, defender e consolidar a unidade do movimento sindical são, pois, perspectivas cuja concretização em 1977 é inteiramente viável. São objectivos ao alcance do movimento e dos trabalhadores.

A unidade defende-se com a unidade. O Congresso de Todos os Sindicatos será uma grande vitória da unidade.

## Juventude Trabalhadora

## Previsível reforço da participação dos jovens no movimento sindical

A par do grande contributo que tem dado à luta geral do nosso povo pela defesa e consolidação das conquistas alcançadas com o 25 de Abril — a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo operário, as liberdades democráticas, a gestão democrática —, e pela alternativa democrática ao Governo minoritário do PS, eu penso que 1977 vai ser um ano de grande reforço da participação da juventude no movimento sindical, de grande reforço da sua unidade e da sua luta unitária nas empresas, nas fábricas, nos campos, nas estruturas sindicais.

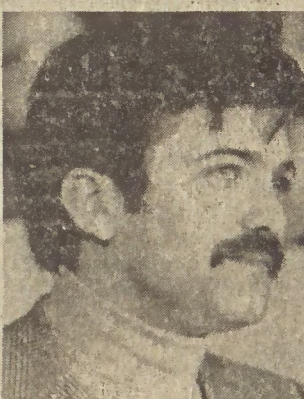
No ano de 1976 foram lançadas as sementes da participação da juventude no movimento sindical, na luta reivindicativa. Penso que 77 vai ser um ano de intenso combate organizado pela satisfação de reivindicações específicas e justas da juventude trabalhadora, particularmente o salário mínimo nacional aos 18 anos; o direito ao trabalho; o impedimento, por parte das autoridades, dos despedimentos sem justa causa; o acesso à cultura e à prática desportiva; o funcionamento democrático e regular dos estabelecimentos escolares nocturnos.

1977 será igualmente um ano de reforço, de criação e de coordenação das comissões de juventude nos sindicatos e nas empresas. Também penso que vai ser um ano de grandes realizações, de entusiásticas jornadas de

confraternização, de iniciativas de massas viradas para a juventude. A realização dos Festivais da Primavera vai ter em 77 um significado ainda maior, comparados com os anteriores. Serão também promovidas inúmeras jornadas de convívio e de amizade, nomeadamente, sessões de Canto Livre, iniciativas culturais, recreativas e desportivas, bailes populares, concursos, etc. Vão prosseguir igualmente os Encontros Regionais da Juventude Trabalhadora, a semelhança dos realizados em Lisboa, Évora, Portalegre. O próximo será no Porto, ainda este mês.

Um outro aspecto, também relacionado com a juventude em geral, que interessa referir é a realização de uma jornada internacional de grande projecção. Trata-se do 11.º Festival da Juventude e dos Estudantes de todo o Mundo, a realizar em 1978 na República Socialista de Cuba. Também para nós, 1977 será o ano da preparação da nossa participação neste Festival, que é um acontecimento da maior importância para a luta da juventude no plano internacional.

Será organizado um comité nacional unitário, para dinamizar e mobilizar a participação portuguesa no Festival. Trata-se pois, de uma importante tarefa, a desenvolver durante o ano que agora se iniciou pelos jovens comunistas, por toda a juventude.



Horácio Rufino

Para nós, jovens comunistas, a realização em 1977 do 1.º Congresso da UJC vai ser, sem dúvida, um acontecimento muito importante, vai assinalar uma etapa da nossa luta pela consolidação da democracia, pela defesa intransigente da Revolução Portuguesa, pela mobilização dos jovens em torno da resolução dos seus inúmeros problemas. O ano de 76 foi o ano de lançamento da União da Juventude Comunista, e este ano vai ser o da consolidação da nossa organização, vai ser um ano em que temos de trabalhar intensamente para alargar muito mais os efectivos da UJC, para fortalecer a UJC em muitas regiões do país, especialmente nas zonas do Norte e do Centro. Vamos, pois, desenvolver um amplo trabalho de divulgação

e esclarecimento, de mobilização dos jovens para a luta revolucionária, para os ideais do socialismo. Através de diversos tipos de iniciativas vamos levar aos jovens de todos os pontos do país uma mensagem de combate, de saudação e de unidade. Para uns será o incentivo para o prosseguimento da luta, para outros será o despertar dessa mesma luta.

1977 terá também de ser um ano de grande reforço da unidade da juventude, mesmo em termos de cooperação entre organizações políticas. Teremos de continuar a trabalhar no sentido das acções comuns com outras organizações, principalmente com a Juventude Socialista, o que tem sido, até agora, bastante difícil. Outro aspecto importante da nossa futura actividade, por ter constituído já no ano passado grandes acções de massas, será a continuação da realização de festivais de Canto Livre Amador, iniciativas de carácter unitário que têm vindo a revelar novos intérpretes da música popular e revolucionária. Por outro lado, são acções de massas, que mobilizam muitos jovens, ultrapassando assim as características de simples jornadas de amizade e convívio.

Em diferentes concelhos do distrito de Lisboa vão realizar-se só até Fevereiro perto de vinte festivais de canto livre amador. Terão a sua final, ainda no próximo mês, no Pavilhão dos Desportos.



# PERSPECTIVAS PARA 1977

## Mulheres

Não se podem desligar as perspectivas do trabalho entre as mulheres no que diz respeito à sua participação no processo democrático das perspectivas de evolução do próprio processo. Isto quer dizer que se o processo revolucionário avançar, como esperamos, no sentido de consolidação da democracia, da defesa e fortalecimento das conquistas já alcançadas, naturalmente que serão dados novos passos na participação das mulheres. No que respeita, e m e s p e c i a l m e n t e , a o comportamento do eleitorado feminino em três das quatro eleições, (para a Assembleia Constituinte, para a Assembleia da República e para os órgãos das autarquias locais) a despeito dos dados limitados que dispomos, cremos ser correcto afirmar que o seu comportamento foi no sentido do comportamento do eleitorado em geral. Trata-se de um factor a ter em consideração quer pelo PCP quer pelas outras forças democráticas e unitárias no nosso país. No que respeita à mobilização e à organização das mulheres e concretamente em relação a este ano há

## Mobilização e organização

problemas que aparecem já delineados, capazes de as mobilizar e levar a uma participação activa na luta. Refiro-me, por exemplo, ao problema do desemprego que toca as mulheres que, não trabalhando, vêem o desemprego afectar as suas famílias e sentem durante os seus efeitos e, particularmente, as mulheres, particularmente, as mulheres constituindo apenas um quarto da população activa, são das mais atingidas directamente pelo desemprego. Segundo dados recentes e oficiais mais de metade do exército de desempregados no nosso país é constituído por mão-de-obra feminina, vítima especialmente da política de sabotagem económica das multinacionais que, como sabemos, emprega e emprega grande número de mulheres em virtude dos baixos salários praticados na mira de mais fabulosos lucros. Outro problema que toca muito de perto as mulheres trabalhadoras é o da casa, operárias e de pequena e mesmo média burguesia, é o aumento do custo de vida. A política do Governo PS aparece dirigida no sentido de

um agravamento do nível de vida das classes trabalhadoras e como, tradicionalmente, cabe às mulheres a administração dos salários e dos ordenados, elas sentem profundamente este problema que vai ter reflexos quer ao nível do seu



Alda Nogueira

descontentamento que já é grande quer ao nível da sua própria posição face a este mesmo problema.

No que se refere a aspectos mais concretamente políticos e na continuidade do trabalho

de mobilização e organização que vem sendo feito entre as mulheres, há que travar uma grande luta no que respeita ao cumprimento da Constituição relativamente aos direitos e deveres da mulher como cidadã, como mulher e como trabalhadora. Uma luta que não é nada fácil. Existem uma série de preconceitos, de ideias fixas de homens e também das próprias mulheres que, por vezes, oferecem uma certa resistência a alterações na sua situação. Neste caso tem muita importância a posição que as entidades oficiais tomarem. Enquanto continuarmos a assistir ao facto de ser o próprio Governo e as autoridades governamentais a violarem aquilo que a Constituição estabelece no que se refere às mulheres e a fazerem promulgar medidas discriminatórias, como a recente disposição relativa às pensões para as mulheres rurais, é evidente que vai ser muito difícil resolver a questão e a luta será árdua. Mas as mulheres não podem descansar na atitude das entidades oficiais e têm de estar muito atentas, muito vigilantes. Na luta pelo cumprimento da Constituição,

o combate a travar está a cargo fundamentalmente das mulheres e naturalmente dos próprios partidos democráticos e dos movimentos unitários, do movimento sindical do movimento democrático de mulheres, MDM, do movimento popular de massas e nomeadamente do movimento popular de base que não deixará de fortalecer-se à volta das autarquias locais e no qual as mulheres têm um vasto campo de acção na batalha pela resolução dos seus problemas específicos, dos problemas da população, das famílias, dos idosos, etc.

É preciso que essa Constituição seja posta em prática. Não se pode admitir que uma coisa sejam os direitos consagrados no papel e outra o vigorar desses direitos na prática.

É necessário que tenhamos a ideia de que esta será uma luta nada fácil, uma luta que trará resultados imediatos. Mas, no processo em que estamos empenhados, aos homens e mulheres progressistas, e particularmente aos comunistas, cabem grandes responsabilidades que há que

continuar a assumir com a mesma coerência do que até ao momento presente.

Finalmente, no que respeita mais concretamente ao trabalho do Partido na mobilização e organização das mulheres como foi afirmado no VIII Congresso do PCP, mais de 17% dos efectivos do nosso Partido são mulheres. Naturalmente que esse número não nos satisfaz. Mas o fundamental para nós, comunistas, é o encontrar formas de interessar, sensibilizar, mobilizar e organizar as mulheres para a resolução dos problemas com elas relacionados e também para os problemas gerais que dizem respeito à sociedade. Neste aspecto temos de dar grandes passos na medida em que, como foi constatado no VIII Congresso, o Partido ainda não tomou nas suas mãos este problema a nível nacional, nem se debruçou sobre ele com a urgência requerida, dado o grande peso das mulheres na sociedade, onde constituem, mais de metade da população e da importância que terá de ter para um partido nacional como é o Partido Comunista, o sector das mulheres.

## Ordem democrática

## Derrotar as manobras da reacção

A consolidação da ordem democrática é uma das tarefas que se colocam para o ano de 1977 e, em nosso entender, essa tarefa implica o respeito e a aplicação da Constituição da República. Só assim poderá haver perspectivas de se consolidar, em todo o território nacional, a ordem democrática.

Os comunistas, estão dispostos a fazer tudo o que deles depender para que a Constituição seja respeitada e aplicada, para que a ordem democrática seja consolidada.

É evidente para todos que no nosso País ainda não existem liberdades democráticas em todo o território nacional. Continua a haver regiões, não apenas nos Açores e na Madeira mas também no território continental, onde ainda não foram implantadas as liberdades democráticas.

Pensamos contudo que, nos resultados das últimas eleições

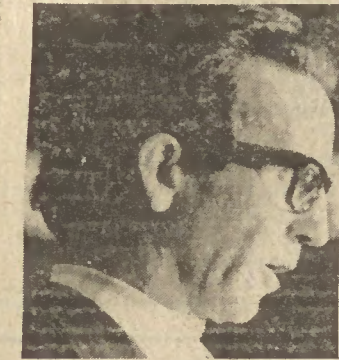
a recorrer. Tem-no feito e vai continuar a fazê-lo. É evidente que a tais formas só recorrem aqueles a quem falta a força da razão, aqueles que sabem que não conseguem os seus objectivos a não ser através do terrorismo, imagem do terror e da repressão que lançariam sobre o nosso povo se pudessem tomar o poder.

O que todavia é de lamentar é que continuemos a constatar a ausência de medidas efectivas de combate ao terrorismo e essa ausência pode mesmo ser interpretada como uma certa conivência por parte de determinadas forças. Não se pode, por exemplo, deixar de reparar no silêncio quase completo que o Governo do PS tem mantido em torno das acções terroristas. Porque, para além de não se sentirem medidas efectivas e adequadas, verifica-se que, nem mesmo no plano político o Governo PS trava algum

## Intelectuais

## Ao serviço da Revolução

O VIII Congresso do nosso Partido — que ao analisar a crise do regime fascista justamente assinalou o destacado papel que os intelectuais desempenharam em todos os sectores do movimento democrático e no ascenso da luta popular que veio a culminar no 25 de Abril, e que justamente reconheceu o contributo notável dado pelos intelectuais, em várias frentes, para a conquista das liberdades democráticas e as grandes transformações revolucionárias que criaram o novo Portugal post-25 de Abril, apontou a existência de insuficiências e debilidades no nosso trabalho entre os intelectuais. A primeira tarefa



Abolm Inglês

particular dos comunistas neste sector será, pois, aprofundar o exame dessas debilidades para tomar as medidas adequadas à sua eliminação.

Por outro lado, todo o rico, concreto e rigoroso panorama da nossa Revolução que os documentos do Congresso nos facultam — e neste caso em especial aqueles aspectos que apontam para o presente e a perspectiva do futuro, nomeadamente as partes da Resolução Política referentes às medidas que se impõem, ao movimento popular e ao Partido, os capítulos correspondentes do relatório do camarada Alvaro Cunhal, e bem assim a plataforma de Medidas para a defesa e consolidação da democracia e da independência nacional —, oferece aos intelectuais comunistas, e não só aos comunistas, um largo espectro de propostas, de tarefas e de frentes de luta, onde os interesses da classe operária, os seus próprios, os do povo e da nação portuguesa, reclamam a participação activa dos intelectuais como tais, o empenhamento revolucionário do seu esforço, do seu saber, do seu entusiasmo, para a defesa, consolidação e prosseguimento da construção do Portugal democrático, rumo ao socialismo.

Ao referirmos a perspectiva da acção dos intelectuais enquanto intelectuais, não nos queremos agora referir aos problemas específicos dos intelectuais como camada social ou aos problemas particulares das várias componentes profissionais que englobamos na designação de "intelectuais" (artistas, trabalhadores da informação, juristas, quadros técnicos superiores, investigadores, professores, médicos, etc.). É evidente que os intelectuais comunistas devem não só continuar, mas melhorar toda a sua actividade em defesa dos justos interesses dos intelectuais. A defesa e consolidação da base de apoio social e político da Revolução exige do Partido da classe operária, e directamente dos intelectuais comunistas, um consequente trabalho unitário em defesa, na acção prática, dos justos interesses dessas camadas.

Também não queremos aqui

referir-nos a outra ordem de problemas que, naturalmente, não-de constituir tema de reflexão dos intelectuais comunistas, a saber, a preocupação de aperfeiçoarem as suas armas e ferramentas próprias, os problemas da elevação da sua capacidade e qualidade artística, científica, profissional, no trabalho de produção cultural que é o seu e na frente de luta em que são protagonistas.

Aliás, nenhuma dessas perspectivas pode ser isolada, estanque, e todas se interajam e convergem afinal para o que é substancial, que desejávamos precisamente pôr em relevo: a contribuição dos intelectuais, com aquilo que precisamente lhes é específico — o seu saber, a sua cultura, a sua arte, o seu trabalho de especialistas e criadores do conhecimento —, para a consolidação e desenvolvimento das grandes conquistas e transformações revolucionárias do nosso Portugal. No campo do Ensino e da Saúde, na reestruturação e levantamento económico, no imprimir duma nova dinâmica e eficiência às empresas nacionalizadas, intervenções, cooperativas, na defesa e desenvolvimento da Reforma Agrária, no apoio técnico ao trabalho construtivo das autarquias locais, na satisfação das necessidades das populações, na batalha ideológica, na criação artística que responde às necessidades objectivas e subjectivas das massas empenhadas na transformação da sociedade, na defesa da independência nacional e do autêntico internacionalismo revolucionário — os intelectuais comunistas, e não só, têm hoje um amplo campo de acção necessária, que pode e deve galvanizar as suas energias e generosidade e exige elevado sentido de responsabilidade e aturado trabalho e seriedade intelectual.

Como fruto duma milenária sociedade de classes, e da divisão social do trabalho, detêm os intelectuais progressistas o privilégio de, em grande medida, acumularem e terem ao seu dispor a herança cultural da humanidade; o acervo de conhecimentos acumulados. Uma dupla obrigação social e moral daí resulta: a de, colocando-se ao serviço dos trabalhadores, da classe operária, das mais amplas massas populares, tornarem acessível às massas o domínio dessa ferramenta essencial do progresso que é o saber; e de se empenharem num trabalho criador de cultura e conhecimento que responda às crescentes e novas necessidades e exigências que a vida coloca no avanço para o futuro.

No mundo de hoje, quando o capitalismo evidencia o seu esgotamento histórico e o socialismo se afirma inequivocamente já no presente como o futuro da humanidade, os grandes ideais progressistas da intelectualidade é com a classe operária, é com as massas populares, que se podem tornar realidade, é com eles e para eles que as grandes obras criadoras se poderão gerar. O futuro e o presente do nosso Portugal oferecem aos artistas e intelectuais uma fecunda levada para o seu trabalho criador, para o mais pleno desenvolvimento das suas capacidades e aspirações progressistas, para o enriquecimento da arte, da cultura e da ciência do Povo português.

## Nacionalizações e controlo operário

## Importantes conquistas a defender

As perspectivas de defesa e consolidação das nacionalizações e controlo operário que são, com a Reforma Agrária, as principais conquistas da Revolução, muito dependem, como é evidente, da evolução política geral.

É claro que irão continuar as ofensivas da reacção capitalista, agrária e imperialista no sentido de arrancar aos trabalhadores não já essas conquistas como tal mas aspectos parciais, que serão um ponto de partida para um avanço em força contra essas conquistas no seu conjunto.

Tudo isto dependerá bastante da política do Governo minoritário do PS que, como sabemos, está bastante virada no sentido de facilitar essa recuperação, mas dependerá fundamentalmente e ao fim e ao cabo, da capacidade de resistência dos trabalhadores, das forças progressistas para se opor a uma tal política de recuperação e à ofensiva das forças da reacção contra a nossa jovem democracia.

O PCP considera que a defesa destas conquistas é essencial e é parte integrante da defesa das liberdades conquistadas com o 25 de Abril.

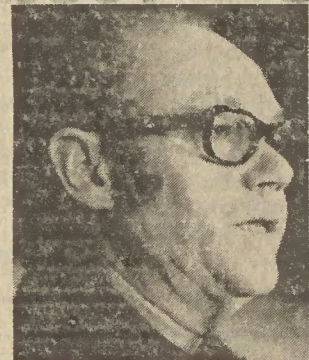
Na fase em que nos encontramos seria inconcebível manter essas liberdades perdendo aquelas conquistas da nossa Revolução.

A ofensiva reacção irá naturalmente desenvolver-se em vários níveis, tomando os aspectos mais variados e procurará inserir-se na própria dinâmica democrática (vêmos abertamente esse método da parte dos partidos reacçãoários representados na Assembleia da República), conjugando essa tática com ofensivas mais ou menos abertas e descaradas contra as conquistas dos trabalhadores.

No que diz respeito à posição dos trabalhadores ela está claramente definida como uma

disposição de defesa de tais conquistas. Vimos agora no Alentejo que, na Zona da Reforma Agrária, quando os grandes agrários tentaram esta fase de recuperação facilitada pelo Governo PS, encontraram pela frente uma resistência da parte dos trabalhadores rurais das Unidades Colectivas de Produção que, seguindo uma orientação política inteligente, ofereceu resistência enquanto que se segue uma política maleável, desmascarando a par e passo a política do Governo, porque é ela fundamentalmente que facilita uma tal ofensiva.

No que diz respeito ao controlo operário e às nacionalizações temos por exemplo neste momento uma tentativa de, através de



Jaime Serra

nomeação dos chamados gestores para as empresas que até aqui têm estado sob controlo operário ou sob a direcção de Comissões Administrativas da confiança dos trabalhadores, inserirem já elementos de recuperação por parte de antigos patrões, elementos comprometidos com a situação catastrófica em que as empresas foram encontradas. Os trabalhadores têm de ter em conta esta nova frente de acção da reacção, facilitada pela política do Governo PS. A nomeação de novos gestores pode ser uma brecha por onde conseguem entrar as forças que não conseguem, num ataque frontal, obter os seus

objectivos. Nós não estamos contra a nomeação de gestores. Simplesmente, pensamos que a sua nomeação nunca deve ser feita sem ter em conta a opinião dos trabalhadores e muito menos contra a opinião dos trabalhadores.

Ora a última notícia que temos é que, para a CUF, por exemplo, já estariam nomeados gestores, no segredo dos gabinetes, sem audição da Comissão de Trabalhadores, sem audição dos trabalhadores no seu conjunto. Pensamos que isto é uma má política, que não pode conduzir a qualquer resultado benéfico para a nossa Revolução.

Por outro lado, no que diz respeito ao controlo operário, que na nossa Constituição ficou designado como Controlo de Gestão, também os trabalhadores têm de ter bem presente que a sua experiência lhes diz que, por detrás da pretensa existência de Comissões de Trabalhadores pode abrir-se uma porta para a perspectiva de recuperação capitalista. E, para não sairmos do mesmo caso, os trabalhadores da CUF recordam-se bem da célebre Comissão Interna da CUF, do tempo do fascismo, de triste memória, e cujo exemplo não querem de nenhum modo que se venha a repetir.

Para resumir, em relação ao controlo operário, tudo depende da unidade dos trabalhadores para fazerem frente à ofensiva aberta da reacção e às facilidades que o Governo minoritário do PS oferece para que essa ofensiva prossiga. Nesse aspecto, a unidade dos trabalhadores, sobretudo a sua unidade sindical, é fundamental, neste ano que acabou, viram-se malogradas as tentativas de ser levada a divisão ao seio do movimento operário. Todo o trabalho desenvolvido em torno da preparação do Congresso de Todos os Sindicatos é um exemplo do que é possível fazer-se quando

os trabalhadores se mantêm unidos.

As nacionalizações são conquistas consagradas na Constituição como irreversíveis. A defesa desta conquista nas empresas nacionalizadas oferece aspectos mais claros, na medida em que a ofensiva frontal é extraordinariamente mais difícil por parte da direita reacçãoária. A sua ofensiva irá fundamentalmente desenvolver-se contra as empresas intervenionadas. Nesse sector o campo de manobra é mais fácil.

O debate na Assembleia da República acerca do Plano e do Orçamento mostrou que também aí é possível estabelecer uma frente de defesa dessas conquistas da Revolução. E conhecido que, devido a propostas do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, se conseguiu alterar bastante no sentido favorável à defesa dessas conquistas o Plano do Governo para o ano de 77, ainda que bastante modificado por manobras de última hora por parte do PS.

Podemos dizer que aquilo que ficou já dá uma base legal suficiente para que os trabalhadores defendam também esta conquista, para que no fundamental se procure, com a audição dos trabalhadores, manter o sector intervenionado livre da ingerência dos capitalistas, optando pelas soluções mais adequadas a cada caso concreto — nomeadamente a nacionalização, a transformação em cooperativas, a transformação em empresas mistas, mas sempre ouvindo os trabalhadores, como consagra este diploma, com as alterações introduzidas no Plano para 77.

Entretanto, temos confiança absoluta na capacidade dos trabalhadores para enfrentar a presente ofensiva reacçãoária e, além disso, temos o apoio legal da própria Constituição.



Octávio Pato

para as autarquias e o progresso verificado na votação em torno do PCP e das forças aglutinadas na Frente Eleitoral Povo Unido, especialmente nas regiões do Centro e Norte do País, o aumento de votos, global e percentual, mostrou que também nas regiões que a reacção pensava dominar completamente as forças democráticas progredem e avançam. É cada vez mais evidente que a reacção sabe que não é através das vias democráticas que pode dominar o Povo português. As esperanças que a reacção tinha em aumentar a sua percentagem nas últimas eleições foram completamente frustradas — CDS e PPD apenas conseguiram cerca de 40 por cento. Frustrado aquele objectivo a reacção recorre a outros meios para tentar retomar o poder.

As conspirações e o terrorismo são algumas das formas a que a reacção está

combate contra o terrorismo e o que ele significa. Pensamos que a acção e a luta contra o terrorismo é tarefa que cabe a todas as forças democráticas, a todos os homens e mulheres interessados efectivamente na democracia, e cabe de forma especial ao Governo e a todos os órgãos do poder.

Apesar de todas as dificuldades, as contradições e antagonismos existentes no seio da sociedade portuguesa e da nova democracia que se continua a implantar, apesar de pensarmos que em 1977 se irão verificar grandes dificuldades e tensões, estamos convictos que o Povo português e especialmente as classes trabalhadoras serão capazes de se unir e de se mobilizar, numa mobilização que terá de ser nacional, para fazer frustrar todas as manobras da reacção e assim derrotá-la, e encaminhar o nosso país na via de um desenvolvimento estável, orientado para o socialismo.

## Reforma Agrária

As perspectivas de luta pela Reforma Agrária, neste ano que se inicia, põem, em relevo, a disposição dos trabalhadores do campo e da cidade em continuarem a defender a Reforma Agrária contra todas as ofensivas que se abatem sobre esta conquista fundamental do processo revolucionário. A resposta da solidariedade dos trabalhadores da indústria e de outros sectores em relação aos trabalhadores alentejanos que sofrem o forte embate de uma ofensiva de recuperação latifundista desencadeada pelo MAP, com o aplauso das forças reacçãoárias, o estreitar da aliança entre os trabalhadores rurais e o campesinato mais consciente, constituem garantias de que a Reforma Agrária vai para a frente e conta com o apoio de trabalhadores de todo o país. Neste aspecto, há factos muito interessantes que revelam a maior compreensão entre o campesinato e os trabalhadores da zona da Reforma Agrária. Entre eles, destacamos a participação do MARN e de pequenos e médios agricultores das Ligas na mais recente Conferência de Évora e a ajuda de cooperativas e UCPs do Alentejo, nomeadamente ao MARN e à Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Gaia assim como todo o auxílio em máquinas a pequenos agricultores para a colheita do arroz e a cedência de

trabalhadores para a apanha da azeitona.

Esta compreensão e aliança, que é fundamental fortalecer, revela-se tanto mais importante quanto, como referimos, se desencadeou, nos últimos meses de 1976, uma ofensiva tremenda contra a Reforma Agrária, particularmente acesa, por obra do ministro Barreto. Os aspectos mais relevantes desta ofensiva que nos causam apreensões, são:

— A aplicação do direito de reserva, nos moldes em que está a ser feito, as consequentes desocupações e as desanexações. Através desta acção, o MAP põe em causa a viabilidade económica e social das cooperativas agrícolas e Unidades Colectivas de Produção favorecendo a recuperação pelos agrários e pelos grandes rendeiros capitalistas ou seareiros, de grandes áreas e muito particularmente das áreas mais produtivas e portanto mais rentáveis. Acrescente-se que as desanexações são ainda fomentadas por tentativas de divisão dos trabalhadores.

— A criação de dificuldades às UCPs e às Cooperativas Agrícolas, através do congelamento do crédito, como sucede neste momento a sete UCPs. Inicialmente o crédito havia sido congelado por um ano; agora o MAP afiança que é só durante um mês. Na realidade não se sabe durante quanto tempo se manterá esta

situação pois, como explicita o MAP, a reposição da concessão do crédito dependerá dos CRRA, das respectivas regiões agrícolas, "logo que achem conveniente" elucidarem "aquela Secretaria de Estado sobre as condições em que poderá recomendar a concessão do crédito". Nota é, pois, clara quanto às intenções do MAP em atrasar o reconhecimento da concessão de crédito de modo a avolumar as dificuldades assim criadas às UCPs. A esta, somam-se outras medidas cujo objectivo, tal como no caso da actual aplicação do direito de reserva e das desanexações, é impedir a sobrevivência das UCPs e cooperativas agrícolas. Referimo-nos concretamente às dificuldades das UCPs em escoarem cereais e outros produtos agrícolas e à demora do Instituto dos Cereais na entrega das sementes seleccionadas, o que determinou um considerável atraso nas sementeiras e levou a que muitas fossem efectuadas com semente não seleccionada. Este atraso, agravado pelo tempo chuvoso, devido à falta de máquinas capazes de trabalhar nas terras molhadas, irá reflectir-se na produção do próximo ano. Dentro da política de verdade que caracteriza a acção do nosso Partido, é bom que se diga, desde já, que quanto à produção, as perspectivas não são, pelo menos tão animadoras quanto as do ano passado. As responsabilidades da ofensiva desencadeada

pelo MAP na quebra de produção, que virá provavelmente a verificar-se, não se resumem à sua actuação atrás referida, cujo objectivo foi de cedência à CAP e de recuperação latifundista



Margarida Tengarrinha

das terras que tinham sido legalmente expropriadas e que, agora, são saqueadas através da concessão de direitos de reserva, a maior parte dos quais não obedecem às condições exigidas quer pela Constituição, quer pelas leis relativas à Reforma Agrária. Esta ofensiva teve ainda como objectivo o desencorajar os trabalhadores através da criação de situações de instabilidade, de insegurança, desmobilizando-os para o trabalho na medida em que estes temem estar a dar o melhor do seu esforço para depois este ser integralmente aproveitado pelo agrário.

Citemos, como exemplo, o que sucedeu na Herdade da Lobata, em que o agrário, por concessão do MAP, levou à UCP "Margem Esquerda" não só as melhores terras já trabalhadas e valorizadas pelos trabalhadores, pelos adubos, pelas novas culturas, mas também arrancou para si o gado, os materiais, alfaias agrícolas, máquinas, num autêntico roubo da produção dos trabalhadores. Compreende-se que, em alguns casos, os trabalhadores se sintam psicologicamente desmobilizados para trabalhar terras que não sabem se serão ou não entregues aos agrários. Por isso, além dos seus aspectos mais concretos atrás referidos, esta ofensiva desencadeada no momento em que se iniciou, em pleno período das sementeiras, visou objectivamente fomentar a desmobilização e provocar a diminuição da área semeada e da produção. Ao elemento material com que o MAP jogou, atrasando a entrega de sementes e congelando créditos, acrescenta-se o elemento psicológico provocado por um clima de forte instabilidade. É bom que se saliente estes efeitos da política do MAP. Não são somente os trabalhadores agrícolas a serem afectados, inclusive com o risco de uma diminuição de postos de trabalho, mas toda a economia nacional, todos os trabalhadores da cidade e do campo. O aumento da produção da ordem dos 48%,

o aumento de postos de trabalho em mais 22% na zona da Reforma Agrária constituíram uma tarefa revolucionária de restabelecimento da economia e de defesa da independência nacional. Os trabalhadores conseguiram, com os resultados alcançados pela Reforma Agrária, diminuir a importação em cerca de um milhão de contos. Ao atentar contra a Reforma Agrária, contra a produção no Alentejo, o MAP incorre, pois, num autêntico crime contra a economia nacional e o povo trabalhador.

Um aspecto mais optimista em relação à defesa da Reforma Agrária, que prosseguirá ainda mais firmemente este ano, foi o resultado das eleições para as autarquias em todo o país, mas muito particularmente na zona da intervenção da Reforma Agrária. Estes resultados demonstram que as classes trabalhadoras entendem bem de que lado está a defesa dos seus interesses e a grande votação na esquerda deu realmente a medida dessa consciencialização. De nada valeu ao PS, o conluio com o CDS e o PPD no Alentejo para ganhar votos que seriam um aval à política agrária do Governo. A votação da maioria no Povo Unido traduziu um acordo popular com a Reforma Agrária tal como os trabalhadores a concretizaram e defendem.



# PERSPECTIVAS PARA 1977

## Política financeira do Partido

### Confiemos nos trabalhadores e nos amigos do PCP

No que diz respeito aos fundos e às receitas do Partido Comunista Português a perspectiva é, em relação ao ano de 1975 — aliás isso foi dito no nosso VIII Congresso — que tenham aumentado substancialmente as receitas no ano de 1976.

Em 1975 deparámos com dificuldades muito grandes, até porque tínhamos enfrentado toda uma ofensiva da reacção, que nos impediu de organizar a nossa contabilidade, como era necessário. Tendo sido o ano de 1976 um ano em que se conseguiu sustentar em grande parte a ofensiva terrorista contra os Centros de Trabalho do PCP, isso, sem dúvida, permitiu que a recolha de fundos para o Partido tenha sido muito mais favorável. Neste momento não temos ainda os balancetes fechados

contas em dia, pois em tudo o que diz respeito à vida do Partido procuramos que seja feito com limpidez e correcção, como é necessário. O ano de 1976 contou com um grande esforço de melhor organização, o que se reflecte nas nossas contas.

No Congresso realizado em Novembro foi chamada a atenção de todos os militantes para a necessidade de se aumentarem as receitas do Partido uma vez que as despesas também aumentam a um ritmo bastante elevado. Foi então lançada a ideia de uma campanha especial de fundos, que vamos promover este ano. Dentro das próximas semanas esperamos poder anunciar a todo o Partido e aos trabalhadores em geral como é que vamos dar cumprimento

## PERSPECTIVAS FAVORÁVEIS

Penso que são favoráveis as perspectivas para 1977 quanto ao aumento das receitas, até porque tem aumentado a nível geral a compreensão de que o Partido precisa de aumentar as suas receitas. É frequente, nas diversas organizações, haver camaradas que correspondem muitas vezes com sacrifício aos apelos que são feitos, quer a nível local, quer a nível central.

Há de facto uma grande compreensão quanto ao problema dos fundos, tanto por parte dos militantes como dos simpatizantes e ainda dos amigos do Partido Comunista, que são muitos. Posso dar um exemplo concreto no que toca às quotizações. Tem-se notado de uma maneira firme a compreensão dos militantes em pagarem regularmente as suas quotizações. Houve muitos camaradas, muitos trabalhadores que se inscreveram no PCP que nem sequer tinham muito a noção do dever para com o Partido de pagarem as suas quotizações, quer dizer não tinham reparado que pagar a quotização é uma condição de ser-se militante do Partido. Este aspecto tem melhorado e os camaradas que não davam importância a este facto estão a proceder de outra maneira. A percentagem das quotizações pagas, embora haja ainda algumas falhas, aumenta substancialmente e tende a desaparecer esse descuido.

## AJUDAR AS INICIATIVAS

Por outro lado, temos apelado para as organizações de base no sentido de lançarem as suas iniciativas e poderem aumentar as suas receitas. Podemos dizer que, em geral, essas iniciativas são correspondidas. Em toda a parte temos encontrado a maior compreensão.

Já se tem falado muito da Festa do "Avante!", Julho que não é demais continuar a falar nela, tanto mais que a vamos fazer regularmente. A Festa do "Avante!" ultrapassou tudo o que poderíamos imaginar quanto à colaboração das massas populares que deram a sua contribuição. A experiência vivida é qualquer coisa de novo na vida política do nosso país. Nessa Festa passaram cerca de 300 000

pessoas. Nem todas eram membros do Partido. Das mais diferentes ideologias muitos foram lá, animados por uma curiosidade: ver do que os comunistas eram capazes e nesse aspecto o espírito criador dos militantes comunistas ficou vincado de uma maneira extraordinária, porque para nós o que conta não é apenas o sucesso financeiro — que também houve — mas especialmente o sucesso político que alcançámos com a Festa do "Avante!".

Contudo a nível local há muitas outras festas que, com dimensões naturalmente mais pequenas, nem por isso deixam de ser realizações que mostram a ligação do PCP às massas trabalhadoras e ao povo em geral. Pensamos que neste ano de 1977 devemos e vamos insistir neste aspecto, ao mesmo tempo que ajudamos as organizações que ainda não forem capazes de avançar com as suas iniciativas. Isso também dará muitas possibilidades de aumentar as receitas.

## DESDE QUE AS LIBERDADES CONTINUEM

Apesar de todo o anticomunismo que continua a ser desenvolvido pelos nossos adversários e mais pelos nossos inimigos consideramos que o PCP continuará a reforçar-se e a enraizar-se cada vez mais entre a classe operária e os trabalhadores em geral. Naturalmente que não ignoramos as dificuldades que surgirão em 1977, mas temos a certeza de que a Revolução avançará, que os trabalhadores, os comunistas, os socialistas, os democratas, todos aqueles que estão verdadeiramente interessados na continuação da nossa Revolução não deixarão de vencer as dificuldades.

Quanto à recolha de fundos e ao aumento das receitas do nosso Partido, em 1977, desde que as liberdades existam desde que a democracia se reforce — e as eleições para as autarquias demonstram que o povo português não vai permitir que os inimigos da democracia a liquidem — podemos enfrentar com confiança o futuro e também as dificuldades financeiras.

Confiando nos trabalhadores, confiando nos amigos do Partido,

## Economia

### Crise grave em perspectiva

A manter-se a política do Governo PS — uma política favorável à recuperação capitalista e agrária — não há dúvida de que as condições de vida do povo português, da classe operária e das outras classes trabalhadoras, se vão agravar em 1977. Essa é, aliás, uma tendência manifestada já em 1976, pois, como sabemos, os salários têm aumentado menos do que a subida dos preços, verificando-se uma descaída dos salários reais. Sabemos também que centenas de milhares de trabalhadores têm, na prática, os salários congelados.

Por outro lado, não vemos, quer no Orçamento, quer no Plano, recentemente aprovados, as linhas de orientação que façam prever uma mudança radical, ou sequer uma tentativa no sentido de resolver problemas como os dos transportes, habitação, ensino e saúde.

A nosso ver, mantendo-se as tentativas de recuperação agrária e capitalista, mantendo-se afinal a política do PS, a situação económica do nosso País agravar-se-á em 1977, quer no plano económico, quer no plano financeiro. E, neste último, é de temer o aumento da dívida externa e uma maior dependência do imperialismo.

## ALTERAÇÕES POSITIVAS

Na primeira versão da Lei do Plano e do Orçamento, o Governo nada teria sobre as nacionalizações, as empresas com intervenção do Estado e em autogestão. A situação era a mesma quanto à Reforma Agrária sobre a qual praticamente nada se dizia.

Por pressão do PCP, o Governo PS viu-se obrigado a introduzir algumas alterações positivas às propostas iniciais. Quanto à Reforma Agrária, ficou expresso o compromisso de expropriar, em 1977, os 700 mil hectares previstos na lei. Trata-se de uma medida

positiva. No entanto, é preciso continuar a combater as pressões da direita, nomeadamente do CDS, que pretende reverter as bases da Reforma Agrária e a própria lei das expropriações.

Outras questões preocupantes são os défices da balança de pagamentos e da balança comercial.

Diminuir esses défices não é possível sem o aumento da produção interna e sem um corte nos consumos. Mas, para haver aumento da produção interna, é fundamental que o sector não capitalista se transforme num sector dinâmico e num motor capaz de arrastar a outra actividade. Isso implica a adesão de todos os trabalhadores. Sem ela não

de aumento de preços — provas práticas de uma política que quer fazer pagar a crise a quem menos tem.

## QUEM PARALISA AS ALAVANCAS?

A crise económica que atravessamos tem a sua origem na herança do fascismo, agravada depois pela sabotagem do grande capital e pelo boicote do imperialismo, confirmado por Ford e Willy Brandt. Factores de agravamento foram também as tentativas de desestabilização bem como as alavancas, nomeadamente durante a descolonização, com o regresso de muitos milhares de portugueses de

Por outro lado, o povo português continua sem saber quais as condições políticas, económicas e financeiras dos empréstimos contraídos no estrangeiro pelo Governo PS e pelo Banco de Portugal.

Este último empréstimo de 300 milhões de dólares corresponde praticamente às últimas reservas de ouro que ainda temos. Quem empresta fica, portanto, garantido pelo total do ouro existente no Banco de Portugal. Isso significa que vamos ficar totalmente dependentes de um só país — os Estados Unidos — no plano financeiro. Tudo demonstra que o Governo PS vai seguir uma política de procurar dinheiro para cobrir défices com "ajudas", que de ajuda não têm absolutamente nada. Assim, continua a não se fazer o mínimo esforço para diversificar os centros financeiros e agrava-se a nossa dependência em relação ao imperialismo.

O Governo tem projectos, alguns deles com interesse. Mas a maior parte não estão estudados; nem hierarquizados. Por conseguinte, ninguém nos garante que esse volume de dinheiro (os 300 milhões do último empréstimo americano) venha a ser aplicado em investimentos e não gasto a pagar supérfluos com artigos que ainda se continuarão a importar em 1977.

O objectivo do Governo PS, do imperialismo e da social-democracia é obrigar as classes trabalhadoras a apertar ainda mais o cinto este ano. Mas o êxito ou o fracasso desse objectivo depende da luta dos trabalhadores, depende da situação política, do rumo que tem muito a ver com a alternativa democrática para o Governo PS.

Entretanto, a luta dos trabalhadores prossegue e, contra eles, nenhum progresso se obterá para a solução da crise económica que afecta o País e tem de ser vencida para que dela não se aproveitem os inimigos da democracia.



Joaquim Gomes

esforçando-nos para podermos dizer concretamente quais os montantes das contas que vamos apresentar não apenas à consideração do Partido mas também ao público em geral.

De qualquer modo, fazemos um grande esforço e creio que os próprios organismos oficiais onde temos apresentado as nossas contas o têm apreciado pelo facto de termos as nossas

a resolução tomada de lançar uma campanha especial de fundos para atender às despesas crescentes do nosso trabalho e também à necessidade de arranjar uma nova sede para o Comité Central, já que actualmente se trabalha em condições bastante precárias.

Na campanha que vamos lançar e que ainda não foi definida serão anunciadas não apenas as metas a atingir mas também as formas de as obter.

## Estudantes

### Um ensino que sirva a Revolução

Para 1977, a principal tarefa política da União dos Estudantes Comunistas será a defesa intransigente das conquistas alcançadas no sector do Ensino, em particular na Universidade, ao longo destes dois anos e meio de Revolução.

Lutar pelo funcionamento regular e democrático das escolas e pelo melhoramento do seu nível pedagógico e científico, defender, com determinação, os interesses da massa estudantil e apontar medidas que contribuam para levar por diante as grandes tarefas da Reforma Geral e Democrática do Ensino — são alguns dos pontos em torno dos quais se irá desenvolver a actividade da UEC durante o ano agora iniciado, actividade que certamente será apoiada e estimulada por todos os estudantes progressistas, por todos os estudantes que, na verdade, se encontrem ao lado dos trabalhadores na luta pela consolidação da

democracia e das conquistas revolucionárias alcançadas pelo nosso Povo.

Os interesses dos estudantes enquadram-se plenamente no lema geral pelo direito ao Ensino, por uma saída profissional. O direito ao ensino é uma questão da maior actualidade, pois o ministro da educação, dr. Sottomayor Cardia, está a tentar dificultar, ainda mais, o acesso à Universidade, uma Universidade com apenas 4 por cento de filhos de trabalhadores. A luta por uma saída profissional assume também um significado muito importante, pois, presentemente, não está garantida aos estudantes dos diferentes cursos superiores uma efectiva preparação técnica e, muito menos, a colocação profissional. A perspectiva que se abre à maioria dos estudantes finalistas é o desemprego!

## A POLÍTICA REACCIÓNÁRIA DO MEIC E A ACÇÃO PROVOCATÓRIA DO ESQUERDISMO

A situação é, efectivamente, muito complexa. Por um lado, temos uma política de recuperação obscurantista praticada pelo ministro Cardia, que tem vindo a anular algumas das conquistas alcançadas após Abril de 74 pelos estudantes e pelos trabalhadores-estudantes, nomeadamente a gestão democrática e a estrutura do ensino unificado; a política seguida pelo MEIC — que já mereceu, por diversas vezes, os mais efervescentes aplausos da direita reacçãoária — não serve os interesses da Universidade, os interesses dos estudantes, não serve a democracia portuguesa; inicia-se agora o segundo período escolar com duas escolas superiores encerradas por forças

policiais, após ordens do dr. Cardia; a Faculdade de Economia do Porto e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, de Lisboa — duas escolas que tinham assegurado o normal funcionamento das aulas e de toda a sua actividade. Por outro lado, temos



Zita Seabra

a actuação demagógica, irresponsável e provocatória das organizações esquerdistas, especialmente o grupelho anticomunista denominado UDP, cujo verbalismo pseudo-revolucionário tem

arrastado bastantes jovens, na sua grande maioria estudantes progressistas. A acção perigosa da UDP tem sido orientada, desde o início do ano lectivo, no sentido da desestabilização, servindo objectivamente as forças da direita reacçãoária e criando condições para

militantes da UEC, por todos os jovens progressistas. A cada manobra provocatória da UDP, a UEC, a massa estudantil, saberá dar a devida resposta. Na unidade, na firmeza, na coerência.

## REFORÇAR A UEC E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Os estudantes portugueses travaram uma das mais importantes, senão a mais importante luta desde o 25 de Abril ao defender a gestão democrática nas escolas, através de uma luta quotidiana e de grandes acções de massas. Basta recordar a greve geral de um dia que ocorreu em todas as universidades do País, o que já não sucedia há alguns anos. Para o ano de 1977, a UEC aponta, ainda, como importante objectivo o reforço do seu trabalho de massas, condição indispensável à defesa e consolidação

das conquistas alcançadas pelos estudantes e ao desenvolvimento da democratização geral do Ensino. Quando nos referimos ao trabalho de massas, salientamos, por um lado, o reforço de toda a actividade associativa, que é a principal frente de massas do movimento estudantil e que atravessa desde há ano e meio uma grave crise, a qual só será superada quando os estudantes ampliarem a sua unidade;

é extremamente necessário que a UEC junte, durante este ano, todos os seus esforços para que o movimento associativo volte a ser aquele forte movimento unitário representativo dos estudantes portugueses;

por outro lado, há também uma nova frente de massas que não existia antes do 25 de Abril, constituída por todas as estruturas de gestão democrática, e que abrange desde as comissões de curso até aos conselhos directivos

e assembleias de representantes. Também nesta frente, a União dos Estudantes Comunistas deverá reforçar o seu trabalho de dinamização.

A possibilidade de defender, num espírito de combate e de unidade, o que se alcançou na Universidade e de transformar o Ensino numa perspectiva democrática a caminho do socialismo, passa obrigatoriamente por um reforço do trabalho mobilizador da UEC, em todo o movimento de massas. Outro objectivo prioritário da UEC é o seu reforço orgânico, trazendo para as suas fileiras novos militantes.

A UEC tem condições para encabeçar a luta dos estudantes portugueses e para reforçar, a todos os níveis, as suas posições como organização de vanguarda da massa estudantil. É nesta perspectiva que a UEC vai prosseguir durante o ano de 1977 a sua actividade, a sua luta.



## MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA



K. Marx — F. Engels

edições Avante!

## ACONSELHADO AOS ESTUDANTES DE HISTÓRIA E DE FILOSOFIA DAS UNIVERSIDADES E LICEUS

Primeiro texto integral em português traduzido directamente da edição original alemã de 1890, prefaciada e anotada por Engels. Obra básica do socialismo científico em que se explica que a produção económica constitui a base da história intelectual e política; que toda a história tem sido a história da luta de classes, entre explorados e exploradores. Inclui fac-símiles e nota sobre a primeira edição (parcial) portuguesa, de 1873, e valiosíssimas notas especialmente redigidas para a actual edição pelo professor Vasco Magalhães Vilhena.

Uma distribuição CDL de novo à venda



# CONTRA A POLÍTICA CALUNIOSA DO MAP TRABALHADORES AGRÍCOLAS RESPONDEM ESCLARECENDO E DISPOSTOS AO DIÁLOGO

O Secretariado Distrital de Évora das Unidades Colectivas de Produção demonstra "as mentiras e as meias verdades" da última nota oficiosa do MAP e, apesar da política de recuperação latifundiária do Ministro Barreto, manifesta a disposição dos trabalhadores para um trabalho que assegure o cumprimento da Lei da Reforma Agrária

O Ministério da Agricultura e Pescas, vulgo MAP, emitiu mais uma nota oficiosa. E ainda mais uma vez o Ministro da Agricultura nos fez recordar a justeza das suas afirmações nos raros momentos em que não deturpou a verdade... Lembra-mo-nos concretamente de um encontro com dirigentes sindicais em que o Ministro Barreto declarou "nada conhecer do Alentejo". Tal confissão na boca de um Ministro da Agricultura é pelo menos preocupante... Mas o Ministro da Agricultura não tem ficado por esta afirmação sincera. Na prática, três em quatro notas oficiais do MAP provam que o Ministro da Agricultura nada conhece, de facto, do Alentejo, nada conhece da vida real dos trabalhadores, dos seus sentimentos e da sua firmeza. Só que não é apenas por ignorância que as notas do MAP caluniam os trabalhadores e exprimem uma política contrária aos seus interesses. Não é por ignorância que o MAP actua de modo a merecer os elogios da CAP, que classifica a sua acção de "reposição da legalidade" na zona da Reforma Agrária.

Deste facto têm plena consciência os trabalhadores. E exprimem publicamente a sua posição num documento do Secretariado distrital de Évora das Unidades Colectivas de Produção em que, relativamente à última nota oficiosa do MAP, se considera que se mantém "a mesma orientação caluniosa, desinformadora e com um conjunto de mentiras ou meias verdades que visam confundir a opinião pública e os restantes órgãos do poder."

O objectivo desta nota oficiosa é tentar justificar as flagrantes ilegalidades cometidas pelo MAP ao desanexar herdades com montagem de assinaturas, e contra a vontade da maioria dos trabalhadores e ao transformar ex-guardas de agrários em rendeiros com o objectivo de dar cobertura à sua política ilegal de imposição de reservas não previstas na lei que, no fundamental, têm em vista destruir a actual organização das Unidades Colectivas de Produção, transformar a Reforma Agrária no sentido do capitalismo dos agrários."

## TRABALHADORES RESPONDEM AO MAP

Quem pretende enganar o Ministro Barreto ao afirmar na última nota oficiosa que a maior parte das terras por expropriar e não ocupadas "são terras pobres de aptidão agrícola marginal ou de carácter silvo-pastoril?"

Quem pretende enganar quando afirma que os trabalhadores só ocuparam as terras boas e deixaram de lado as terras sem interesse? Que intenções tem o MAP ao declarar que os seareiros e alugadores de máquinas (porquê a referência a este grupo profissional?) que pedem terras para trabalhar nas novas áreas a expropriar, não terão decerto interesse nas terras pobres de sequeiro ou nas terras delgadas de xisto alentejano? Com esta última afirmação, o ministro Barreto

não só parece lamentar os latifundiários que ainda mantêm as suas propriedades nas tais zonas "pobres", como quer justificar a sua política de entrega de terras a rendeiros à custa das cooperativas agrícolas que vêem saqueadas as suas herdades a favor de oportunistas que se tornam, por obra do MAP, em agrários-zinhos.

Mas o Ministro da Agricultura vai mais longe e contradiz-se a si próprio na mesma nota oficiosa. Assim, quando fala nas áreas por expropriar incultas e subaproveitadas que "poderiam resolver o problema da falta de terra para seareiros, reservatórios ou cooperativas", afirma que "se julga que tenham pequena extensão". Ora se tivessem, de facto, pequena extensão como poderiam estas áreas ser consideradas "por expropriar" se, para tal, deveriam as propriedades ter mais de 50.000 pontos? Por outro lado, veja-se em que bases se fundamenta o MAP: nos dados disponíveis no Ministério e, o que é de pasmar, no "ter este

e colocam em evidência ou a incompetência ou a política deliberada de avestruz do MAP que esconde tudo o que lhe interessa que a opinião pública ignore. Assim, ficamos a saber que nas áreas por expropriar, as coisas não são exactamente o que "julga" o MAP quando na nota oficiosa refere que "no distrito de Évora, grande parte destas áreas são terras pobres de aptidão silvo-pastoril agrícola marginal ou de carácter silvo-pastoril". Concretamente neste distrito, informam os trabalhadores que:

"Estão por expropriar no distrito de Évora mais de 100 mil hectares dos quais cerca de 20 mil estão ocupados e cerca de 80 mil estão por ocupar. Entre as muitas herdades que, nesta área, podemos citar, nomeamos como exemplo as seguintes: Quinta do Vidigal ou do Preto, em Montemor, com 795 hectares e 157.287 pontos; herdade da Parreira, em Montemor, com 427 hectares e 94.027 pontos; herdades dos Amorelos e Fornilhios, em Mourão, respectivamente com 505 e 1.305 hectares, num total de 131.170 pontos; herdade da

## JORNADAS DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA DIAS 8 E 9 EM ÉVORA

No próximo fim-de-semana, dias 8 e 9, viver-se-á, por todo o distrito de Évora, uma magnífica jornada de apoio à Reforma Agrária promovida pela União dos Sindicatos de Évora. Esta jornada constituirá simultaneamente uma manifestação e um reforço da solidariedade dos trabalhadores da cidade e do campo, cuja unidade é indispensável na defesa da Reforma Agrária, ameaçada pela actual política de recuperação latifundista.

O Departamento Agrícola da Intersindical Nacional, considerando que "a presença dos trabalhadores da indústria e dos serviços tem significativa importância como reforço na luta que os trabalhadores do campo têm sustentado contra a recuperação capitalista e a volta dos antigos agrários", informa que estão abertas as inscrições para uma excursão, que partirá dia 9, para Évora, de modo aos trabalhadores da cidade de Lisboa participarem, também activamente, na jornada de apoio à Reforma Agrária.

Ministério pedido aos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Alentejo e Ribatejo uma lista das herdades."

Segundo o MAP, a tal lista não chegou ainda. Ora como os trabalhadores já forneceram aos serviços do MAP, as relações das terras abandonadas ou subaproveitadas, o Secretariado Distrital de Évora das UCPs coloca as suas dúvidas: "Será que os documentos entregues nos CRRA não chegam ao senhor Ministro?" Por outro lado, como salienta o Secretariado das UCPs, "convém notar que não compete aos trabalhadores fazerem o trabalho que é da competência dos serviços do Ministério e para o qual mantêm centenas de técnicos. E o MAP e não os trabalhadores que tem acesso aos cadastros e registos prediais; é o MAP e não os trabalhadores que tem acesso às Repartições de Finanças; é o MAP e não os trabalhadores que tem um conjunto de serviços e de funcionários de âmbito nacional e regional cuja obrigação é a de terem as informações necessárias para levarem para a frente as tarefas para que são pagos. Aliás, estranha-se que quando foi das desocupações, o MAP e os CRRA tivessem rapidamente prontos mapas com todas as herdades que, no seu entender, estavam ocupadas abaixo da pontuação determinada pela lei e que agora não tenham informações necessárias às expropriações que falta fazer e às herdades que estão em regime de subaproveitamento ou abandonadas. Por fim, recorda-se que é o Ministério que é o Governo e não os trabalhadores!"

Apesar de não competir aos trabalhadores fazer o trabalho do MAP, estes não se negam às informações. Nesse sentido, no documento do Secretariado Distrital de Évora das UCPs, mais uma vez, os trabalhadores fornecem dados que, por si só, desmontam todo o teor da nota oficiosa mais recente do MAP,

Formiga, em Monte do Trigo, Portel, com 556 hectares e 129.979 pontos; herdade de S. Gião, em Alqueva, com 740 hectares e 131.348 pontos; herdade do Açorinho, em Portel com 441 hectares e 59.392 pontos; herdade da Rendeira, no Alandroal, com 1.070 hectares e 132.064 pontos; herdade do Paço de Camões, em S. Bento do Mato, Évora, com 700 hectares e 148.046 pontos; herdade da Atalaia, em Vendas Novas, com 507 hectares e 116.690 pontos; herdade do Forte do Conde e Canto da Vara, em Vila Viçosa, ocupada pela Sociedade Agrícola SAGREP, com 1.537 hectares e 116.752 pontos. Como se prova pela sua pontuação, determinada pelos serviços oficiais, tais herdades não são constituídas por terrenos marginais mas sim por terras com real aptidão agrícola."

Quanto às herdades ocupadas pelos trabalhadores, as quais, segundo a nota do Ministério se situariam todas em terras privilegiadas, sob o ponto de vista agrícola, a verdade é que nelas "estão áreas que se encontravam completamente abandonadas há anos, cheias de mato, servindo de reserva de caça de grandes senhores ou cujos terrenos são difíceis para uma boa exploração agrícola mas que os trabalhadores, com o seu esforço e com o apoio dos técnicos voluntários e amigos (a falta de apoio técnico oficial) conseguiram melhorar e aumentar o seu grau de fertilidade. Estão nesse caso, entre muitas outras, as herdades Águia de todo o Ano, Chaminé, Vale do Nobre, Picote e, na generalidade, as herdades do concelho de Portel situadas, muitas delas, em terras montanhosas."

A concluir o documento de resposta à nota oficiosa do MAP, os trabalhadores colocam algumas questões relativas ao destino das cartas, que os trabalhadores e cooperativas agrícolas endereçaram ao CRRA de Évora requerendo a entrega de herdades subaproveitadas ou

abandonadas como as de Monte das Aldeias, Galvões, Freire, Vale Abaixo, Açorinho, Vale de Burgos, Gião, etc. Perguntam ainda os trabalhadores as razões que levaram o CRRA de Évora a não receber pequenos agricultores que pediam a entrega, para exploração, da herdade das Taboalinas, em S. Marcos do Campo, Reguengos, com 488 hectares que se encontra completamente abandonada e aliás já expropriada pela portaria 362/76 de 12 de Junho. "Por aqui se vê que o MAP que tanto fala abusivamente em nome dos pequenos agricultores, não resolve nenhum dos seus problemas reais mas pretende aproveitar-se deles para a sua política de recuperação agrária ao serviço da CAP, CDS, PPD, etc."

Respondendo às preocupações do MAP quanto ao atraso das sementeiras os trabalhadores recordam que houve cooperativas que esperaram mais de 15 dias para que lhes fosse entregue o trigo para semente pelo Instituto dos Cereais e que, inclusive, em alguns casos, os trabalhadores das UCPs tiveram de avançar, empregando trigo existente nos celeiros, com os riscos de menor rendimento. Isto sucedeu por exemplo nas UCPs Companheiro Vasco, em S. Miguel de Machado, Bento Gonçalves e Maria Machado.

Depois de convidarem o Ministro Barreto e o Secretário de Estado Portas a "virem dar uma ajuda, durante as centenas de horas (não pagas), que os trabalhadores têm vindo a fazer, como é o caso da Cooperativa da Torre, os Coelheiros, Companheiro Vasco, Germano Vidigal e outras", os trabalhadores manifestam a sua estranheza pelo facto do MAP vir falar em metas de produção que ninguém sabe como e por quem foram determinadas e ameaçar com as consequências de uma eventual baixa de produção. Recorde-se, a propósito, que os trabalhadores fizeram horas a mais e trabalharam nos domingos e feriados, "para concluir as sementeiras que a chuva e a política repressiva e desestabilizadora do MAP atrasaram."

Apesar da continuidade da política caluniadora e antipopular do MAP, os trabalhadores estão dispostos ao diálogo e a "fazer parte de um grupo de trabalho, tal como se fez para as desocupações, que analise e dê integral execução à lei da Reforma Agrária, nos termos da Constituição e das rectificações introduzidas pelo Governo no Plano apresentado à Assembleia da República."

# O que o MAP não diz sobre o direito de reserva

O que o MAP não diz sobre o direito de reserva, não o faz também. Os únicos que estão sinceramente dispostos a cumprir a lei, inclusive no que respeita ao direito de reserva tal como está estipulado, são os trabalhadores. Quanto ao MAP, a sua política viola sistematicamente a Constituição, as Leis da Reforma Agrária e até o próprio Plano do Governo para 1977!

O que não se diz sobre a aplicação do direito de reserva é o suficiente para dar à actuação do MAP uma aparência de legalidade que, nem de perto nem de longe, ela contém. Senão vejamos: todos os decretos-leis sobre a Reforma Agrária estipulam o direito de reserva aos latifundiários expropriados.

A maior parte das leis sobre a Reforma Agrária e, portanto, contendo o direito de reserva, foram promulgadas quando os comunistas participavam no Ministério da Agricultura. Portanto os comunistas não são nem podem ser contra o direito de reserva. Posto isto pareceria haver razões para um pleno acordo com a política do Ministério da Agricultura, pelo menos, no que diz respeito à aplicação do direito de reserva. Mas o que se passa, na realidade, é que o direito de reserva está a ser aplicado de forma claramente ilegal por parte do Ministério da Agricultura sob a cobertura de todo o Governo que deste modo se torna cúmplice numa mesma acção de atropelo à Constituição, às leis da Reforma Agrária e, inclusive, a partir da agora às alterações que o Governo incluiu no Plano para 1977.

Nunca é demais insistir no esclarecimento dos trabalhadores em relação a um aspecto tão fundamental como este, pois a prática do Ministério da Agricultura está voltada contra os interesses populares e a favor da política de recuperação latifundista para a qual a aplicação ilegal do direito de reserva tem sido um poderoso meio.

Por outro lado, é fundamental esclarecer a opinião pública, sistematicamente manipulada pelas notas oficiais do Ministério, pela imprensa socialista e outra "pluralista" e ainda pela imprensa reacçãoária que não se cansam de bater na tecla de "que afinal só estão a cumprir a lei e a fazer respeitar a autoridade do Estado". Donde se poderia concluir que os comunistas são contra o cumprimento da lei, desejam a instabilidade e que os trabalhadores não passariam de "selvagens" para os quais só interessaria "nem lei nem grei".

Contra esta campanha de manipulação, contra estas calúnias absurdas que podem encontrar eco em muita gente honesta mas pouco esclarecida, voltamos a salientar que os trabalhadores, tal como o Partido Comunista Português, não são contra o direito de reserva mas sim contra o modo como este está a ser aplicado, o qual corresponde a:

— Uma violação da Constituição que estabelece que os trabalhadores devem ser ouvidos em todas as questões de execução da política agrária;

— Uma autêntica acção de "dar o dito por não dito" por parte do Governo que se havia comprometido, no tempo do ministro Lopes Cardoso, a só proceder à aplicação do direito de reserva após concluídas as expropriações, o que, além do mais, se encontra implicitamente, contido na lei: é evidente que se o direito de reserva se aplica nas terras expropriadas e se não pode pôr em causa a viabilidade económica das unidades nelas entretanto formadas, a aplicação correcta deste direito teria sempre de ser posterior à totalidade das expropriações a efectuar.

Mas há mais factores que evidenciam que o direito de reserva tal como está a ser levado à prática não corresponde ao cumprimento das leis mas à sua escandalosa violação e só se pasma como os órgãos do poder não põem cobro a uma política tão abertamente anticonstitucional.

Especificaremos, apontando o que nunca o ministro da Agricultura diz e toda a imprensa que lhe dá cobertura caladamente:

1) — O direito de reserva não deve ser concedido a agrários que sejam responsáveis por actos de sabotagem contra a economia nacional (Decreto-Lei 406-A/76).

2) — O direito de reserva não pode exceder os 50.000 pontos (Art. 1.º do Decreto-Lei 493/76);

3) — O exercício do direito de reserva não pode prejudicar a unidade e a viabilidade económica das cooperativas e UCPs já existentes (Art. 6.º do Decreto-Lei 236-A/76);

4) — Os trabalhadores devem ser ouvidos em todas as questões relacionadas com a Reforma Agrária (Art. 104.º da Constituição);

5) — As cooperativas e UCPs têm o direito preferencial de arrendamento sempre que os antigos proprietários não tencionam explorar directamente a terra das reservas (Art. 2.º do Decreto-Lei 236-A/76).

## CASOS CONCRETOS

E o MAP não diz o que é estipulado sobre o direito de reserva nas várias leis que o referem, precisamente porque não o cumpre. Exemplifiquemos com casos bem presentes na memória dos trabalhadores:

— **Herdade da Lobata** (concelho de Serpa): estava expropriada por sabotagem económica. O direito de reserva concedido em terras escolhidas pelo latifundiário, prejudica a viabilidade económica da Unidade Colectiva de Produção "Margem Esquerda" e foi feita contra a vontade dos trabalhadores.

— **Herdade do Monte da Ribeira** (Vila Ruiva, concelho de Beja): tem mais de 50.000 pontos e técnicos do CRRA de Beja comprovaram o subaproveitamento em que se encontrava antes da ocupação. A desocupação afecta a viabilidade económica e social da UCP "Otelo Saraiva de Carvalho", e foi feita contra a vontade dos trabalhadores.

— **Uma herdade que faz parte da UCP "Terra sem Pão"** (Salvada, concelho de Beja): foi entregue a um ex-proprietário que já tinha recebido a Herdade da Cigana, em Boleiro, com cerca de 38.000 pontos e a herdade que agora lhe foi entregue totaliza cerca de 40.000 pontos, o que perfaz 78.000 pontos, portanto mais 28.000 pontos que os estipulados na lei, que são 50.000. Acrescente-se que as desocupações foram feitas contra a vontade dos trabalhadores.

— **Herdade dos Descurrais** (Ourique): foi entregue ao ex-proprietário, totaliza cerca de 75.000 pontos e a entrega foi feita contra a vontade dos trabalhadores.

Postos estes exemplos é de perguntar:

Mas esta actuação em que se faz tábua rasa da Constituição, em que as leis não são tidas nem havidas, em que se emitem despachos legais (até se passam despachos sem ser em papel do MAP, sem número de referência, sem datas!) e se chamam para os fazer cumprir forças militarizadas, em resumo, esta actuação ilegal e violenta, pode prosseguir? Ou será que se fez a Constituição para ela ser violada? Ou será que os compromissos do partido do Governo e dos órgãos de poder, as grandes promessas de cumprimento da Constituição e das leis da Reforma Agrária, inclusive as da autoria de ministros socialistas, só existem no papel?

Esta actuação, a prosseguir, viola, a partir deste momento não só a Constituição e as Leis da Reforma Agrária. Passa também a constituir um atropelo ao Plano para 1977, no qual o Governo incluiu alterações, atendendo à tomada de posição dos deputados comunistas na Assembleia da República, os quais interpretaram claramente a vontade e sentir populares:

"Prosecução da Reforma Agrária com o respeito pelo princípio constitucional da intervenção dos trabalhadores em todos os aspectos da sua execução, designadamente no que respeita à concessão de reservas e quaisquer desanexações, que só serão realizadas ouvidos previamente os trabalhadores interessados com respeito pelos seus interesses, nomeadamente os do seu emprego";

"Prosseguimento e concretização do processo de expropriação de cerca de 700 mil hectares de propriedades na zona da Reforma Agrária e adopção de medidas de política de apoio financeiro e técnico, adequadas às explorações agrícolas da zona da Reforma Agrária, designadamente a pequenos e médios agricultores, cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva de trabalhadores; a manutenção do Crédito Agrícola de Emergência e afiliação dos preços de garantia antes das sementeiras por forma a orientar a produção e permitir justa compensação aos pequenos e médios agricultores e rendeiros, bem como o estabelecimento de preços de outros produtos antes das colheitas";

# PORQUÊ O ATRASO DAS SEMEITEIRAS?

O MAP não pode omitir que as chuvas atrasaram as sementeiras, mas responsabiliza os trabalhadores, esquecendo-se que depois da chuva, ficam os terrenos molhados... Ainda por cima, o MAP silencia as suas próprias responsabilidades no atraso das sementeiras

não diz só respeito ao Alentejo...

Aparentemente brevemente as razões que têm motivado o atraso das sementeiras, em algumas das quais o MAP não está de todo inocente...

## RAZÕES OBJECTIVAS

O tempo chuvoso contribuiu, em larga medida, para o atraso das sementeiras, pois os tractores em uso nas UCPs não dispõem de cabina onde o trabalhador possa trabalhar ao abrigo do tempo, o que reduz o tempo de trabalho praticamente às horas em que não chove. Mas também os períodos em que não chove não são suficientemente longos para secar os terrenos e a maior parte dos tractores não trabalham bem em terrenos molhados porque não são tractores de lagartas mas tractores borracheiros ou tractores de roda. Ora, como uma grande parte dos terrenos que são semeados com cereais de Inverno (trigo, aveia, cevada), são terrenos de sarro, ainda mais difícil se torna fazer as sementeiras quando o terreno não está suficientemente enxuto.

Note-se a propósito que os tractores oferecidos como resultado da solidariedade do povo soviético e do povo

búlgaro para com os trabalhadores portugueses, não têm estes inconvenientes. Por um lado, todos os tractores soviéticos e búlgaros dispõem de uma cabina que permite ao tractorista trabalhar, faça sol ou chuva, o que demonstra não só a maior eficiência dos tractores fabricados nos países socialistas em relação aos produzidos nos países capitalistas, como ainda é índice da preocupação com a segurança e saúde dos trabalhadores que preside à produção nas sociedades socialistas. Acrescente-se que os tractores oferecidos, são quase todos tractores de lagarta ou cadeias e, por isso, se deslocam bem no terreno molhado.

Como este problema de atraso das sementeiras em função das chuvas não se resume a este ano, a única forma de resolver a questão será procurar equipar as UCPs com tractores que permitam fazer o trabalho das sementeiras com qualquer tempo.

Mas nestas questões do atraso das sementeiras, o MAP tem, também, as suas responsabilidades. Daí a necessidade de, na própria nota oficiosa, se armar em vítima, afirmando que "curiosamente, nalgumas zonas, vai-se ao ponto de especular que se os trabalhos

estão atrasados, tal se deve à política da actual equipa do Ministério da Agricultura e Pescas". O senhor ministro Barreto e sua equipa fazem-se esquecidos do facto, aliás repetido com frequência, de que em muitas cooperativas, os trabalhadores esperaram 15 e mais dias para que o Instituto dos Cereais lhes entregasse o trigo para semente. Noutras, os trabalhadores tanto esperaram, sem qualquer resultado, que foram obrigados a empregar trigo existente nos celeiros, correndo o risco de menor rendimento. Estão neste caso, entre tantas outras, as cooperativas "Companheiro Vasco", "Bento Gonçalves", "Maria Machado".

É de prever que a quebra de produção que tal atraso irá provocar, será utilizada pela reacção e pelo MAP, contra os trabalhadores da Reforma Agrária. Mas, tal como agora, estes estarão dispostos a responder repondo a verdade e esclarecendo a opinião pública e, também, recordando ao ministro da Agricultura as suas responsabilidades, que vão desde a falta de eficiência dos serviços do MAP, à política desestabilizadora desencadeada contra a Reforma Agrária em pleno período das sementeiras.

dom a Democracia  
para o  
Socialismo

**8.º CONGRESSO**  
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**DE NOVO  
À VENDA**

**O EMBLEMA  
DO VIII  
CONGRESSO  
DO PCP**

Preço: 20\$00

Pedidos a:  
CDL — Departamento  
de Venda Directa  
Rua Pedro Nunes, 9-A  
LISBOA - 1



# O VIETNAM DEPOIS DA VITÓRIA

Concluimos hoje a entrevista, iniciada no último número, com o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP, a propósito da sua recente visita ao Vietname, onde representou o nosso Partido no IV Congresso do PCV. As palavras de Joaquim Gomes mostram-nos, de forma impressiva, a marcha firme e conflante para o futuro de um povo finalmente dono do seu próprio destino.

## PARTIDO COMUNISTA DO VIETNAME

O partido irmão do Vietname mudou de nome! Sim, por resolução aprovada no Congresso, o Partido dos Trabalhadores do Vietname passou a chamar-se Partido Comunista do Vietname.

Depois de uma delegação de Pioneiros do núcleo Ho Chi Minh ter saudado o Congresso e o seu patrono foi lida a «resposta» de Ho Chi Minh aos Pioneiros incitando-os a estudar, a serem disciplinados, a amar a Pátria. Após esta cerimónia foi lida uma intervenção de encerramento pelo camarada secretário-geral Le Duan.

Com a recepção à noite no Palácio da Independência, antes Palácio dos governadores da Indochina, terminou oficialmente o Congresso.

As repercussões deste Congresso de um partido tão importante como o PCV não deixarão de influir na actividade dos comunistas, não apenas dos vietnamitas.

O Congresso foi um acontecimento importante, não apenas para o Vietname, mas também para aquela região da Ásia. O PCV e o povo vietnamita gozam de um prestígio muito grande entre os povos de todo o mundo. Do que eles fizeram de bom dependerá muito o prestígio do socialismo naquela parte do mundo.

Com certeza verificaste as qualidades excepcionais dos camaradas e do povo do Vietname. Delas já nos disseste bastante. Que te impressionou mais?

Dois premissas fundamentais me pareceram os vietnamitas para poderem fazer verdadeiros milagres. Um povo com uma capacidade invulgar de trabalho, de disciplina, de poder inventivo, de iniciativa. Uma fidelidade aos princípios marxistas-leninistas, uma profunda ligação entre as massas e os seus dirigentes.

Este povo mil vezes heróico é amigo da Paz. E a Paz parece finalmente ter chegado para ele.

Neste momento em que, por um lado, o nosso Partido é um partido legal e o PCV constrói a Paz, quais são as perspectivas das relações entre os dois partidos?

O nosso Partido tem o maior interesse em reforçar as suas relações amigáveis com os camaradas vietnamitas. Da parte deles, embora atarefados com mil e um problemas, parece-me haver uma compreensão justa deste problema. Troquei ligeiras impressões com vários camaradas, que consideram com interesse o estreitamento das relações entre os nossos dois Partidos e povos. Mais do que um camarada responsável me abraçou com muito carinho e salientou a nossa luta difícil e complexa, a nossa fidelidade aos princípios marxistas.



"Os seus pais deram a vida por uma causa justa, pela defesa da sua Pátria"

Temos que olhar mais para esta parte do mundo onde se está a desenvolver uma fase nova de uma batalha importante na luta dos povos pela sua independência e emancipação. À frente dela, estão os comunistas.

Depois do Congresso, sabemos que as visitas continuaram e que os camaradas vietnamitas insistiram para que os convidados exprimissem as suas preferências em relação aos locais a visitar. Estiveste na casa onde viveu Ho Chi Minh.

A casa fica nas traseiras mas dentro da cerca onde está o Palácio da Independência. É uma casa simples mas confortável, de estilo oriental. Lá são conservados os livros, os objectos que ele utilizava. Em frente há um pequeno lago com muitos peixes a que ele dava de comer. Ao ar livre, mas sob a casa há uma mesa onde Ho Chi Minh trabalhava com os outros camaradas do Bureau Político e onde recebia as crianças, pioneiros com quem gostava de estar. A casa está transformada em Casa-Museu e tal como o mausoléu transformou-se em lugar de romaria.

A religião, a católica, a que estavam ligadas as classes dominantes e a budista, são praticadas no Vietname. Viste algum local de culto?

## UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

### LISTA DOS NÚMEROS PREMIADOS NO SORTEIO DE FIM DE ANO DA CAMPANHA NACIONAL DE FUNDOS DA UJC

|             |        |
|-------------|--------|
| 1.º prémio  | 15 352 |
| 2.º prémio  | 25 953 |
| 3.º prémio  | 15 396 |
| 4.º prémio  | 11 709 |
| 5.º prémio  | 15 632 |
| 6.º prémio  | 00 336 |
| 7.º prémio  | 24 900 |
| 8.º prémio  | 15 861 |
| 9.º prémio  | 03 282 |
| 10.º prémio | 03 841 |
| 11.º prémio | 14 451 |
| 12.º prémio | 03 350 |
| 13.º prémio | 21 474 |
| 14.º prémio | 13 988 |
| 15.º prémio | 24 426 |
| 16.º prémio | 03 191 |
| 17.º prémio | 21 318 |
| 18.º prémio | 14 830 |
| 19.º prémio | 25 565 |
| 20.º prémio | 11 372 |
| 21.º prémio | 04 944 |
| 22.º prémio | 25 233 |
| 23.º prémio | 01 776 |
| 24.º prémio | 23 932 |
| 25.º prémio | 22 878 |

Os prémios podem ser levantados até ao dia 15 de Janeiro na sede central da UJC, Av. Duque de Loulé, 111, 1.ª - LISBOA.

## A VENDA

### ABC do Marxismo-Leninismo

Série A  
A SOCIEDADE E O ESTADO  
N.º 9

Distribuição CDL

### ORIGENS E PARTES CONSTITUTIVAS DO MARXISMO

espécie de foguetes. Trata-se, segundo me parece, de pequenos petardos amassados uns aos outros que uma vez acesos rebentam sucessivamente. A surpresa foi total quando me disseram que aquilo era para me saudar!

Depois de visitado o local do culto, fomos para uma espécie de telheiro onde foi servido o tradicional chá-verde, sem açúcar, que desde Tachkent me quiseram convencer que assim se deve tomar e é muito bom para os nervos, etc. Não chegaram a convencer-me...

A saída do pagode ainda teve a surpresa de ter que passar entre uma ala de velhos e mulheres de meia idade que me vieram saudar.

## A TERRA DO AÇO

### Estiveste em alguma fábrica?

Não visitámos nenhuma fábrica, mas em compensação visitámos um lugar histórico da resistência. O local onde estava instalado o comando das forças patrióticas na luta contra o imperialismo. O local fica a 60 km de Ho Chi Minh (antiga Saigão). É evidente que as coisas não estão como eram. Então a camuflagem era total, agora é já um lugar de turismo. No entanto os camaradas mantiveram o máximo do antigo.

De tal modo esta zona foi atacada sem que jamais fosse subjugada, que ficou conhecida como a Terra do Aço.

Na explicação dada pelos camaradas ficámos não só a saber que os subterrâneos se estendiam por mais de 200 km, como foi explicado o seu funcionamento. Trata-se de um sistema de galerias sempre sinuosas, com gargantas extremamente apertadas que davam para espaços mais largos onde funcionavam os serviços médicos, salas de reuniões, escolas para os miúdos quando a estadia das

crianças se prolongava lá por muito tempo. Havia mesmo espaços onde se metia o gado, búfalos, etc. se o inimigo se aproximava e batia raivosamente a região.

### Esses subterrâneos eram profundos?

As galerias mais simples estavam a 1 metro e meio da superfície, mas por baixo destas eram cavadas outras perfeitamente camufladas para o caso do inimigo entrar ou atirar gazes lá para dentro. Os combatentes tinham sempre possibilidade de defesa. Aliás, eles mesmo explicavam que por vezes os americanos descobriam entradas para os subterrâneos e penetravam neles. Entrar, entravam, mas sair é que não! Nesses subterrâneos, para além das dificuldades de deslocação, havia um sistema de armadilhas constituídas por buracos profundos onde o inimigo caía e dos quais não podia sair.

### Mesmo assim os americanos arriscavam-se a entrar?

Os americanos tinham um medo terrível de se aventurar neles. De resto, nos locais mais apertados dificilmente um americano passaria.

### Chegaste a entrar numa galeria. Como eram concebidas?

As entradas para as galerias eram perfeitas na sua execução. Eram uma espécie de caixilho que encaixava com uma perfeição impressionante.

Estes tinham que ser sempre em madeira pois o metal seria facilmente detectável. Uma das entradas que nos mostraram estava junto de um tanque americano destruído. A destruição deste e de outros tanques partia de acções



"Uma capacidade invulgar de trabalho, de disciplina, de poder inventivo, de iniciativa"



"Este povo mil vezes heróico é amigo da Paz. E a Paz parece finalmente ter chegado para ele"

unidades de efectivos reduzidos mas de grande eficiência e maleabilidade. Quando os americanos acorriam aos lugares de ataque já não encontravam ninguém. As entradas para os subterrâneos tanto podiam

Esta visita impressionou-me muito não só por estar num local como aquele, mas por ver um pouco mais de perto como lutou aquele povo!

### Estiveste mais tarde em Saigão. Pudeste comparar as duas grandes cidades do Vietname.

É uma cidade completamente distinta da de Hanói. As passagens ou estadia aqui dos colonizadores e opressores franceses e americanos deixaram marcas muito profundas. Aqui há já o inferno das motorizadas. Os gases dos escapes numas cidades onde a temperatura é elevada todo o ano torna o ar quase irrespirável. Os transportes públicos, na sua grande maioria feitos por carrinhas, trotinetas que circulam em todas as direcções, apinhadas completamente e por isso expõem ainda mais gases. O número de bicicletas a pedal é grande mas nada que se compare com Hanói, exactamente porque em Saigão há um serviço de transportes na sua quase totalidade particular.

A primeira visita foi ao Palácio da Independência. Antes palácio dos colonizadores e depois palácio do fantoche Thieu.

### Luxuoso, deserto...

O luxo mas também o bom gosto são assinaláveis. Ao lado da miséria mais atroz estava o luxo, a riqueza,

e o requinte. As grandes salas sucedem-se qual delas a mais luxuosa. Um pormenor curioso são umas pequenas clarabóias no tecto que assinalam o sítio onde caíram as bombas quase no meio do palácio lançadas por um aviador patriota que foi promovido depois de ter acertado em cheio no alvo e que deve ter pregado um susto dos diabos ao pequeno ditador.

Outra visita extraordinariamente emotiva, foi a que fizemos a uma escola internato, exclusivamente destinada aos filhos dos patriotas mortos sob o

Muitas crianças... Eram muitas as crianças e adolescentes que lá se encontravam. Centenas, talvez um milhar, mas não estavam todos. A escola tem uma superfície enorme e oficinas para a formação de profissionais. Fez-se uma pequena reunião onde foram saudadas as crianças portuguesas e se desejou o reforço da amizade entre os povos dos dois países.

Por nosso lado saudamos igualmente as crianças. Desejamos que nunca mais houvesse, por causa das guerras, crianças sem pais. Sublinhando no entanto que as crianças e adolescentes que ali se encontravam se deviam sentir orgulhosas por os seus pais terem dado a vida por uma causa justa, pela defesa da sua Pátria. Por terem derrotado o mais forte país imperialista do mundo.



"Uma fase nove de uma importante batalha na luta dos povos pela sua independência e emancipação"

Edições SEARA NOVA

## COMO AVALIAR OS ALUNOS

ANNA BONBOIR

PREFÁCIO DE  
ROGÉRIO FERNANDES

Quais os métodos e técnicas para avaliar os conhecimentos dos alunos?

O livro responde e exemplifica tornando-se essencial para estudantes, pais e professores numa fase de reestruturação do ensino e dos conceitos pedagógicos.

COLECÇÃO EDUCAÇÃO E ENSINO  
PREÇO: 90\$00

SEXTA-FEIRA DIA 7  
às 21.30 h.

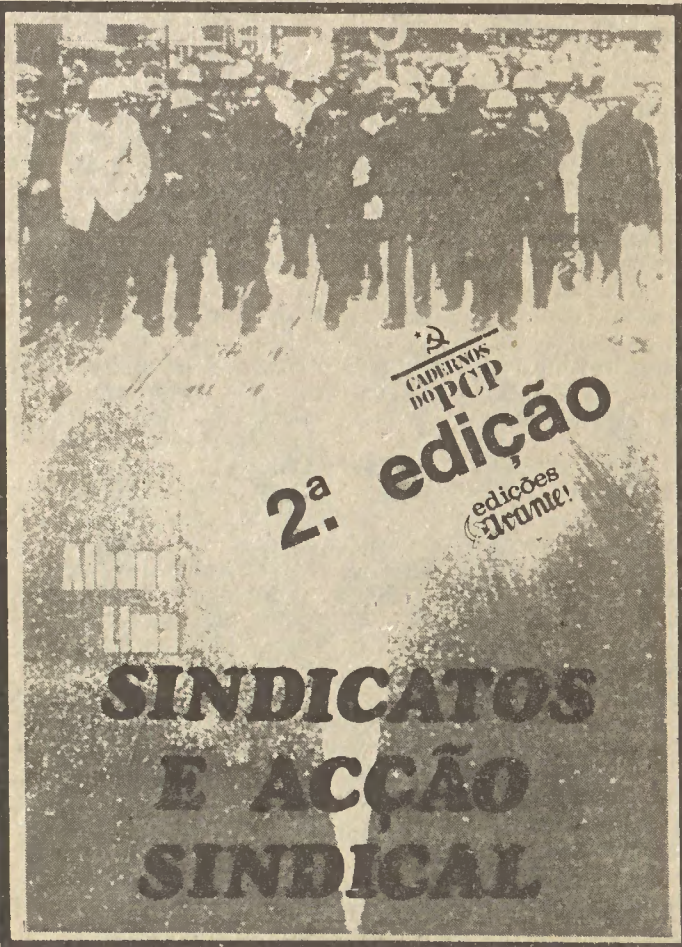
no Centro Vitória

(Avenida da Liberdade)

Sessão de apresentação  
do livro

## SINDICATOS E ACÇÃO SINDICAL

com a presença do autor  
o camarada Albano Lima



2ª edição  
edições Avante!

## SINDICATOS E ACÇÃO SINDICAL



# SEMANA INTERNACIONAL

## 1977

### DIFICULDADES E CONFIANÇA

O novo ano surge, a nível internacional, sobre um saldo de múltiplos problemas, cuja evolução é por vezes difícil de prever, e amplos caminhos abertos pelo reforço das forças progressistas de todo o mundo.

A proposta do Tratado de Varsóvia, para a assinatura por todos os Estados que ratificaram os acordos de Helsínquia, de um compromisso de não utilizar prioritariamente armas nucleares, marca o início do novo ano no caminho decisivo da paz. É um elemento de peso na luta necessária das forças da paz contra os esforços que o imperialismo tem vindo a concentrar no reforço armamentista no Atlântico Norte, e até nos projectos exaltados da formação de uma nova aliança agressiva a Sul.

Numa zona do mundo particularmente flagelada pelo imperialismo — a América Latina — somam-se esforços para um recrudescimento da luta popular, para a preservação das zonas democráticas da América Central, para novas iniciativas de uma política económica independente. África é um continente em ebulição, onde são de prever novos avanços das forças patrióticas e progressistas, uma consolidação de posições dos novos Estados virados para a construção do futuro em territórios que o colonialismo manteve estagnados ou depauperou. A Norte, o Médio Oriente mantém-se centro de tensão e de incertezas. Que será o Líbano dentro de meses? Sobre que bases acentará a unidade árabe? Mas a necessidade impõe com mais premência o retorno a Genebra para a negociação de uma paz justa, a retirada das tropas invasoras de Israel dos territórios árabes ocupados, a formação de um Estado Palestiniano. Apesar das inúmeras dificuldades, recuos, dos acontecimentos sangrentos de 76, está mais próxima a possibilidade de solução global do problema do Médio Oriente. A Ásia tem abertas amplas perspectivas para o futuro, tornam-se mais difíceis as manobras do imperialismo, a despeito das perdas da esquerda no Japão.

Na Europa são complexas as perspectivas imediatas. Face a um avanço global da esquerda, o imperialismo concentrou esforços no sentido de liquidar as possibilidades revolucionárias crescentes. Portugal vive momentos difíceis da Revolução, com um Governo com uma política de direita, uma grave deterioração da economia nacional, a hipoteca da nossa independência. Mas são grandes, decisivas e crescentes, as potencialidades do movimento popular. Na Espanha é complexa a situação política — a extinção do Tribunal da Ordem Pública, a libertação de dirigentes do PCE, nomeadamente do seu secretário-geral, podem ser elementos de uma política capitalista que se afaste dos moldes fascistas, face à conjuntura internacional e à envergadura da luta popular no país. Em França, os avanços da esquerda são sinuosos, não se registando ganhos nítidos por parte do Partido Comunista. O endividamento crescente de vários países europeus, de uma forma directa ou indirecta, aos Estados Unidos, é uma realidade preocupante, tanto mais que envolve (e os dirigentes dos EUA já o têm dito explicitamente) compromissos políticos e sociais, lesivos dos interesses dos povos desses mesmos países. A Itália, a Grécia, a Espanha, a Turquia, o nosso país, e até a Inglaterra e a Dinamarca, estão nessa situação. Uma realidade a que há que fazer face. 1977 pode ser um ano determinante na evolução política do continente europeu.

Face às imensas dificuldades em que se debate o sistema capitalista, à complexidade da luta dos seus povos, à incerteza de perspectivas numa linha geral de desenvolvimento das forças progressistas — vive-se a paz, a segurança, o progresso seguro no mundo socialista. Se são difíceis as previsões em toda a vasta zona do mundo do capital, a comunidade socialista não tem segredos, nem receios, quanto ao futuro. Serão cumpridos ou ultrapassados os planos quinquenais estabelecidos. O ritmo do seu desenvolvimento, incluindo o Vietnam, será mais pronunciadamente elevado em relação ao do sistema capitalista. A grande diferenciação entre os dois sistemas tornar-se-á uma realidade cada vez mais vinda, a dominar a cena internacional, a alimentar a justificada esperança dos povos.

A este respeito são significativos alguns dados sobre o que é a política social na URSS e que se resume no estável crescimento das perdas por parte do Estado. Perdas que são um ganho para toda a população soviética. Na URSS é o Estado que fixa o preço das mercadorias, que as compra ao produtor e as vende ao consumidor. Ao fixar o preço, toma em conta, não só o custo de produção, mas também a sua importância social. Por isso, vende-se a preços inferiores aos respectivos custos de produção, toda a espécie de alimentos para crianças, roupa e calçado infantis, objectos escolares e livros, alguns tipos de cereais, alguns tipos de peixe, carne (cerca de metade do custo), e muitas outras mercadorias. Isto para não referir os transportes, o aluguer das habitações, o custo da água, electricidade, gaz, telefone, o ensino, os medicamentos, as pensões, etc..

O dinheiro com que o Estado faz face a estas despesas, provém do lucro obtido nas empresas — principal fonte das receitas estatais — e dos preços relativamente elevados estabelecidos para as bebidas alcoólicas, peles naturais, jóias e outros objectos de luxo. Este o fundo de uma política social impensável fora do socialismo — um dos elementos da decisiva superioridade do sistema.

Assim podemos destacar, como linhas gerais do desenvolvimento de toda a situação internacional — condicionando os factos que virão a ocorrer neste novo ano — o decisivo afastamento e crescente superioridade do sistema socialista em relação ao sistema capitalista; equilíbrio mundial em que a balança tende a pender cada vez mais acentuadamente para o lado das forças progressistas — embora recheado de profundos e complexos problemas.

Hoje não é ao imperialismo, mas ao socialismo, não é às forças da reacção, mas às do progresso, que cabe a iniciativa histórica. O que redobra as responsabilidades do movimento comunista mundial. E torna mais salientes os reflexos da justeza ou do oportunismo da linha política dos Partidos Comunistas na vida dos seus países e dos seus povos e no próprio panorama internacional. De uma forma geral, registaram-se vitórias ou soube-se superar situações difíceis, onde a linha dos partidos comunistas e a sua prática foi fiel ao marxismo-leninismo. Pelo contrário, registaram-se recuos mais ou menos visíveis, onde tal fidelidade se ressentiu de uma estreita visão nacionalista ou oportunista. O desejo de congregação simpatias heterogêneas levou por vezes a uma redução de influência de massas. Este um factor de que todos os partidos irmãos tirarão certamente lições para o ano que se inicia, e que será por vezes determinante na sua evolução, nos passos que somará rumo ao futuro.

# ROMÉNIA: 29 ANOS DE SOCIALISMO

Na noite de 30 de Dezembro de 1947 nasceu a Roménia socialista. A abolição da monarquia e a instauração da República Socialista da Roménia foi consagrada por unanimidade pela Assembleia de Deputados. O novo governo, posteriormente formado, incluiu representantes do Partido Comunista, do Partido Social Democrata, dos sindicatos e da Frente dos Trabalhadores.

A transformação revolucionária da Roménia, insere-se no processo de libertação de vários países da Europa Central, que hoje constituem o núcleo europeu do sistema socialista. Deve-se directamente à vitória histórica da URSS sobre as hordas nazis, que permitiu que a Segunda Guerra Mundial, ao lado das devastações e dos milhões de mortos, registasse um saldo positivo, o da vitória das forças progressistas, o da criação de vários países socialistas, que não só permitiriam um imenso alargamento das possibilidades de luta das forças progressistas em todo o mundo, como uma muralha segura de defesa do próprio sistema socialista e da URSS, um dado novo na vida, na história, dos povos de todo o mundo.

De país atrasado, arrancado à monarquia, a Roménia lançou as premissas para um desenvolvimento global da economia, e registou em todos os planos notáveis avanços.

A 11 de Junho de 1948, foi decretada a nacionalização dos principais meios de produção: estava dado um passo fundamental para a liquidação do poder económico da grande burguesia industrial e financeira, para a socialização da economia nacional.

Hoje, a Roménia é um Estado socialista em desenvolvimento, com uma economia diversificada e planificada. A indústria contribui em 63,6% para a formação do produto social (1974) e com mais de 57% para a renda nacional; ocupa mais de 30% da população activa. Nos anos do socialismo, a produção industrial aumentou mais de 30 vezes. A construção de máquinas tem lugar de destaque na produção global industrial: 30,5%. No plano quinquenal 1976-1980 continua-se a política de distribuição racional das forças de produção, de forma a que em 1980, cada distrito tenha uma produção industrial de pelo menos 10 mil milhões de leus.

O sector socialista abrange 90,7% da superfície agrícola do país. Graças aos grandes investimentos feitos na mecanização e quimização, ao alargamento do sistema de irrigação e outros trabalhos, ao desenvolvimento da pomicultura e viticultura e à criação de uma pecuária de tipo industrial, a agricultura romena tem cada vez mais um carácter intensivo.

No domínio do ensino, grandes passos em frente foram dados com o socialismo. Em 75/76, a Roménia tinha inscritas 4.110.930 crianças e jovens no ensino primário



Um moderno bairro para trabalhadores em Bucareste

e secundário e 164.567 estudantes universitários, distribuídos por sete universidades. Até 1980 será generalizado o ensino

obrigatório abrangendo o liceu (12 anos). Actualmente há mais de 22.000 bibliotecas, 23.000 grupos artísticos de amadores com mais de

400.000 membros — mais de 8.000 casas de cultura. Como todos os outros países socialistas, a Roménia bate-se, a nível internacional,

por uma nova ordem económica e política, por relações de igualdade entre os Estados, por um clima de paz, colaboração e confiança.

## JAMAICA: NO CAMINHO DA SOCIEDADE SOCIALISTA

Os últimos dias do ano de 76 trouxeram às forças de esquerda, a nível mundial, mais algumas vitórias significativas. Entre elas, a do povo da Jamaica que, num complexo processo eleitoral, que a reacção se esforçou por impossibilitar pelo terrorismo, confirmaram as perspectivas de uma via democrática.

No confronto entre o Partido Nacional Popular, actualmente partido governante, e que tem sabido conduzir de facto uma coerente política ao serviço das massas trabalhadoras, e do Partido Trabalhista, na oposição — o partido governamental registou uma esmagadora vitória, ampliando a distância que o separa, em votos, do Partido Trabalhista.

O Partido Nacional Popular obteve a vitória na maioria das 60 circunscrições do país. Foi obtido um voto massivo em sectores-chave: as zonas de Kingston e Saint Andrews, as duas regiões mais importantes das 14 províncias do país, que fazem da Jamaica um dos principais produtores mundiais de bauxite.

Dois factos se salientam, nestas eleições, e demonstram o amplo apoio dos trabalhadores a uma política que objectivamente tem favorecido os seus interesses: a participação de 80 por cento do eleitorado nas eleições, percentagem elevada, tanto mais quanto foram grandes os esforços da direita para criar uma situação de instabilidade, e a votação maciça nas zonas industriais.

As eleições realizaram-se com o estado de sítio declarado, para evitar o prosseguimento das

provocações de direita, das evidentes manobras visando a desestabilização da vida nacional, e uma abertura para a liquidação da via progressista que está a ser seguida. A firme oposição governamental a tais intentos, tomando medidas energéticas e adequadas, gorou os esforços da direita. Mas não é de esperar, como é lógico, que a reacção desista de reganhar o caminho perdido.

Neste momento, uma das preocupações centrais do governo, como afirmou o primeiro-ministro, Michael Manley, é a batalha contra a violência, uma condição indispensável para a estabilidade política e sobretudo para a recuperação económica. Assim, o governo pretende tomar brevemente medidas de carácter político adequadas e proceder ao reforço de um corpo de auxiliares voluntários que devem ajudar nessa tarefa as forças de segurança. Um facto que demonstra a confiança do governo nas massas trabalhadoras, só possível quando a política governamental corresponde aos seus anseios.

Quando do anúncio oficial da vitória do Partido Nacional Popular, Manley apontou-a como «o triunfo do socialismo e da luta dos países em vias de desenvolvimento», afirmando assim uma perspectiva socialista, um empenhamento numa via progressista contra os esforços da reacção e do imperialismo para fazer fracassar o empenhamento do povo da Jamaica na construção de um futuro melhor.

## ELOGIADA EM MOSCOVO

## A CORAJOSA LUTA

## DAS MULHERES PORTUGUESAS

“A Revolução de Abril modificou a situação da mulher portuguesa. Pela primeira vez na história do país, a Constituição garantiu sob a forma legal, a liberdade e a igualdade das mulheres” — afirmou em Moscovo a vice-presidente do Comité das Mulheres Soviéticas, camarada Ksenia Proskurnikova, no decorrer de uma conferência de Imprensa promovida recentemente e que teve como objecto fundamental dar a conhecer as conclusões mais salientes da sessão de trabalhos da Federação Democrática Internacional das Mulheres realizada em Lisboa, em Novembro passado.

A camarada Ksenia Proskurnikova — que esteve no nosso país como participante na referida sessão da FDM — sublinhou:

“Não foi por acaso que escolhemos Lisboa para a realização da sessão de trabalhos da organização. O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas desfruta de grande prestígio em todo o Mundo pela alta contribuição que deu à luta contra o regime de Salazar e Caetano e à consolidação das conquistas da Revolução de Abril de 1974”.

Mais adiante, referiu:

“Fizemos uma viagem pelo país, contactámos as mulheres portuguesas em locais de trabalho. Observámos o enorme entusiasmo com que as mulheres dos campos receberam a Reforma Agrária levada a cabo em zonas rurais de Portugal. Elas são hoje activas construtoras de uma vida nova.” Depois de acentuar que o Comité das Mulheres Soviéticas se pronunciou mais do que uma vez “em defesa das mulheres de Portugal, vítimas de perseguição e repressão do regime fascista, pelas suas acções democráticas”, a camarada Ksenia Proskurnikova evocou o nome de Catarina Eufémia e de outras militantes comunistas caídas no combate contra a tirania fascista.

No final do encontro com os jornalistas, a vice-presidente do CMS referiu-se aos contactos directos estabelecidos com o MDL no decorrer de uma visita efectuada por uma delegação daquela organização à URSS, tendo declarado: “O Comité das Mulheres Soviéticas e o Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas têm interesses, aspirações e tarefas comuns — uma delas é o fortalecimento da amizade e cooperação entre os povos dos nossos países”.

# SOLIDARIEDADE DE MOÇAMBIQUE COM O POVO DO ZIMBABWÉ

A linha de solidariedade necessária entre povos em luta pelos seus objectivos comuns, segue por vezes caminhos difíceis. Moçambique é exemplo da complexidade de uma tarefa internacionalista, que pesa particularmente sobre o seu povo.

São quase diárias as notícias sobre uma nova agressão de tropas racistas rodésianas contra as zonas fronteiriças da República Popular de Moçambique. No dia de Natal, a província de Gaza foi invadida e bombardeada com napalm.

O pretexto invocado para esta sistemática violação do direito internacional, é o ataque a forças patrióticas do Zimbabwe, actuando em território moçambicano. Pretexto que põe em causa o próprio significado da luta pela distensão e da solidariedade militante entre as forças progressistas de todos os países.

Moçambique nunca negou estar activamente ao lado das forças patrióticas do Zimbabwe. Nunca negou que porá à disposição dos movimentos progressistas de África todas as suas capacidades. Antes pelo contrário — afirma-o e justamente reivindica esse direito. Não é ocasional que Angola, Guiné-Bissau e Moçambique sejam considerados um sólido núcleo de apoio e um incentivo à luta dos povos do continente pela libertação de todas as sequelas do colonialismo, pela libertação do neocolonialismo. Moçambique cumpre um

dever, usa de um direito. Que só lhe poderá ser negado por aqueles que se esforçam por transformar a batalha mundial pela distensão num colete de forças para as forças revolucionárias, invertendo os dados da questão, apodando de ingerência a solidariedade militante entre as forças revolucionárias, e praticando de facto essa ingerência, em nome da «liberdade», ou da defesa da «democracia».

O alvo das investidas das tropas do regime racista da Rodésia, nas suas incursões em território moçambicano, — para além do objectivo de enfraquecimento e dificultação da luta das forças patrióticas do Zimbabwe, de agressão a um sólido apoio à luta dessas forças —, são grupos e famílias de camponeses, fugidos de guerra, às tropas de Smith, aos aldeamentos, bem conhecidos do Vietnam, onde foram utilizados pelos EUA, e mais recentemente pelo colonialismo português em África.

28.000 refugiados do Zimbabwe, atravessaram a fronteira de Moçambique, fugindo à perseguição e aos massacres realizados pelas tropas do regime ilegal de Smith. Todos os dias chegam a Moçambique novos refugiados, num número que

varia conforme as possibilidades que encontram para escapar ao regime terrorista da Rodésia. Fuga extremamente difícil. Nestes últimos meses, em que a agressão da Rodésia contra Moçambique foi intensificada, os que fogem têm que percorrer centenas e centenas de quilómetros a pé, até encontrar uma zona não ocupada por soldados, que lhes permita uma relativamente segura passagem da fronteira. E chegam nas piores condições físicas e sem quaisquer recursos.

Para um país que enfrenta neste momento a necessidade de uma rápida recuperação económica, como base indispensável na construção de uma nova sociedade, trata-se de um esforço notável. Mais uma forma de solidariedade com a justa luta do povo do Zimbabwe.

Na solução, de imediato, do problema dos refugiados, o governo da República Popular de Moçambique organizou quatro campos nas províncias que fazem fronteira com a Rodésia. Nos campos de refugiados, o governo esforça-se por lhes dar os meios fundamentais de subsistência. Neste momento elaboram-se programas a longo prazo que incluem tarefas na produção, saúde, educação e artesanato. Por outro lado, as organizações moçambicanas encarregadas do trabalho complexo de

integração social dos refugiados, elaboram um programa, baseado na própria experiência do povo moçambicano, quando emigrava para fugir à repressão do colonialismo português. Trata-se de evitar que o refugiado se desenraíze da sociedade, mantê-lo como homem activo, pronto a voltar à sua pátria, logo que tal se lhe torne possível.

Na luta contra as agressões por parte da Rodésia, na solidariedade activa para com o seu povo, Moçambique, não está só. Nem a nível mundial, nem no continente africano. Na sua mensagem de Ano Novo, o secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA), afirmou: «Devemos criar uma força dissuasora contra as agressões dos regimes racistas de Pretória e Salisbúria». Foi destacado o papel dos Estados da «linha da frente» (Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia), pelo auxílio prestado aos movimentos de libertação da África Austral, que os expõe a uma agressão criminosa, ou mesmo a uma eventual invasão — e contribui decididamente para o processo de libertação desta zona do continente africano, antes apoio sólido da reacção internacional, de todas as formas de colonialismo e neocolonialismo. A transformação de um continente que reflecte e influencia a própria linha de desenvolvimento mundial.

# BRASIL: NOVA «GRANDE POTÊNCIA» FABRICADA PELO IMPERIALISMO

No início de um novo ano, num discurso vazio, feito do escamotear de problemas e de dificuldades, Geisel aponta para o Brasil, a perspectiva da «austeridade». Não se trata de nada de novo. O ano que findou iniciou-se com palavras idênticas, para o povo brasileiro. Mas hoje tais palavras assumem particular significado. 76 foi o ano em que o ex-secretário de Estado da administração republicana dos EUA qualificou o Brasil de «potência em formação».

privados dos seus direitos políticos. Geisel recusou qualquer possibilidade de amnistia geral para os presos políticos brasileiros, detidos sob a famigerada acusação de «atentado contra a segurança do Estado».

Esta a imagem de uma «nova» grande potência», fabricada pelo imperialismo, para o seu serviço. Uma «grande potência» que se debate numa afilítica situação económica, apesar da extraordinária riqueza do país, do potencial económico que encerra, e lhe permitirá transformar-se num país particularmente rico, quando os seus destinos estiverem nas mãos do seu povo. Este um fruto e um exemplo que convém não esquecer do que significa uma linha de desenvolvimento apoiada e orientada pela mão do imperialismo.

O «modelo brasileiro» de crescimento económico assenta praticamente em exclusivo na captação de créditos externos, muito em particular

norte-americanos, seguindo-se-lhe a RFA. As consequências estão à vista. Multinacionais com sede em Washington e Bona, engordam os seus gigantescos lucros com a exploração das riquezas do Brasil. A economia brasileira atingiu uma situação com parcas perspectivas. Geisel andou em 76, pela França, Grã-Bretanha e Japão, a mendigar novos «auxílios». «Auxílios» com a marca do capital. Bons para esgotar as possibilidades económicas do país. E para empenhar por completo a independência nacional.

Pouco antes do fim do ano de 76, Ernest Geisel disse: «Que Deus nos ajude para que os problemas económicos de 1977 e as suas repercussões no domínio social não tenham maiores consequências políticas».

Nun ano em que se volta a anunciar uma política de austeridade, que mais uma vez recairá por inteiro sobre

os ombros das massas trabalhadoras brasileiras, é esta a única preocupação do governo é esta a única preocupação do imperialismo. O que aponta para um maior agravamento da repressão. E quer queira ou não Geisel, para uma radicalização e novos progressos da luta popular contra a ditadura fascista.

Brasil-77: um país que é exemplo das consequências da dependência económica do imperialismo; do «valor» dos créditos externos. Excessivamente caros.

Algumas linhas de retrospectiva podem esclarecer-nos sobre o que o imperialismo entende por «nova potência», que regime e que sociedade elogia, que tipo de desenvolvimento protege.

O agravamento da crise económica e o recrudescimento da violência política são características fundamentais do ano de 76. Para 77, a previsão é de que o país viverá a mais grave crise financeira da sua história. No decurso dos últimos onze meses, a dívida externa brasileira elevou-se quase a 27 bilhões de dólares — quase mais 5 bilhões que em 1975 — enquanto a espiral inflacionista ultrapassou os 45 por

cento e constitui o recorde máximo dos últimos dez anos. Neste mesmo período, a balança de pagamentos foi deficitária em dois bilhões de dólares (1 milhão e 95 em 1975).

No campo da política internacional, o regime brasileiro andou muito activo no esforço de juntar todas as «boas vontades» da reacção continental num esforço coeso contra os povos da América Latina. Era indispensável fazer jus à sua «promoção» a «nova potência». Foram reforçadas as relações com o governo do Chile, da Bolívia, do Uruguai e do Paraguai. Os contactos governamentais entre o Brasil e a Argentina aumentaram visivelmente depois do derrubamento do governo peronista, em Março último.

O recrudescimento da violência política foi nítido. Mantém-se e em certos casos agrava-se mesmo a prática da tortura sistemática que tem mesmo conduzido ao assassinato. Foram expulsos e assassinados vários padres católicos que condenaram a violação dos direitos do homem no Brasil. Reapareceram as acções terroristas da «Aliança Anticomunista Brasileira». Cinco deputados do único partido político de oposição autorizado no Brasil foram



